



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS**

**LEI DO FEMINICÍDIO COMO INSTRUMENTO DE REAÇÃO PENAL AO  
ASSASSINATO DE MULHERES: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA A  
PARTIR DA REALIDADE DE JOÃO PESSOA - PB**

**FERNANDA FERNANDES DE OLIVEIRA FORMIGA**

**JOÃO PESSOA**

**2018**

FERNANDA FERNANDES DE OLIVEIRA FORMIGA

LEI DO FEMINICÍDIO COMO INSTRUMENTO DE REAÇÃO PENAL AO  
ASSASSINATO DE MULHERES: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA A  
PARTIR DA REALIDADE DE JOÃO PESSOA - PB

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Jurídicas – Área de Concentração: Direitos Humanos – Linha 03: Gênero e Direitos Humanos.

JOÃO PESSOA – PB  
2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F7251 Formiga, Fernanda Fernandes de Oliveira.

Lei do Feminicídio como instrumento de reação penal ao assassinato de mulheres: uma análise sociojurídica a partir da realidade de João Pessoa - PB / Fernanda Fernandes de Oliveira Formiga. - João Pessoa, 2018.  
168 f. : il.

Orientação: Ana Luísa Celino Coutinho.

Coorientação: Gustavo Barbosa de Mesquita Batista.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCJ.

1. Violência de gênero. 2. Homicídio de mulheres. 3. Lei Maria da Penha. 4. Lei do Feminicídio. I. Coutinho, Ana Luísa Celino. II. Batista, Gustavo Barbosa de Mesquita. III. Título.

UFPB/CCJ

Fernanda Fernandes de Oliveira

LEI DO FEMINICÍDIO COMO INSTRUMENTO DE REAÇÃO PENAL AO  
ASSASSINATO DE MULHERES: UMA ANÁLISE SOCIOJURÍDICA A  
PARTIR DA REALIDADE DE JOÃO PESSOA - PB

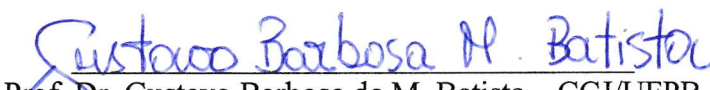
Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Ciências  
Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba –  
Área de Concentração: Direitos Humanos –  
Linha 03: Gênero e Direitos Humanos.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Luísa Celino  
Coutinho.  
Co-orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr. Gustavo Barbosa M.  
Batista.

Aprovada em: 28 de Maio de 2018.

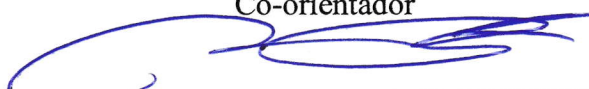
BANCA EXAMINADORA:



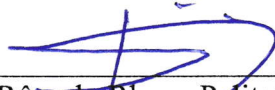
Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Luísa Celino Coutinho – CCJ/UFPB  
Orientadora



Prof. Dr. Gustavo Barbosa de M. Batista – CCJ/UFPB  
Co-orientador



Prof. Dr. Felipe Augusto F. de Negreiros Deodato – PPGD/UNIPÊ  
Membro da Banca Examinadora



Prof. Dr. Rômulo Rheno Palitot Braga – CCJ/UFPB  
Membro da Banca Examinadora

Aos meus amados filhos, Davi e Artur, por serem meu estímulo e meu motivo de seguir em frente. A vocês, DEDICO cada página.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que esteve ao meu lado em todos os momentos dando-me ânimo e forças para enfrentar as adversidades, os medos e os meus próprios limites. Por Seu amor, cuidado e inspiração.

Aos meus pais, Fernando e Rosângela, por serem meu referencial de honestidade, perseverança e amor ao próximo. Sem sua ajuda, este trabalho seria inviável.

Ao meu esposo, Daniel, por toda ajuda e companheirismo. Sua dedicação à família tornou possível a realização deste trabalho.

Aos meus filhos, Davi e Artur, por todo amor a mim dispensado. Amor que nutriu minha alma durante toda esta jornada.

Ao meu irmão, Wescley, por sua ajuda com a coleta de dados e seus longos esclarecimentos que foram imprescindíveis para o resultado final.

À querida orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luísa Celino, que com paciência e dedicação, ampliou os horizontes metodológicos e me fez acreditar que daria certo quando o cansaço me fazia esmorecer. Minha enorme gratidão.

Ao meu co-orientador, Prof.<sup>o</sup> Dr. Gustavo Batista, ser humano ímpar e de profundo conhecimento jurídico. Seu senso crítico e recomendações bibliográficas elevaram o nível deste trabalho dissertativo para além das minhas expectativas.

Aos professores que se dispuseram a participar da Banca de Defesa, Prof.<sup>o</sup> Dr. Felipe Negreiros e Prof. Dr. Rômulo Palitot, pelo desprendimento de compartilhar comigo os seus saberes e pela gentileza em aceitar participar dessa importante etapa.

Ao querido professor e amigo, Prof.<sup>o</sup> Severino Augusto, por mais uma vez acreditar em mim e me proporcionar experiências inestimáveis durante o estágio-docência. Foi, sem dúvida, uma grande honra.

A toda equipe do NACE, pela presteza no serviço e por toda disponibilidade em contribuir com as pesquisas, em especial à Dra. Cassandra Maria Duarte, Tenente Rodrigo Fábio Martins e Soldado Kleber Lucena.

Ao nobre colega, Tenente Allan Jones, por toda ajuda com sugestões, materiais e dicas valiosas para este trabalho.

À minha grande amiga, Thaís Máximo, por todas as orientações com o projeto e as palavras de incentivo nos momentos de desânimo. Sua amizade foi um bálsamo nos momentos turbulentos.

Às queridas amigas, Priscila Nunes, Desirée Rodrigues, Raíza Feitosa e Elisa Machado, por todo suporte, sobretudo emocional, durante esta jornada, confortando-me nos meus erros e vibrando com meus acertos.

Aos professores e colegas de classe do PPGCJ, por todas as contribuições e partilhas de conhecimentos. Cada troca foi um tijolo na construção deste trabalho.

Eu não me vejo na palavra  
Fêmea: alvo de caça  
Conformada vítima  
Prefiro queimar o mapa  
Traçar de novo a estrada  
Ver cores nas cinzas  
E a vida reinventar

(Francisco, El Hombre)



## RESUMO

A presente pesquisa tem como escopo analisar, sob a perspectiva dos Direitos Humanos, a Lei nº. 13.104/15, chamada de Lei do Feminicídio, como instrumento de reação penal ao assassinato de mulheres ante a realidade de João Pessoa-PB. Procura-se apreciar a temática a partir de uma perspectiva histórica e cultural, verificando o histórico da violência doméstica no Brasil e seus institutos legais de combate, além de abranger as diversas formas de violência contra a mulher até a violência fatal. Objetiva, ainda, refletir acerca da interseccionalidade de gênero, raça e classe como perfil indicador de altos índices entre as vítimas. Trata-se de uma pesquisa do tipo descritiva, tendo por objetivo descrever o fenômeno do feminicídio, sua forma e incidência no Estado da Paraíba e no Município de João Pessoa, e utilizando-se do método indutivo de abordagem, pois partiu-se de dados empíricos, dos casos de homicídio/feminicídio ocorridos na Paraíba durante um determinado espaço temporal para analisar a eficácia da Lei nº. 13.104/15, ou seja, partiu de casos particulares para uma afirmação generalizante. O percurso metodológico encetou-se com a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, examinando o decurso da violência de gênero e das implicações da Lei do Feminicídio no reforço à aplicação da Lei Maria da Penha. Os dados obtidos com o levantamento de estatísticas resultaram na criação de um mapa de homicídios de mulheres por bairros de João Pessoa, nos trinta meses anteriores e posteriores à Lei do Feminicídio, que buscou retratar a realidade da violência de gênero na capital e alicerçou uma reflexão acerca da eficácia da referida lei no combate à violência de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de gênero. Homicídio de mulheres. Lei Maria da Penha. Lei do Feminicídio.

## ABSTRACT

The present research aims to analyze, from the perspective of Human Rights, Law nº. 13.104/15, called the Law of Feminicide, as an instrument of criminal reaction to the murder of women before the reality of João Pessoa-PB. It seeks to appreciate the theme from a historical and cultural perspective, checking the history of domestic violence in Brazil and its legal institutes of combat, in addition to covering the various forms of violence against women to fatal violence. It also aims to reflect on the intersectionality of gender, race and class as an indicator profile of high rates among the victims. It is a research of the descriptive type, with the purpose of describing the phenomenon of feminicide, its form and incidence in the State of Paraíba and in the Municipality of João Pessoa, and using the inductive method of approach, since it was based on empirical data, from cases of homicide / femicide have occurred in the Paraíba during a certain period of time to analyze the effectiveness of Law nº. 13.104/15, that is, from particular cases to a generalizing statement. The methodological course began with the technique of bibliographical and documentary research, examining the course of gender violence and the implications of the Law of Feminicide in reinforcing the application of the Maria da Penha Law. The data obtained from the survey of statistics resulted in the creation of a map of the homicides of women by neighborhoods of João Pessoa, in the thirty months before and after the Law of Feminicide, which sought to portray the reality of gender violence in the capital and grounded a reflection about the effectiveness of this law in the fight against gender violence.

**KEYWORDS:** Gender violence. Homicide of women. Maria da Penha Law. Law of Feminicide.

## **LISTA DE MAPAS**

<b>Mapa 1:</b> Localização do Município de João Pessoa – PB.....	141
<b>Mapa 2:</b> Incidência de CVLI de mulheres em João Pessoa – Set/2012 a Fev/2015.....	147
<b>Mapa 3:</b> Incidência de CVLI de mulheres em João Pessoa – Mar/2015 a Ago/2017.....	149

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Taxa de CVLI contra mulheres por 100 mil habitantes na Paraíba em 2015.....	112
<b>Tabela 2:</b> Taxa de CVLI contra mulheres por 100 mil habitantes na Paraíba em 2016.....	112
<b>Tabela 3:</b> Comparativo do CVLI em ambos os sexos no Estado da Paraíba e na cidade de João Pessoa entre os anos de 2013 a 2016.....	124
<b>Tabela 4:</b> Taxa de homicídio de mulheres negras por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015.....	125
<b>Tabela 5:</b> Taxa de homicídio de mulheres não negras por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015.....	126
<b>Tabela 6:</b> Número e taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres) por UF. Brasil. 2010.....	132
<b>Tabela 7:</b> Número e taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres) nas capitais. Brasil. 2013.....	133
<b>Tabela 8:</b> Taxa de homicídio de mulheres por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015.....	133
<b>Tabela 9:</b> População de João Pessoa entre os anos de 1991 a 2010.....	141
<b>Tabela 10:</b> Taxa de Longevidade, mortalidade e fecundidade em João Pessoa. 1991 - 2010.....	143

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> CVLI de vítimas do sexo feminino na Paraíba de 2011 a 2017.....	110
<b>Gráfico 2:</b> CVLI contra mulher de janeiro de 2017 a novembro de 2017 por municípios na Paraíba.....	113
<b>Gráfico 3:</b> CVLI de vítimas femininas no Estado da Paraíba em 2016: Motivação e relação vítima/autor.....	114
<b>Gráfico 4:</b> Percentual de elucidação de CVLI na Paraíba. 2014 - 2017.....	116
<b>Gráfico 5:</b> Percentual de feminicídios após elucidação de CVLI na Paraíba. 2014 - 2017...	117
<b>Gráfico 6:</b> CVLI de vítimas femininas no Estado da Paraíba em 2017: Motivação e relação vítima/autor.....	118
<b>Gráfico 7:</b> Local de ocorrência de CVLI – 1º semestre de 2017.....	120
<b>Gráfico 8:</b> Instrumentos utilizados em CVLI de mulheres na Paraíba. 2011 - 2017.....	121
<b>Gráfico 9:</b> CVLI em vítimas do sexo Feminino no Estado da Paraíba e em João Pessoa entre setembro de 2012 a fevereiro de 2015 e março de 2015 a agosto de 2017.....	122
<b>Gráfico 10:</b> Faixa etária média de mulheres vítimas de CVLI na Paraíba. 2011 – 2017.....	129
<b>Gráfico 11:</b> Pirâmide etária – João Pessoa – PB. 2010.....	142
<b>Gráfico 12:</b> Evolução do IDHM de João Pessoa.....	144

## LISTA DE SIGLAS

CVLI	Crime Violento Letal Intencional
CEDAW	Committee on the Elimination of Discrimination Against Women
CERMFL	Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CIOP	Centro de Operações da Polícia Militar
CP	Código Penal
DEAM	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NACE	Núcleo de Análise Criminal e Estatística
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Paraíba
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SESDS	Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SPPM	Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres
TDH	Teoria dos Direitos Humanos

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E CULTURAL.....	20
2.1 A influência do patriarcado e as relações de poder culturalmente consolidadas.....	20
2.2 Histórico da violência de gênero no Brasil e o papel do Estado.....	26
2.3 Violência de Gênero à Luz dos Direitos Humanos e sua Aplicabilidade em Defesa dos Direitos das Mulheres.....	29
2.3.1 Violência contra as mulheres e sua pluralidade de manifestações .....	32
2.3.2 O princípio da dignidade da pessoa humana como viga mestra da ordem jurídica e a necessidade de sua aplicação nas relações de gênero.....	37
2.3.3 O caráter pedagógico dos Direitos Humanos frente à violência de gênero .....	39
2.4 Femicídio como violação ao direito fundamental à vida.....	45
2.4.1 Da inviolabilidade do direito à vida .....	46
2.4.2 O feminicídio como expressão máxima de violência à vida das mulheres .....	47
3 DA LEI MARIA DA PENHA À LEI DO FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL.....	51
3.1 Antecedentes legislativos e principais instrumentos legais de combate à violência de gênero.....	51
3.1.1 Atos normativos de promoção e proteção dos direitos das mulheres anteriores à Lei do Femicídio.....	53
3.2 Lei Maria da Penha como tratamento penal especial no combate à violência doméstica e familiar.....	62
3.2.1 Principais mudanças advindas com a Lei nº 11.340/06: aspectos criminais e sociais da violência de gênero.....	64
3.2.1.1 Evolução no Conceito de Família: o reconhecimento legal das diversas formas familiares.....	65

3.2.1.2 Representação nos crimes previstos na Lei Maria da Penha e o direito da mulher de renunciar essa representação.....	69
3.2.3 Medidas específicas de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar .....	73
3.2.3.1 Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor .....	74
3.2.3.2 Medidas protetivas de urgência dirigidas à ofendida .....	76
3.3 O surgimento da Lei do Feminicídio no Brasil: Análise histórico-normativo.....	79
 4 LEI DO FEMINICÍDIO: REFLEXÃO ACERCA DA NORMA E SEUS EFEITOS.....	82
4.1 Entendendo a Lei n.º13.104/2015.....	82
4.1.1 Sujeitos do crime.....	83
4.1.2 Destinatários da Lei.....	86
4.1.3 Objeto da Lei.....	88
4.1.4 Aumento de reprimenda penal em razão do homicídio feminino decorrente de violência doméstica ou menosprezo à condição de mulher.....	90
4.2 Porque há feminicídio e não masculinicídio?.....	92
4.3 As dificuldades na tipificação do feminicídio e no levantamento de estatísticas.....	95
4.3.1. A importância da tipificação do feminicídio no enfrentamento à violência fatal.....	97
4.3.2 Dificuldades em identificar o menosprezo à condição de mulher para tipificação de feminicídio .....	98
4.4 Do (des)conhecimento da Lei do Feminicídio e da necessidade de sua publicização como medida de combate ao homicídio de mulheres .....	99
4.5 Lei do Feminicídio como resposta do Direito Penal ao assassinato de mulheres.....	102
 5 ANÁLISE DOS DADOS ESTATÍSTICOS DE FEMICÍDIO NA PARAÍBA E NA CIDADE DE JOÃO PESSOA ANTES E DEPOIS DA LEI DO FEMINICÍDIO.....	105
5.1 Dados estatísticos e uma reflexão acerca dos números.....	106
5.1.1 Apresentação dos dados.....	107
5.1.2 Da veracidade dos dados coletados.....	108
5.1.3 Categorização dos dados coletados .....	109



5.1.3.1 Incidência de homicídios de mulheres na Paraíba - 30 meses antes e depois da Lei do Feminicídio.....	110
5.1.3.2 Incidência de homicídios de mulheres em João Pessoa - 30 meses antes e depois da Lei do Feminicídio.....	122
5.1.3.3 Perfil das vítimas: interseccionalidade de gênero, raça e classe como indicador de altos índices.....	125
5.2 Homicídios intencionais de mulheres na Paraíba, casos emblemáticos e políticas públicas .....	131
5.2.1 Dados empíricos de homicídios de mulheres na Paraíba no universo das Unidades Federativas.....	131
5.2.2 Casos emblemáticos de assassinatos de mulheres na Paraíba.....	135
5.2.3 Políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Estado da Paraíba: medidas de combate à violência máxima contra as mulheres.....	137
5.3 João Pessoa e a realidade das mulheres assassinadas.....	140
5.3.1 Indicadores sócio-econômicos, descrição etnográfica e presença de matrizes culturais próprias.....	140
5.3.2 Mapa da Violência: Homicídios de mulheres em João Pessoa.....	146
5.3.2 A capital paraibana e a morte de mulheres decorrentes de violência doméstica: uma análise da Lei do Feminicídio a partir dessa realidade.....	150
6 CONCLUSÃO.....	153
REFERÊNCIAS .....	156

## 1 INTRODUÇÃO

Os números que apontam a violência contra as mulheres no Brasil demonstram a existência de um problema que se estende há longo tempo, o feminicídio (PNUD, 2015). Esse tipo de crime que resulta na morte anual de muitas mulheres não admite reparação. É uma violência fatal, que atingiu mais de 106.000 mil mulheres no Brasil entre 1980 e 2013, ano em que a taxa de mortes foi de 4,8 para cada 100 mil mulheres (WAISELFISZ, 2015:11).

No ano de 2015, o número na taxa de homicídios femininos apresentou uma sensível diminuição, caindo de 4,8 para 4,5 mortes femininas (por 100 mil) no Brasil, totalizando 4.621 mulheres assassinadas no país naquele ano (IPEA, 2017). Assim como ocorre em outros países da América Latina, o feminicídio, no Brasil, mantém íntima relação com a violência doméstica e os principais agressores são o cônjuge ou pessoas que mantêm relação de afeto com a vítima.

Contudo, apesar do cenário de extrema violência, o Brasil desponta como o único país da América Latina a ratificar ou aderir a todos os 14 tratados internacionais universais e regionais, genéricos ou específicos, que visam à proteção dos direitos das mulheres na esfera internacional (WAISELFISZ, 2015). Uma das medidas de combate adotadas pelo Brasil foi a criação de uma lei específica para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei n.º 11.340/2006, Lei Maria da Penha.

A visibilidade da Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006, contribuiu para que o problema da violência doméstica ganhasse espaço importante nos debates públicos e provocasse um aumento no número de denúncias das agressões praticadas contra as mulheres no interior da esfera doméstica.

Apesar do reconhecimento social da gravidade do problema, os casos de violência continuam ocorrendo e a necessidade de um enrijecimento da legislação que complementasse a Lei Maria da Penha no combate à violência de gênero foi se mostrando mais evidente. Diante disso, surge, em 09 de março de 2015, a Lei nº. 13.104/15, denominada Lei do Feminicídio, que altera parte do artigo 121 do Código Penal brasileiro, tornando o homicídio de mulheres por razões de gênero ou de violência doméstica em homicídio qualificado e o incluindo no rol dos crimes hediondos.

Nesse contexto, situa-se o principal questionamento do presente trabalho: verificar se os casos de feminicídio na Paraíba têm diminuído em razão da Lei nº. 13.104/15. Para tanto, o estudo buscou analisar a relação entre o surgimento da Lei do Feminicídio e uma maior

efetividade no combate aos homicídios de mulheres em razões de gênero ou decorrentes de violência doméstica.

Frente os altos índices encontrados pelo Mapa da Violência (2015) e o Atlas da Violência (2016 e 2017) que apontam o crescente número de homicídios contra as mulheres, e diante do surgimento recente da Lei do Feminicídio, o Direito é convocado a entender as implicações de sua aplicabilidade em termos de estatísticas e o aumento de sua efetividade no combate à violência de gênero a fim de coibir a violência letal.

Por isso, este estudo mostra-se relevante para a sociedade porque vai trazer à tona uma discussão, até então, invisibilizada e cercada de tabus sociais, o que pode ser fundamental para reverter os padrões tradicionais de desigualdade e dominação que fundamentam as agressões e as mortes, e, no âmbito da academia, é importante por promover uma análise dos aspectos sociojurídicos que envolvem a aplicação da nova lei, bem como subsidiar uma discussão necessária, por parte dos operadores do direito, da sociedade civil, dos aparelhos do Estado, dos movimentos sociais e das organizações de direitos humanos sob a única premissa de que o direito à vida é um bem fundamental (WASELFISZ, 2015), sendo, portanto, imprescindível combater a violência de gênero em todas as suas formas para que a violência fatal não se concretize.

Analisar os dados estatísticos de femicídio na Paraíba e, especialmente, na cidade de João Pessoa, antes e depois da Lei do Feminicídio, também foi um dos objetivos a que esse estudo se propôs, além de discorrer se a respectiva Lei já atingiu certo grau de popularidade entre os cidadãos pessoenses ou ainda permanece carente de divulgação.

Em virtude da necessidade de conhecimento da Lei do Feminicídio como instrumento normativo jurídico recente, este estudo busca fazer uma pesquisa empírica acerca do feminicídio na Paraíba e em João Pessoa, além de fomentar discussões entre pesquisadores e operadores do Direito no sentido de se observar a eficácia das medidas de combate à violência de gênero já existentes e de possibilitar elementos para aprimorar as políticas públicas voltadas à proteção das mulheres vítimas de violência.

Para tanto, foi preciso fazer uma análise preliminar da cidade de João Pessoa quanto aos indicadores socioeconômicos, descrição etnográfica e presença de matrizes culturais para, em seguida, analisar os dados estatísticos de crimes violentos letais intencionais (CVLI) de mulheres no município nos trinta meses que antecederam a entrada em vigor da Lei nº 13.104/05 (Lei do Feminicídio) e compará-los aos trinta meses subsequentes à edição da lei a fim de verificar se houve aumento ou diminuição dos casos de homicídios intencionais e evitáveis de mulheres na capital paraibana.

No que se refere ao percurso metodológico desta pesquisa, ressalta-se o método indutivo de abordagem, pois partiu-se de dados empíricos, dos casos de homicídio/feminicídio ocorridos na Paraíba, durante um determinado espaço temporal, para analisar a eficácia da Lei nº. 13.104/15, ou seja, partiu de casos particulares para uma afirmação generalizante. Como método de procedimento, fez-se uso do método histórico quando se buscou verificar o histórico da violência doméstica no Brasil e seus institutos legais de combate; e do método estatístico, ao buscar dados quantitativos institucionais.

A fim de mapear as estatísticas dos homicídios femininos na Paraíba e, especialmente, na cidade de João Pessoa, realizou-se uma abordagem quantitativa dos dados, do período de 2012 a 2017, junto à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social do Estado da Paraíba.

No que se refere às técnicas de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, em que foram realizadas, simultaneamente, consultas e revisões sistemáticas das publicações do site [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Atlas da Violência 2016 e 2017, fornecido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além da análise dos relatórios de 2012 e 2015 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Pode-se classificar esta pesquisa como descritiva, vez que ela tem por objetivo descrever o fenômeno do feminicídio, sua forma e incidência no Estado da Paraíba e no Município de João Pessoa.

Para o mapeamento de estatísticas de homicídio de mulheres, foi feita solicitação ao Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDES) da Paraíba para realização da pesquisa documental.

Esta dissertação apresenta-se organizada em quatro capítulos. O capítulo segundo, após a introdução, denominado **Violência de gênero numa perspectiva histórica e cultural**, contempla as relações de desigualdade e violência que sempre se desenvolveram entre os gêneros. Também é objeto de discussão nesta seção, como a cultura está eivada da ideologia patriarcal e do poder de dominação masculina. Essa compreensão é percebida no excesso de agressividade e na utilização de alguns meios empregados pelos agressores para infligir violência às vítimas.

Pretendeu-se, ainda, fazer uma análise das questões de gênero à luz da Teoria dos Direitos Humanos (TDH), verificando de que maneira a TDH trouxe implicações favoráveis na defesa do direito das mulheres. O estudo buscou entender se há respaldo protetivo para o direito das mulheres na Teoria dos Direitos Humanos, procurando, com isso, destacar a

importância da preservação à vida como direito fundamental, e como a violência de gênero, sobretudo o feminicídio, constitui afronta a esse direito.

O **capítulo terceiro** destina-se a uma análise dos principais instrumentos legais no combate à violência contra as mulheres no Brasil, dando ênfase a evolução normativa da Lei Maria da Penha à Lei do Feminicídio, pois entende-se que essa evolução está intrinsecamente ligada a uma transformação social. Este capítulo também se propôs a fazer uma análise da atuação da Lei Maria da Penha como mecanismo de enfrentamento aos diversos tipos de violência até a necessidade de surgimento da Lei do Feminicídio como medida mais rígida para coibir que as mortes anunciadas no histórico da violência se realizem. As obras de Marília Montenegro e Alice Bianchini foram utilizadas como aporte teórico nesse capítulo.

O quarto capítulo, intitulado **Lei do Feminicídio: reflexão acerca da norma e seus efeitos**, buscou analisar o reflexo da Lei do Feminicídio e seus efeitos no ordenamento jurídico e na sociedade, visando compreender que os direitos das mulheres são indissociáveis dos direitos humanos e, para tanto, carecem de respeito e proteção.

Além da análise sobre as implicações decorrentes do novo tipo de qualificadora de homicídio, também foram observados aspectos intrínsecos à natureza da norma, a exemplo do seu objeto, sujeitos ativo e passivo, circunstâncias caracterizadoras e a intenção do legislador ao conceber um novo tipo penal. O aspecto do (des)conhecimento da Lei do Feminicídio e a necessidade de sua publicização como medida de combate aos homicídios de mulheres também foram discutidos nesta sessão.

Por fim, o **capítulo quinto** traz uma análise dos dados estatísticos de homicídios de mulheres na Paraíba e em João Pessoa antes e depois da Lei do Feminicídio. João Pessoa foi escolhida em virtude de ter atingido o patamar de terceira capital do país com maior índice de assassinato de mulheres em 2013, segundo dados do Mapa da Violência 2015 (WASELFISZ, 2015).

O histórico de feminicídio na Paraíba, com o exame de alguns casos emblemáticos de assassinatos de mulheres no Estado, e os índices de assassinatos femininos em João Pessoa favoreceram a criação do ‘Mapa da Violência: Homicídio de Mulheres’ analisando os trinta meses que antecederam e sucederam à Lei do Feminicídio, o que possibilitou uma análise da respectiva lei a partir da realidade de João Pessoa e uma reflexão sobre se a referida lei concorre positivamente para o combate à violência de gênero ou inclui-se no campo de leis rígidas e sem eficácia, constituindo mero simbolismo penal.

## **2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E CULTURAL**

A violência perpetrada contra as mulheres constitui um sério problema social que condiz com a própria história da humanidade. As relações entre homens e mulheres, que se construíram ao longo do tempo, resultam de um contexto histórico e cultural de dominação masculina e submissão feminina que será analisado nesse primeiro instante. Fundamenta esse pensamento, a afirmação de Carréra Medeiros (2004, p. 101) ao expressar que:

(...) a violência contra a mulher nada mais é do que uma manifestação das relações de poder historicamente desigual entre mulheres e homens, que tem conduzido a dominação da mulher pelo homem, a discriminação contra a mulher, provocando impedimentos contra o seu pleno desenvolvimento.

Relevante, porém, examinar a influência que o patriarcado exerceu e exerce sobre as relações entre homens e mulheres e o modo como essas relações se consolidaram culturalmente a fim de compreender de que maneira essa influência fundamenta as agressões e os homicídios femininos.

### **2.1 A influência do patriarcado e as relações de poder culturalmente consolidadas**

É sabido que a violência contra a mulher não é um fato novo. As consequências de sua condição natural, deixadas como herança de uma sociedade patriarcal, lhes proporcionaram o peso de uma vida subjugada e marcada por diferentes formas de dominação.

Embora as relações sociais tenham passado por algumas transformações, as evoluções ocorridas e a luta pela auto-afirmação das mulheres ainda estão aquém da efetivação das garantias constitucionais e do respeito aos seus direitos fundamentais.

Analisando a forma estrutural das diferenças entre os sexos construídas socialmente, observa-se a existência de um binômio dominação-exploração que se erigiu durante longo tempo e que permitiu às feministas a criação do conceito de gênero (PINAFI, 2007).

Não apenas a questão de gênero, mas sua interseccionalidade com as esferas de raça e classe, mantém íntima ligação com as relações de poder e violência contra a mulher. Tais relações de poder, sabidamente frutos de uma ordem patriarcal proeminente na sociedade

brasileira, outorga aos homens o direito de controle e dominação de suas mulheres, permitindo alcançar os limites da violência (PINAFI, 2007).

Em análise histórica, encontramos a origem do termo “família” proveniente do vocábulo latino “famulus”, cujo significado é “escravo doméstico”, deixando evidente a associação entre famílias e o patriarcado desde tempos primórdios (NOGUEIRA, 2016).

Na Roma Antiga, a instituição familiar se estruturou como base social da humanidade em que prevalecia a figura masculina como centro dessa instituição e destinando às mulheres um papel secundário. Essa configuração hierárquica colocava o patriarca como senhor soberano, que decidia sobre o direito de vida e morte de seus escravos, vassalos, filhos e até esposa (NOGUEIRA, 2016).

O Código de Hammurabi trazia a figura da mulher como algo indissociável da reprodução. Caso esta não fosse capaz de gerar filhos, que preferencialmente deveria ser do sexo masculino, teria que aceitar uma segunda esposa para que seu marido perpetuasse sua linhagem através de descendentes da nova relação.

Era o sistema patriarcal se constituindo para adentrar na história e perpassar gerações com sua forma de dominação e sujeição da mulher às vontades do homem. Sistema esse, que resistiu à evolução social e aos avanços tecnológicos, permanecendo consolidado nos alicerces da submissão feminina e superioridade masculina até os dias atuais, muito embora já suavizados pelas conquistas jurídicas dos direitos femininos.

Para Costa (2008, p. 2) o patriarcado é como “uma organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar e na lógica organizacional das instituições políticas, construídas a partir de um modelo masculino de dominação”. Scott, J. (1995), também entende o patriarcado como uma forma de organização social em que suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade.

Coaduna com esse pensamento, o conceito de patriarcado exposto por Almeida (2004, p. 238) quando afirma que “o patriarcado é, ao mesmo tempo, norma e projeto de auto-reprodução, o que leva a censurar e controlar a fluidez, as circulações, as ambivalências das formas de vivência de gênero que resistem a ser enquadradas na sua matriz heterossexual hegemônica”.

Deste modo, a supremacia masculina, a atribuição funcional do ser mulher com única função de procriar e a desvalorização da identidade feminina despontam como características acentuadas do patriarcado da História Antiga e Idade Média (NOGUEIRA, 2016). Michelle

Perrot (2017), em sua obra ‘Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros’ suscita a figura do matriarcado que, segundo a autora, estaria no centro das discussões antropológicas do século XIX e o direito materno constituiria uma etapa no estabelecimento do direito.

Perrot analisa que, mesmo na relação poder-dominação, a mulher seria detentora de alguns poderes. Acerca disso, ela afirma: “No Ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos” (PERROT, 2017, p. 264).

Todavia, embora exerça possíveis poderes na relação com os homens, seus poderes ficam submetidos hierarquicamente ao poder masculino. Nesse contexto, insta observar que as relações entre os gêneros sempre se desenvolveram com base na desigualdade. Desigualdade esta, erguida desde o período da infância, em que regras diferentes são estabelecidas aos meninos e às meninas até atingir a fase adulta. Enquanto os meninos são impulsionados a valorizar características de dominação como força física e agressividade, às meninas cabem o ensino da submissão, dependência e cuidado com o lar e os filhos.

A definição de gênero em categoria masculina e feminina proporciona uma compreensão mais fácil de como as construções sociais se apropriam das diferenças sexuais e biológicas entre homens e mulheres atribuindo características opostas a cada sexo (ONU MULHERES, 2016).

Embora o termo “gênero” seja usado para classificar fenômenos das mais diversas naturezas, como gêneros de filmes, de música, dos seres vivos, ele é utilizado na sociedade, para separar os indivíduos em sexo masculino e feminino, porém no campo das Ciências Sociais, o estudo vai muito além de uma simples denominação (PRADO, 2011). Na gramática, “gênero é a indicação do sexo real ou suposto dos seres, este último com base em associações psicológicas, segundo a qual flexionam-se várias outras palavras a eles associadas” (NOVA ENCICLÓPEDIA BARSA, 1999, p. 45)

Na verdade, o termo gênero vai além da divisão de sexo, demonstrada por meio de uma constituição biológica distinta, mas engloba os aspectos comportamentais entre homem e mulher, que são frutos de fatores históricos, da forma de criação familiar, do contexto social, entre outros. (OLIVEIRA, 2007)

Ademais, aborda diferenças sócio-culturais existentes entre os sexos masculino e feminino, que se traduzem em desigualdades econômicas e políticas, colocando as mulheres em posição inferior a dos homens nos diferentes aspectos da esfera social.

Neste sentido, Joan Scott define gênero como:



Minha definição de gênero tem duas partes e vários itens. Eles estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente distintos. O coração da definição reside numa ligação integral entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos [...] Entretanto, minha teorização de gênero está na segunda parte: gênero como uma forma primária de significação das relações de poder. Talvez fosse melhor dizer que gênero é um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado (SCOTT, 1088, p. 42-44)

Para Saffioti (2001, p. 129), "O termo gênero indica rejeição ao determinismo biológico suposto no uso de palavras como sexo e evidencia que os papéis desempenhados por homens e mulheres são uma construção social".

Consoante com o pensamento de Saffioti, Cecchetto; Ribeiro e Oliveira (2010, p.123) compreendem gênero "como uma criação cultural e social de papéis sexuais", questionando sobre o que seja da natureza feminina ou masculina, ou ainda, do tornar-se mulher ou homem em um contexto social. Dessa sorte, a compreensão do conceito de gênero mostra-se fundamental para esclarecer os significados simbólicos e culturais conferidos aos sexos e ponderar sobre as particularidades biológicas que acabam por justificar os comportamentos masculinos e femininos.

Em conformidade, Butler (2008) atenta para o significado cultural de gênero a partir da perspectiva binária dos sexos, onde as representações sociais refletem a adequação do sexo biológico com determinado papel social.

Observa-se, portanto, que não apenas o poder patriarcal, consolidado na autoridade do homem exercida sobre a mulher, em que suas vontades são priorizadas em detrimento do sexo oposto, mas a própria omissão do Estado, que por vezes, se manifesta timidamente, se expressando por meio de ações protetivas de caráter muito mais formal que material, concorrem para a persistência da violência no seio da sociedade. Uma das formas de garantir essa superioridade no interior do âmbito familiar, até hoje, é por meio da violência doméstica, expressa através de múltiplas formas de manifestação, em que o denominado "sexo forte" evidencia seu poder em relação ao "sexo frágil" (OLIVEIRA, 2007).

Para Bianchini (2016), esse equilíbrio desproporcional de poder entre os sexos demonstra a existência de uma hierarquia autoritária e não de interdependência, o que faz com que o homem se sinta legitimado a usar da violência e a mulher a ficar inerte diante do episódio de violência.

Nessa diapasão, algumas características podem ser observadas nas situações de violência de gênero, tais como relação de poder de dominação do homem e submissão da mulher; relação afetivo-conjugal; proximidade entre vítima e agressor; habitualidade das ocorrências de violência (BIANCHINI, 2016, p.33).

Condizente com esses predicados, Cavalcanti (2005) conceitua violência de gênero:

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. (CAVALCANTI, 2005, s/p.)

Maria Amélia Teles (2006) assevera que violência de gênero é um conceito que abrange vítima de ambos os sexos, porém praticada por aquele que detém mais poder na relação. Saliente a autora que se deve considerar o fato de que o poder masculino é incentivado por um sistema de exploração e dominação que ordena o controle e a dominação, o que por sua vez, leva os homens a usar a força, seja ela física ou emocional.

Essa forma de dominação, passada culturalmente entre as gerações, coaduna-se com a preocupação de Pateman (1993, p.167) quando adverte que “é preciso contar a outra parte da história, revelar o contrato sexual e as origens da esfera privada, para a compreensão do patriarcado moderno”. Esse contrato social-sexual firmado entre o homem e a mulher, notadamente no casamento, deve ser exposto para a compreensão dos papéis sociais exercidos em sociedade e que se sedimentam muito mais no pacto firmado entre os sexos, ainda que implicitamente, que em suas diferenças biológicas. Apregoa Pateman (1993, p. 18) que “Ignorar o contrato matrimonial é ignorar metade do contrato original”.

Pateman (1993) investiga a raiz do problema, que se materializa na violência de gênero, assegurando a existência de um contrato sexual, o qual legitima o direito patriarcal e concede o direito masculino de acesso sexual regular ao corpo das mulheres.

Aduz Pateman (1993) que a mulher é alçada temporariamente à condição de indivíduo a partir do contrato de casamento. Nesse momento ela é um ser apto a celebrar contratos, ainda que no momento subsequente, esse mesmo contrato vá mantê-la destituída da possibilidade de participação política, limitando-se ao status de dona de casa, próprio do mundo privado, evidenciando a existência de um pacto social-sexual. Pateman entendia isso

como patriarcado moderno, em que o casamento era apenas um dos caminhos sociais, dentre os aceitáveis, para os homens terem acesso aos corpos das mulheres.

Esse contrato firmado entre o homem e a mulher conferia ao homem o poder de dominação sobre a mulher. Esta, por sua vez, naturalizava a superioridade masculina acarretando no que Bourdieu (2010) chamou de violência simbólica. Acerca desse tipo de violência, dispõe Bourdieu que:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2010, p. 7-8).

Essa concepção de que os corpos das mulheres devem ser subjugados aos desejos masculinos já permeava a mente de diversos teóricos. Rousseau (1995) entendia que se os homens estão na condição de chefes das famílias, eles têm que ter o acesso sexual aos corpos das mulheres, e acrescentava que os corpos das mulheres deveriam ser sempre submetidos à razão e às decisões do homem para que a ordem não fosse ameaçada.

A partir desses apontamentos, pode-se observar como a cultura está eivada da ideologia patriarcal e do poder de predomínio do homem. Essa compreensão é percebida no excesso de agressividade e na utilização de alguns meios empregados pelos agressores para infligir violência às vítimas. Uma cultura que historicamente tolera excessos dessa natureza contribui para que os relacionamentos se tornem e permaneçam normalmente violentos (MARCONDES FILHO, 2001).

Nesse contexto, torna-se inegável o fato de que “a humanidade só sairá de sua pré-história quando deixar para trás a estrutura simbólica patriarcal” (ALMEIDA, 2004, p.243).

Diante da independência e do empoderamento feminino, termo utilizado pela ONU em 2010 (PASSARELLI, 2015), os mecanismos de dominação masculina começaram a se mostrar incapazes de conviver com essa nova realidade e o aumento do feminicídio tem surgido como expressão dessa incapacidade. Essa reação patriarcal frente os avanços e mudanças da condição feminina tem, em muitos casos, se revelado na violência fatal contra as mulheres.

## 2.2 Histórico da violência de gênero no Brasil e o papel do Estado

Fruto de uma construção histórica, a violência de gênero têm densas raízes que foram se fortalecendo ao longo da existência humana e tornando, assim, mais difícil de ser desconstruída. Manifestada de diversas formas, a violência contra as mulheres revela-se em qualquer comportamento baseado no gênero, que ocasione dano ou sofrimento, ou ainda, em sua forma extrema, venha a ceifar sua vida.

Percebe-se que a sociedade ainda mascara os índices das diversas formas de violência de gênero, materializadas nos variados campos sociais.

No início da década de 80, uma intensa mobilização em torno da temática de violência de gênero se ergueu no Brasil através de grupos feministas. Eles buscavam trazer discussões sobre as relações de gênero na sociedade brasileira, bem como parcerias com o Estado em defesa dos direitos das mulheres. Com o passar dos tempos, a questão da violência contra as mulheres foi saindo da invisibilidade e legislações de caráter protetivo foram sendo aprovadas em benefício das mulheres vítimas de violência, dentre elas a Lei nº 11.340/2006 e a Lei nº 13.104/2015.

O problema da violência de gênero no Brasil começou a despontar no interior dos lares, lugar em que o Estado preferia não adentrar e prevalecia a autoridade do patriarca, subjugando as vontades da esposa e dos filhos, principalmente das filhas. Era dentro dos lares que faltava proteção jurídica, e as mais diversas formas de violência e abusos imperavam sobre o sexo feminino.

A violência doméstica tinha motivos originais bem diversificados. Em busca de se compreender a violência, Barbara Soares analisou os motivos de sua constituição a partir de quatro planos, que instituem o chamado “Modelo Ecológico”. Segundo esse modelo, a violência estaria relacionada ao plano individual, relacional, comunitário e social. Em seu estudo sobre o enfrentamento à violência contra a mulher, exemplifica a autora que fatores históricos, biológicos, pessoais, abusos sofridos na infância ou o uso abusivo de substâncias químicas podem ou não favorecer a violência. Isso vai depender das relações familiares e dos vínculos que ligam a pessoa ao seu entorno, que por sua vez, podem abrir ou fechar as portas para a violência (BRASIL, 2005, p. 37-38).

Em virtude de a violência ocorrer, na maioria das vezes, no espaço doméstico, é comum a relação do conceito de violência conjugal com violência doméstica e, pelo fato de o homem figurar como principal agressor numa situação de violência. Assim, os termos são comumente usados como sinônimos (SAFFIOTI, 2002).

Contudo, independente dos motivos que acarretam a violência doméstica, o fato é que sua existência se enraíza no sistema patriarcal que se instalou no Brasil desde o período colonial. Fruto da influência europeia, as normas que regiam o Brasil desprestigiavam as mulheres, reduzindo-as a seres quase invisíveis; e assim perdurou por décadas em várias esferas da vida social.

No sistema jurídico brasileiro, predominavam as normas das Ordenações Filipinas, que se mantiveram em vigor, mesmo após a independência do Brasil do domínio português, até a vigência do Código Penal de 1890 e do Código Civil de 1916. (SANTOS, 2013). Nelas estavam contidas disposições que inferiorizavam a condição de esposa, subjugando-a ao livre-arbítrio das decisões de seu marido, inclusive para justificar possíveis atos de violência. Entre eles, a possibilidade do marido castigar a esposa ou, ainda, matá-la em caso de adultério (SOUZA, 2009).

Assim, percebe-se que “durante esse período colonial a mulher estava inserida numa relação de submissão doméstica, praticamente sem garantias cíveis, penais e políticas, definitivamente não era reconhecida como sujeito de direito” (SILVA, 2016, p. 29).

É sabido que o Estado, por muito tempo, escolheu não intervir na esfera privada ou interveio para consolidar o modelo patriarcal, o que contribuiu para prolongar a história da violência de gênero, sobretudo da violência doméstica (LORETONI, 2006).

Em razão disso, Loretoni (2006) salienta que a separação de esferas foi o elemento que não permitiu pensar a família como integrante do mundo social. A mulher ficava restrita ao interior das paredes domésticas, enquanto que ao homem lhe era destinado o espaço das relações políticas e econômicas que, segundo Loretoni, correspondia a um reino de liberdade. Diante dessa situação, o direito não era obrigado a mudar tal situação.

Notadamente, havia uma invisibilidade da violência no âmbito privado perante os olhares estatais, demonstrando um verdadeiro descompasso entre as formas tradicionais do patriarcado e a nova maneira da mulher se enxergar na sociedade (SILVA, 2016, p. 41).

No Brasil, a violência de gênero passou a ter notoriedade no final dos anos 70, através das reivindicações e denúncias de mulheres e de grupos feministas, trazendo ao cenário político questões relativas à vida privada e que padeciam de um agir estatal, por meio de ações públicas, para combater as situações de violência de gênero na esfera doméstica (ROCHA, 2005). Diante disso, a sociedade brasileira iniciou uma fase de redemocratização, com a participação da sociedade civil e maior atuação do Estado visando responder aos anseios sociais e às necessidades femininas em busca de uma vida digna e sem violência.

Já nos anos 80, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi conferido às mulheres, calcado no princípio da igualdade, um tratamento equiparado entre os sexos como forma de reação aos muitos séculos de desigualdades e privilégios aos homens. Muito embora tenha se evidenciado uma longa jornada pela efetivação desse princípio no campo material, o espírito da Magna Carta trouxe à sociedade a problemática da discriminação feminina como problema social a ser combatido.

Entretanto, deve-se considerar que, apesar da intenção da Constituição de 1988 em promover condições dignas às mulheres em busca do exercício pleno de sua cidadania em igualdade com os homens, o histórico social e cultural de uma sociedade patriarcal materializada, inclusive, na legislação infraconstitucional, obstaculizava a efetivação dos direitos das mulheres, sobretudo em âmbito doméstico.

Ainda nos anos 80, o Estado Brasileiro passou a implementar políticas públicas, em resposta aos movimentos sociais que lutavam contra a violência de gênero, no âmbito do Executivo municipal, estadual e federal. Entretanto, apenas em 1996, que o CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher lançou, em 08 de março, o Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual<sup>1</sup>. (ROCHA, 2005).

Apesar da criação do Programa, que buscava mostrar um compromisso com a promoção dos direitos humanos, a realidade se mostrava diferente, pois diante de dificuldades políticas e financeiras que enfrentava o CNDM, o projeto desenvolvido acabava por se posicionar contrariamente à promoção de políticas públicas que efetivamente garantisse condições de igualdade de gênero e a omissão do Estado nas relações de violência doméstica (ROCHA, 2005).

Ao mesmo tempo, a expectativa de que se cumprissem os compromissos firmados pelo Estado brasileiro, tanto na Conferência Mundial sobre a Mulher (1995), em Beijing, quanto na Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993), em Viena, elevavam os ânimos dos movimentos feministas que reivindicavam com veemência o cumprimento desses compromissos.

Destacava-se, portanto, o Programa Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher como o primeiro Programa, em âmbito federal, a avançar como resposta no contexto da violência de gênero e doméstica no país. Quanto à relevância desse Programa e a intervenção do Estado na resolução do problema, salienta Rocha que:

---

<sup>1</sup> O Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual<sup>1</sup> posteriormente teve seu nome alterado para Programa Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher e em 2003, passou a ser denominado de Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher (ROCHA, 2005).

É uma afirmação da responsabilidade do Estado diante de uma questão pública, reconhecida como crime, que precisa ser enfrentada, de modo interdisciplinar, através da prevenção, combate, assistência às vítimas e punição dos seus autores. Em relação a sua formulação, é sabido que não se alicerçou em dados nacionais sobre o problema, ainda hoje inexistentes, e em um diagnóstico sobre as ações governamentais e de organizações da sociedade civil, nessa área, já em desenvolvimento quando do seu lançamento, em 1996. Considero ser esse um dos fatores condicionadores do seu caráter reduzido e insuficiente em face da magnitude e da complexidade do problema, na medida em que, objetivos, metas, abrangência, ações, atividades e recursos não foram definidos a partir do conhecimento sistemático da realidade objeto de sua intervenção. (ROCHA, 2005, p.7)

A partir do Programa Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher houve a implementação de casas-abrigos e a celebração de 49 convênios com Estados, municípios e o Distrito Federal, entre os anos de 1998 e 2001, além de mais 37 convênios no ano de 2002, embora contemplasse apenas algumas localidades do país (ROCHA, 2005).

Diante desse quadro, percebe-se que o Estado brasileiro corroborou o interesse no combate à violência doméstica e de gênero e passou a se posicionar frente às situações de violência privada e, em atendimento aos anseios dos grupos feministas, passou a adotar medidas de combate e casas de acolhimento às mulheres vítimas de violência. A partir daí, o Estado brasileiro tornou-se signatário de tratados e convenções internacionais em defesa à vida das mulheres chegando à edição de leis específicas que se revelaram verdadeiros avanços em busca de salvaguardar a dignidade e os direitos humanos das mulheres e a promover uma igualdade material entre os gêneros.

### **2.3 Violência de Gênero à Luz da Teoria dos Direitos Humanos e sua Aplicabilidade em Defesa dos Direitos das Mulheres**

A violência baseada no gênero advém de ato praticado contra a mulher em virtude de sua condição feminina. Esta espécie de violência pode ser compreendida a partir da análise de vários casos concretos ou de estudos dos normativos jurídicos existentes que tutelam esse tipo de conduta.

Tal tipo de delito reflete as relações de poder historicamente desiguais e assimétricas entre homens e mulheres, constituindo grave violação aos direitos humanos, além de limitar o

exercício dos demais direitos fundamentais de que as mulheres são titulares (PIOVESAN, 2009). A prática da violência contra a mulher, em qualquer de suas formas, obstaculiza o amplo acesso aos Direitos Humanos e o reconhecimento de seus direitos.

Em meados do século XX, o Direito Internacional possuía apenas normas esparsas referentes a certos direitos essenciais. Contudo, com a criação do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que se relaciona com nova organização da sociedade internacional no pós Segunda Guerra Mundial (RAMOS, 2016), surge, também, a Teoria dos Direitos Humanos (TDH) buscando compreender os elementos fundamentais acerca dos direitos humanos internacionais.

Na perspectiva da Teoria do Direito, segundo Michel Villey (2016), os direitos humanos em sentido técnico não seriam direito, uma vez que não são dotados de um valor coercitivo. Numa concepção positivista, os direitos humanos seriam um discurso, uma retórica civilizatória, um ideário político, pois em sua origem, eles foram criados para apontar como o direito deveria ser na boa sociedade ou direito em sentido estrito, técnico.

Todavia, a necessidade de proteção aos direitos humanos, mediante a elaboração de tratados internacionais, sobretudo após as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra, elevou os direitos humanos a um patamar internacional e os consagrou universalmente como uma teoria. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) exemplifica a relevância de um documento internacional em defesa do direito mínimo a uma vida digna a todas as pessoas do mundo independentemente de qualquer peculiaridade ou característica.

Nesse âmbito, pondera Ivanilda Figueiredo acerca dos tratados internacionais como a DUDH e de sua importância na construção dos Direitos Humanos, sem, no entanto, poupar as críticas à visão romantizada de seu papel como responsável pela nobreza dos Direitos Humanos.

Não é possível negar o papel primordial da existência da Declaração Universal de Direitos Humanos e dos inúmeros tratados subsequentemente aprovados nas últimas seis décadas, no âmbito das negociações travadas pelos Estados na ONU para a edificação da Era dos Direitos Humanos. Entretanto, é premente contestar um olhar passivo sobre esses acontecimentos, como se a mera criação desses instrumentos tivesse sido responsável por erigir os Direitos Humanos ao patamar de legitimidade atual (FIGUEIREDO, 2014, p.228).

Apesar disso, também é inegável a contribuição de certos documentos internacionais na promoção dos direitos de grupos vulneráveis. Dentre os vários tratados internacionais de Direitos Humanos, merece destaque a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e



Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) concluída pela Assembleia geral da ONU em 09 de junho de 1994 em resposta à situação de violência contra as mulheres existente na América e ratificada pelo governo brasileiro em 27 de novembro de 1995 (RAMOS, 2016).

Entre os direitos elencados na Convenção a serem protegidos está o direito a uma vida livre de violência, o que inclui o direito da mulher de ser livre de toda forma de discriminação e de ser valorizada e educada livre de estereótipos e práticas sociais e culturais baseadas em noção de inferioridade e subordinação (RAMOS, 2016).

É sabido que a violência de gênero constitui um dos problemas mais graves encontrados na sociedade moderna. Em cada ano, milhares de mulheres sofrem algum tipo de agressão por parte de seus maridos, companheiros e familiares.

Em 18 de dezembro de 1979, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, também conhecida pela sigla CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women). Assinada pelo Brasil em 31 de março de 1981 e ratificada pelo Congresso Nacional em 1º de fevereiro de 1984 a CEDAW foi aprovada com reservas pelo governo brasileiro<sup>2</sup>. Tais reservas eram relativas ao direito de família. Entretanto, sob a influência da Constituição Cidadã de 1988, o Brasil retirou tais reservas e ratificou plenamente toda a Convenção em 1994.

O Estado brasileiro estava convencido de que o pleno desenvolvimento de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz só seriam alcançados com a máxima participação das mulheres, em igualdade com os homens em todos os domínios (OLIVEIRA, 2007). Diante disso, o País resolveu colocar em prática os princípios enunciados na Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher e, para isso, buscou adotar as medidas necessárias para suprimir essa discriminação em todas as suas formas e manifestações.

Assim como na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Estado brasileiro estava ciente de que a eliminação da violência contra as mulheres era condição indispensável para seu desenvolvimento individual e social e sua participação igualitária em todas as esferas da vida.

No Brasil, foi sancionada, em 7 de agosto de 2006, a Lei nº 11.340/06, intitulada de Lei Maria da Penha, visando proteger as mulheres que são vítimas de violência doméstica e

---

<sup>2</sup> O Brasil apresentou reservas ao art. 15, §4º, que assegura a homens e mulheres o direito de livremente escolher seu domicílio e residência, e ao art. 16, §1º, a, c, g e h da Convenção, que estabelece a igualdade de direitos entre homens e mulheres no casamento e nas relações familiares (BIANCHINI, 2016, p.121).

familiar e em 09 de março de 2015, sancionada a Lei nº 13.104/15, denominada Lei do Feminicídio, visando combater a violência de gênero em sua forma máxima.

Convém frisar que, embora haja leis, assim como tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, que visam combater situações de violência de gênero, ela ainda é um fato muito real e presente no cotidiano de grande parcela da população. Por isso, a TDH valoriza o respeito à sacralidade da vida e o princípio da dignidade da pessoa humana como indispensável para a própria preservação da espécie humana.

Para a Teoria dos Direitos Humanos, a vida e a dignidade humana devem ser sempre respeitadas e protegidas de qualquer tipo de agressão e a violência perpetrada contra as mulheres é totalmente inaceitável à luz de seus princípios. Entretanto, não se devem analisar as perspectivas em torno dos Direitos Humanos apenas pelas variáveis ação e não ação do Estado. Para que se efetivem, esses direitos necessitam do envolvimento de diversas entidades do Poder Público, das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e população em geral (FIGUEIREDO, 2014).

### 2.3.1 Violência contra as mulheres e sua pluralidade de manifestações

Percebe-se que a sociedade ainda mascara os índices das diversas formas de violência contra as mulheres, materializadas nos variados campos sociais.

Essa forma de dominação pode ser demonstrada com o emprego de força física, sexual, moral ou psicológica, objetivando que a outra pessoa realize seus desejos. Nesse caso, a mulher é coagida a satisfazer as vontades do homem ou, simplesmente agredida para manter-se na posição de inferioridade em que foi submetida, violando, assim, os direitos essenciais do ser humano. Como reafirmou Saffioti (2004, p.44) é o “regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens”.

Segundo classificação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)<sup>3</sup>, os tipos de violência contra as mulheres<sup>4</sup> são categorizados em:

- Violência contra a mulher - é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima

<sup>3</sup> Classificação adotada pelo CNJ para as diversas formas de violência contra as mulheres e exibida em seu portal online sob o endereço eletrônico: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>.

<sup>4</sup> Embora os termos “violência de gênero”, “violência contra a mulher”, “violência doméstica” e “violência familiar” tenham um alcance e uma significação própria (BARRETO, 2016) optou-se por utilizá-las como sinônimas no decorrer do presente trabalho, referindo-se à violência praticada contra pessoa do gênero feminino.

ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

- Violência de gênero - violência sofrida pelo fato de se ser mulher, sem distinção de raça, classe social, religião, idade ou qualquer outra condição, produto de um sistema social que subordina o sexo feminino.

- Violência doméstica - quando ocorre em casa, no ambiente doméstico, ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação.

- Violência familiar - violência que acontece dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar, formada por vínculos de parentesco natural (pai, mãe, filha etc.) ou civil (marido, sogra, padrasto ou outros), por afinidade (por exemplo, o primo ou tio do marido) ou afetividade (amigo ou amiga que more na mesma casa).

- Violência física - ação ou omissão que coloque em risco ou cause dano à integridade física de uma pessoa.

- Violência institucional - tipo de violência motivada por desigualdades (de gênero, étnico-raciais, econômicas etc.) predominantes em diferentes sociedades. Essas desigualdades se formalizam e institucionalizam nas diferentes organizações privadas e aparelhos estatais, como também nos diferentes grupos que constituem essas sociedades.

- Violência intrafamiliar/violência doméstica - acontece dentro de casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que viva com a vítima. As agressões domésticas incluem: abuso físico, sexual e psicológico, a negligência e o abandono.

- Violência moral - ação destinada a caluniar, difamar ou injuriar a honra ou a reputação da mulher.

- Violência patrimonial - ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.

- Violência psicológica - ação ou omissão destinada a degradar ou controlar as ações, comportamentos, crenças e decisões de outra pessoa por meio de intimidação, manipulação, ameaça direta ou indireta, humilhação, isolamento ou qualquer outra conduta que implique prejuízo à saúde psicológica, à autodeterminação ou ao desenvolvimento pessoal.

- Violência sexual - ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. No Código Penal Brasileiro, a violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno.

Quanto ao entendimento da violência doméstica e familiar, dispõe o art. 5º da Lei nº. 11.340/2006 que: “Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Violência física é o uso da força com o objetivo de ferir, deixando ou não marcas evidentes. É o tipo mais freqüente de violência e vem sempre acompanhada de uma violência psicológica, capaz de exercer na vítima sérios danos emocionais.

Conforme salienta Maria Berenice Dias (2007), não são necessárias marcas aparentes resultantes da agressão física, basta que o corpo ou a saúde física da mulher sejam ofendidos pelo uso da força, quer a ação seja dolosa, quer seja culposa, pois não houve distinção na lei sobre a intenção do agressor.

Um forte agravante da violência física é o abuso do álcool. Embora muitas vezes o álcool, drogas ilegais e ciúmes sejam apontados como fatores que desencadeiam a violência contra a mulher, eles não se justificam. Esses fatores apenas impulsionam o agressor a praticar atos violentos contra a vítima, mas sua mente já se encontra repleta de agressividade e de dominação em relação à mulher.

Em muitos casos, os homens agredem as mulheres como se aquilo tivesse caráter pedagógico, porque não limpou a casa direito ou porque não fez o jantar. Todavia, apesar de toda violência sofrida, muitas mulheres não denunciam seus agressores e os motivos são diversos: vergonha da exposição; dependência financeira ou emocional; proteção da “estabilidade familiar”, principalmente por causa dos filhos; porque o agressor quando não bebe “é excelente pessoa”, ou porque é o esteio da família e se for detido todos passarão necessidade. Dessa forma, a situação vai persistindo.

Em busca de combater essa prática delituosa, diversos órgãos de proteção às vítimas de violência foram criados em todo o país: Delegacias especializadas em violência contra a mulher; abrigos nos quais as mulheres vítimas de violência se protegem para não sofrerem nenhum dano maior por parte de seus companheiros; centro de atendimento às vítimas de violência, entre outros.

As Delegacias da Mulher foram criadas com a finalidade de estabelecer um espaço institucional de denúncia e repressão à violência contra a mulher, visando dar um atendimento diferenciado às mulheres vítimas de violências físicas, estimulando-as a denunciarem seus agressores. Além disso, visam proporcionar à mulher vítima de violência, um atendimento mais rápido e eficaz nas investigações.

Já os centros de assistência e apoio às vítimas de crimes têm como objetivo basicamente o de conceder amparo jurídico, social e psicológico às pessoas vitimizadas. A atuação interdisciplinar nas áreas jurídica, social e psicológica busca, primordialmente, a reestruturação moral, psíquica e social da vítima. O acesso à justiça significa para essas

pessoas o restabelecimento da ordem social individual e familiar, o que implica, em última instância, o controle da violência, o exercício da cidadania e o resgate dos direitos humanos.

A violência psicológica, também denominada agressão emocional, provoca danos tão ou mais graves que a violência física. O comportamento típico se dá quando o agente ameaça, discrimina, rejeita, humilha ou deprecia a vítima, demonstrando prazer em ver a outra pessoa se sentir inferiorizada, assustada, diminuída. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corpóreas visíveis, mas emocionalmente, causa cicatrizes permanentes.

Um tipo penal que tem se destacado nas denúncias realizadas pelas mulheres é o crime de ameaça, descrito no artigo 147 do Código Penal da seguinte forma: “Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave”. Este tipo de delito constitui um grande obstáculo para o pleno desenvolvimento mental ou psíquico da mulher.

Segundo o inciso II do artigo 7º da Lei nº 11.340/06, a violência psicológica pode ser entendida como:

Art.7º [...]

[...]

II. [...] qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração, e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Dentre os casos mais comuns de violência de gênero cometida contra as mulheres, destaca-se a violência sexual, na qual o agressor pratica relações sexuais com a vítima sem qualquer manifestação de consentimento.

Conforme reza o artigo 7º, inciso III da Lei Maria da Penha, a violência sexual implica em:

Art.7º. [...]

[...]

III. [...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à

prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Há, ainda, a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria e normalmente ocorre concomitantemente à violência psicológica.

Para Almeida (2004, p.240), a violência moral não é vista como um mecanismo espúrio nem, muito menos, dispensável ou erradicável da ordem de gênero ou de qualquer ordem de status, senão inerente e essencial. Prevista no artigo 7º, inciso V, da Lei 11.340/06, a violência moral desdobra-se em outros três crimes: “Entende-se por violência moral qualquer conduta que importe em calúnia, difamação ou injúria”.

Outra forma de violência praticada contra as mulheres é a violência patrimonial, prevista no inciso IV do artigo 7º da Lei 11.340/06. Entende-se por violência patrimonial qualquer conduta que implique em dano, perda, subtração, destruição, retenção de objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores, direitos ou recursos econômicos destinados a satisfazer as necessidades de alguém.

No Brasil, este tipo de violência é comum em mulheres mais velhas, sobretudo aposentadas, que são vítimas de filhos e dependentes que utilizam de seus recursos, deixando as vítimas muitas vezes em situação de necessidade financeira (PRADO, 2011).

Segundo Rogério Cunha e Ronaldo Pinto (2007, p. 38), “esta forma de violência raramente se apresenta separada das demais, servindo, quase sempre, como meio para agredir, física ou psicologicamente a vítima”.

Em busca de proteger a mulher contra esse tipo de violência, a Lei nº 11.340/06 elenca as medidas de proteção que poderão ser, liminarmente, determinadas pelo juiz. Preceitua o artigo 24 da Lei em comento que:

Art. 24. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daquelas de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente as seguintes medidas, entre outras:

- I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;
- II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;
- III – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;
- IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Como anteriormente tratado, toda essa polissemia de violência está relacionada à noção de dominação masculina exercida sobre as mulheres. Dominação que, segundo Bourdieu (2010) ultrapassa as diferenças biológicas, adentrando na esfera das diferenças sociais, inclusive, do trabalho. Importante frisar que, apesar da Lei n. 11.340/2006 elencar as diversas formas de violência doméstica e familiar, ela não é restritiva. O rol é meramente ilustrativo.

A restrição apresentada na Lei Maria da Penha corresponde ao fato de que nem toda forma de violência contra as mulheres encontra-se abrangida por ela, mas ainda que haja outro tipo de violência praticada no ambiente doméstico ou proveniente de relação familiar que não compreendida expressamente pela Lei n. 11.340/20226, ainda assim, configura violência doméstica ou familiar. Exemplo disso é a violência espiritual ou política, em que o marido exige que a esposa professe a mesma fé ou não concorra a cargo político (BIANCHINI, 2016).

### 2.3.2 O princípio da dignidade da pessoa humana como viga mestra da ordem jurídica e a necessidade de sua aplicação nas relações de gênero

Dentre os diversos valores fundamentais encontrados em nossa Constituição, o princípio da dignidade da pessoa humana merece destaque. Como reação aos diversos massacres ocorridos com a raça humana, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, este valor deixou de ser apenas uma questão ética e moral para adentrar na esfera jurídica.

Segundo o professor Marcelo Novelino (2007, p. 134) é a dignidade da pessoa humana, “o valor supremo que irá informar a criação, interpretação e aplicação de toda a ordem normativa constitucional, sobretudo o sistema de direitos fundamentais”.

Este pensamento foi ratificado por Uadi Bulos ao escrever:

A dignidade da pessoa humana é o valor constitucional supremo que agrega em torno de si a unanimidade dos demais direitos e garantias fundamentais do homem, expressos nesta Constituição. Daí envolver o direito à vida, os direitos pessoais tradicionais, mas também os direitos sociais, os direitos econômicos, os direitos educacionais, bem como as liberdades públicas em geral. (BULOS, 2002, p.49)

Como se pode observar, a dignidade da pessoa humana enquanto princípio fundamental constitui viga mestra de todos ou quase todos os direitos fundamentais,

caracterizando-se indispensável para a ordem social. Apesar da complexidade de delimitar a dignidade humana enquanto valor da humanidade e de tentar conceituá-la de forma precisa e limitada, ela emana de nossa Constituição de forma clara e evidente.

O jurista Ingo Sarlet faz uma breve reflexão sobre a importância do princípio da dignidade da pessoa humana em nossa Carta Suprema e a atenção dada pelo Constituinte a esse direito fundamental. Explana Sarlet:

Mesmo fora do âmbito dos princípios fundamentais, o valor da dignidade da pessoa humana foi objeto de previsão por parte do Constituinte, seja quando estabeleceu que a ordem econômica tem por fim assegurar a todos uma existência digna (art.170, *caput*), seja quando, no âmbito da ordem social, fundou o planejamento familiar nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável (art. 226, § 6º), além de assegurar à criança e ao adolescente o direito à dignidade (art. 227, *caput*). Assim, ao menos neste final de século, o princípio da dignidade da pessoa humana mereceu a devida atenção na esfera do nosso direito constitucional (SARLET, 2006, p.113).

Vale salientar, conforme aponta Ramos (2017, p. 78), que “diferentemente do que ocorre com direitos como liberdade, igualdade, entre outros, a dignidade humana não trata de um aspecto particular da existência, mas sim de uma qualidade inerente a todo ser humano”.

Ao analisarmos o artigo 1º da Constituição Federal em seu inciso III, percebemos que se trata de uma norma jurídica positiva, dotada de eficácia, por possuir *status* formal e material, consubstanciada em nossa Carta Magna como fundamento de nosso Estado Democrático de Direito.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I- [...]
- II- [...]
- III- a dignidade da pessoa humana;

Segundo Novellino (2007, p. 139-140), para se compreender o princípio da dignidade da pessoa humana é relevante verificar as origens e o significado do termo dignidade. Para o mestre, tal expressão tem origem no pensamento cristão e na filosofia kantiana. A primeira, fundada na fraternidade, seria “responsável pelo surgimento da noção de dignidade humana no mundo ocidental”, enquanto que a segunda apregoava a “dignidade humana no plano abstrato, como decorrência da idéia de que o homem era dotado de uma razão unificada”.



O insigne jurista vai além da análise originária da palavra e traça uma conceituação da essência do princípio em tela. Segundo ele

A dignidade da pessoa humana não é um direito, mas um atributo que todos ser humano possui, independentemente de sua origem, sexo, idade, condição social ou qualquer outro requisito. O ordenamento jurídico não confere dignidade a ninguém, mas tem a função de protegê-la contra qualquer violação (NOVELINO, 2007, p.141).

Todavia, mesmo com as conceituações de dignidade da pessoa humana formulada por diversos estudiosos, a noção de dignidade ainda está em constante evolução.

Corroborando com esse pensamento, Ramos (2017, p. 78), ao asseverar que em razão da dignidade humana ser um valor que identifica o ser humano como tal, seu “conceito é polissêmico e aberto, em permanente processo de desenvolvimento e construção”.

O autor supra referido ainda traz uma análise dos elementos que caracterizam a o conceito de dignidade humana separando-o em dois elementos: um positivo e outro negativo. O elemento positivo consistiria na defesa da existência de condições materiais mínimas de sobrevivência a cada ser humano, enquanto que o elemento negativo residiria na proibição de se impor tratamento ofensivo, degradante ou ainda discriminação odiosa a um ser humano.

Mesmo diante dessas considerações, o importante é perceber, segundo Sarlet (2007, p.49), que onde não houver respeito pela vida e pela integridade física e moral do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde não houver limitação do poder, enfim, onde a liberdade e a autonomia, a igualdade e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e minimamente assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana e esta, por sua vez, poderá não passar de mero objeto de arbítrio e injustiças.

Destarte, urge destacar que em se tratando de violência de gênero, sobretudo a violência doméstica, o princípio da dignidade da pessoa humana é a viga mestra que embasa qualquer discurso em favor das mulheres e da efetivação de seus direitos humanos, buscando o mínimo de respeito, não apenas dos homens, mas de toda sociedade.

### 2.3.3 O caráter pedagógico dos Direitos Humanos frente à violência de gênero

Em busca de uma declaração oficial que salvaguardasse os direitos dos cidadãos, surgiu, em 27 de agosto de 1789, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

(DDHC), composta de um preâmbulo e 17 artigos alusivos à Nação e ao indivíduo (HUNT, 2009).

Direitos como liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão foram definidos como direitos “naturais e imprescritíveis” pela Declaração, que também reconheceu a igualdade e a liberdade como direitos inatos a todos os indivíduos, sobretudo perante a lei e a justiça. Ela reforçou, ainda, o princípio da separação de poderes, servindo de inspiração para textos semelhantes em diversos países da Europa e da América Latina (FRANÇA, 2017).

Outro marco importante para o desenvolvimento dos direitos humanos na França foi o projeto de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791, proposto por Olympe de Gouges, reivindicando a igualdade de direitos de gênero (RAMOS, 2017). Nessa época também se afirma o constitucionalismo moderno, que tem como elementos essenciais a limitação do poder do Estado e a Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana (MAGALHÃES, 2017).

Os parlamentares pretendiam que a Declaração estivesse sempre presente a toda a sociedade, e que os direitos e deveres do cidadão fossem sempre lembrados. O objetivo era de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo pudessem ser comparados com o objetivo de toda instituição política, no intuito de que fossem respeitados (ROQUE, 2012).

Os direitos e deveres inerentes aos cidadãos eram claramente perceptíveis já em seu preâmbulo. Em análise ao preâmbulo da Declaração, Roque salientava que os parlamentares resolveram expor no preâmbulo uma declaração solene sobre os direitos naturais sagrados, inalienáveis e imprescritíveis do ser humano (ROQUE, 2012).

Como se percebe de sua leitura: “Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a **ignorância**, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, (...)” (FRANÇA, 2017, grifo nosso), há um projeto pedagógico constante nesse documento.

Ao se pensar em combater a ignorância de um povo, pensa-se também em ações educacionais, por meio de práticas pedagógicas planejadas e executadas com o foco na mudança de paradigmas sociais de desigualdade, possibilitando que os cidadãos possam pensar em transformação do meio social a partir do conhecimento e da aprendizagem, podendo, com isso, desenvolver suas habilidades e conquistar direitos que lhes são devidos como detentores de direitos civis e políticos.

O direito à instrução e à educação se mostrava, nas entrelinhas do preâmbulo da DDHC, como imprescindível para a formação de indivíduos críticos e de uma sociedade equilibrada, com os direitos de seus membros protegidos e inalienáveis.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão foi a primeira declaração de direitos e inspirou outras declarações posteriores, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948.

Frisa-se a observância de uma pauta pedagógica contida no artigo 26 da Declaração de 1948 em consonância com o preâmbulo da Declaração de 1789. Preceitua o art. 26 da DUDH:

1. Toda pessoa tem direito à **instrução**. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
2. A **instrução** será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
3. Os pais e mães têm prioridade de direito na escolha do gênero de **instrução** que será ministrada a seus filhos e filhas. (ONU, 2014, grifo nosso)

A instrução em Direitos Humanos, tendo em vista seu caráter pedagógico, é elemento indispensável na consecução de uma sociedade pautada nos ideais de liberdade, igualdade e respeito aos direitos fundamentais.

Promover uma educação em Direitos Humanos pautada nos princípios da dignidade da pessoa humana e na preservação da vida como bem maior, principalmente na educação básica com crianças e adolescentes, é um passo importante para a formação de uma sociedade futura mais justa e mais igualitária.

Segundo ressalta Almeida (2004, p.243), “Os direitos humanos estabelecem metas e objetivos para a sociedade, criam uma nova moralidade e, ao dar nome às queixas e aos desejos coletivos, podem cumprir seu papel pedagógico e transformador”. Todavia, apenas o conhecimento da legislação por parte dos operadores do Direito não gera resultados suficientes na luta contra a violência de gênero.

É necessário disseminar o conhecimento da legislação de proteção às mulheres em situação de violência para a sociedade, especialmente das Leis nº 11.340/06 e nº 13.104/15, o que só é possível com a implantação de conteúdos programáticos, principalmente do ensino

sobre direitos humanos em todos os níveis escolares, envolvendo, inclusive, noções sobre a igualdade entre as pessoas e a abordagem da violência contra a mulher. Saffioti coaduna desse pensamento ao afirmar:

Urge que a educação, em todos os níveis, seja oferecida ao povo brasileiro, com recorte de gênero e enfoque democrático, ou seja, em direção à igualdade entre homens e mulheres, brancos e negros, abastados e pobres. Em si mesmo, este enfoque deve integrar o próprio ato educacional interessado na construção de uma democracia plena. Ademais, existiria outro caminho para a eliminação ou, pelo menos, uma drástica redução da violência? (SAFFIOTI, 2005, p. 73)

Entender o processo histórico de formação da identidade de gênero, da influência do patriarcalismo no contexto da violência de gênero e da origem dos Direitos Humanos como fator fundamental em defesa de grupos vulneráveis, dentre eles as mulheres, pode ser fundamental para reverter os padrões tradicionais de desigualdade e dominação que fundamentam as agressões e as mortes.

Implementar políticas educacionais eficazes, com o estudo dos Direitos Humanos como disciplina obrigatória na grade curricular, a partir das séries iniciais, com práticas pedagógicas que envolvam o estudo da disciplina não apenas pelos discentes, mas com ações de envolvimento familiar, pode ser um marco importante no processo de conscientização e transformação da sociedade brasileira, não apenas para combater esse tipo de violência e o fim da omissão do Estado, como também, para fazer ressurgir nas mulheres, independente de faixa etária ou classe social, os sentimentos de dignidade, igualdade e direito a uma vida sem violência.

No Brasil, os direitos humanos foram recepcionados pela ordem jurídica nacional e popularizados durante o processo de redemocratização, principalmente quando os movimentos da sociedade civil se rebelavam contra o autoritarismo da ditadura militar. Nessa época, a expressão “direitos humanos” ganhou força e passou a ser difundida pelos militantes que se posicionavam contrários ao regime militar dos anos 80.

No tocante à definição dos Direitos Humanos, há diversas conceituações em torno de sua terminologia. Peres Luño (1995) atribui aos direitos humanos três definições: a definição tautológica, que não aporta nenhum elemento novo que permite caracterizar tais direitos; definição formal, que consiste em estabelecer que os direitos humanos são aqueles que pertencem a todos os homens e que não podem ser deles privados, sendo portanto indisponíveis; e a definição finalística ou teleológica, em que os direitos humanos são aqueles

essenciais para o desenvolvimento digno da pessoa humana. Na visão de Arendt (1997), os direitos humanos não são um dado, mas sim um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução.

Para André Carvalho Ramos (2016, p. 29), “os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. Os direitos humanos são os direitos essenciais e indispensáveis à vida digna”.

Numa definição moderna e simplória, podemos afirmar que os direitos humanos equivalem aos direitos e liberdades básicas de todo ser humano, centrados na dignidade da pessoa humana.

Essa dignidade da pessoa humana que não se coaduna com a ideia de violência de gênero, nem tampouco de finalização da vida feminina, deve ser propagada e ensinada nas escolas como medida profilática no combate à perpetuação dos valores patriarcais, da desigualdade entre os sexos e de subordinação do querer da mulher ao querer masculino, pois quanto mais desigualdade de gênero existir mais violência de gênero existirá.

No entendimento de Oliveira, Cavalcanti e Sousa (2016, p. 110): “A educação para a igualdade entre homens e mulheres é, portanto, fator essencial para prevenir a violência de gênero e fomentar a resolução pacífica de conflitos”.

A violência a ser combatida através da mudança de paradigma e do pensar social é, especialmente, a violência simbólica, presente na ideia de dominação masculina, naturalmente aceita pelas mulheres, e manifestada nas mais variadas formas de violência. No dizer de Bourdieu (2000, p. 37), é uma categoria de violência que “legitima una relación de dominación inscribiéndola en una naturaleza biológica que es en si misma una construcción social naturalizada”.

Esse ideário de dominação masculina, sedimentado não apenas nos papéis sociais impostos ao binômio masculino e feminino e nas suas diferenças anatômicas, mas num contrato social-sexual firmado entre homens e mulheres e salientado por Pateman como justificador da aceitação de posição de superior e inferior desde a época do contrato original de Rousseau, é naturalmente aceito em sociedade. Consoante a isso, assevera Bourdieu que:

Gracias a que el principio de visión social construye la diferencia anatómica y que esta diferencia social construida se convierte en el fundamento y en el garante de la apariencia natural de la visión social que la apoya, se establece una relación de causalidad circular que encierra el pensamiento en la evidencia de las relaciones de dominación, inscritas tanto en la objetividad, bajo la forma de divisiones objetivas, como en la subjetividad, bajo la forma

de esquemas cognitivos que, organizados de acuerdo con sus divisiones, organizan la percepción de sus divisiones objetivas. (BOURDIEU, 2000, p. 24).

Em busca de combater ou, quiçá, erradicar a violência extremada contra as mulheres é imprescindível a prática de ações pedagógicas direcionadas, não apenas a jovens e adultos, mas, principalmente, a crianças em processo de formação de ideias e pensamentos sobre as relações humanas.

Para tanto, deve-se promover uma educação em Direitos Humanos, centrada no princípio da dignidade da pessoa humana como viga mestra da ordem jurídica e da necessidade imperativa de sua aplicação nas relações de gênero através de práticas pedagógicas em âmbito escolar e disseminada para os demais segmentos da sociedade.

Concentrar as atividades em âmbito escolar, sobretudo em séries primárias, para a promoção de uma geração futura mais consciente do respeito ao outro, livre de preconceitos e opressão nas relações interpessoais, contribuirá para combater a violência de gênero em qualquer de suas formas, principalmente em sua forma extrema.

Essas ações educacionais, executadas com o foco na mudança de paradigmas sociais de desigualdade de gênero, possibilitará que crianças, adolescentes e jovens possam pensar em transformação do meio social no interior de seus lares quando se depararem com situações de desrespeito, agressão, intolerância e violência, podendo fazer diferença no seio familiar, núcleo da sociedade.

Cecchetto, Ribeiro e Oliveira (2010) aduzem que as contradições entre homens e mulheres precisam ser debatidas para serem superadas. Somado a isso, acreditam que a escola pode atuar como agente positivo no processo de desnaturalização das formas de dominação entre os sexos, desenvolvendo ações e projetos em oposição ao sexismo e à subordinação feminina. Para tanto, é importante a interação com a família e a comunidade nesse processo.

Dessa maneira, é perceptível a importância de utilizar-se de práticas pedagógicas que envolvam alunos, pais, familiares e a sociedade civil como estratégia de conscientização e prevenção a futuros casos de violência doméstica, que se manifesta das mais variadas formas, e acaba, por vezes, resultando num desfecho trágico de violência fatal. Campanhas educativas, oficinas pedagógicas, vídeos, debates, mesas redondas, seminários, parcerias com entidades públicas e privadas, divulgação da legislação pertinente, formas de denúncias são alguns exemplos de ações que podem ser adotados como estratégias no enfrentamento à violência de gênero.

Corroborar com esse pensamento Pinafi ao declarar:

Além disto, a conscientização da natureza histórica da desigualdade de gênero precisa ser trabalhada desde o início do ensino escolar, já que a desigualdade de gênero somada a ordem patriarcal vigente são alguns dos ingredientes que, unidos ao sentimento de culpa inculcado historicamente na psique das mulheres, contribuem para a perpetuação das relações desiguais de poder que acabam por acarretar em violência (PINAFI, 2007, s/p.).

Educar em Direitos Humanos, diante das circunstâncias criadas para a promoção de debates no contexto de gênero, relacionando com temas conexos, com oficinas pedagógicas para trabalhar em grupos e coletivamente, é uma maneira de alcançar, não apenas o público masculino para mudança de ideias machistas e patriarcais, mas também, às mulheres para fazer ressurgir um ideal de cidadania feminina com dignidade, confiança e autoestima.

## **2.4 Femicídio como violação ao direito fundamental à vida**

Embora a violência contra as mulheres tenha alcançado uma maior visibilidade em épocas recentes, sua erradicação continua sendo um dos maiores desafios deste século. Em qualquer de suas modalidades, a violência contra as mulheres é um problema tão antigo quanto à própria existência humana.

Em sua forma extrema, o feminicídio, comumente tem sua definição confundida com a do o termo femicídio. Todavia, esta se refere a uma forma de vitimização mais genérica das mulheres, enquanto que o feminicídio retrata a violência fatal decorrente de uma motivação específica: violência doméstica ou menosprezo e discriminação à condição de mulher. (SILVA, 2016).

O termo “femicídio” é atribuído a Diana Russel, que a teria utilizado durante um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres em 1976, em Bruxelas. Em 1992, a expressão foi usada pela primeira vez nos contornos de sua atual definição por Diana Russel e Jill Radford, em seu livro “Femicide: The Politics of Woman Killing”, publicado em Nova York (SILVA, 2016, p.86).

Esse tipo de violência decorre muitas vezes de um histórico de violência doméstica que se desenvolve dentro de um ciclo até culminar em sua forma máxima. Esse ciclo de violência geralmente se inicia com a violência psicológica, manifestada por meio de ameaças

e intimidações, passando para a violência física de forma progressiva e aumentando de intensidade até seu fim trágico.

Vale salientar que esse ciclo de violência não se limita ao relacionamento conjugal. Por diversas vezes, mães, filhas, enteadas pontuam nos índices de homicídios femininos no interior do lar. Em quase todos os casos há um histórico de agressão verbal, física, por vezes sexual, precedendo a agressão letal. Diante da vulnerabilidade desse grupo, a aceitação da permanência dentro do ambiente doméstico é quase sempre a única opção.

Ressalta Debelak, Dias e Garcia (2015) que um dos fatores que permite a continuidade do ciclo da violência é a demonstração de suposto arrependimento por parte do agressor, seguindo para a fase da reconciliação entre agressor e vítima. Diante da não ruptura desse ciclo, a violência progride e se intensifica chegando ao seu ápice de modo letal.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, caput, assegura, com base no princípio da isonomia, o direito à vida, à liberdade e à igualdade, revelando que só é possível o exercício da dignidade humana com a proteção da vida, chegando a serem confundidas diante de sua intrínseca relação. Deles se originam todos os demais direitos humanos.

Opor-se ao direito essencial à vida, seja pela negação de direitos que lhe confirmam exercê-la em plenitude ou pela sua interrupção por meio de atos voluntários e violentos que impeçam sua continuidade, como se constata no feminicídio, é ir de encontro a todo um ordenamento jurídico regulador não só da vida em sua particularidade, mas de toda uma sociedade com relações humanas internas e externas.

#### 2.4.1 Da inviolabilidade do direito à vida

Para se analisar a importância de resguardar a vida e de protegê-la a todo custo, deve-se ponderar inicialmente acerca do que seria vida, a fim de se entender a complexidade e extensão da inviolabilidade do direito à vida como direito fundamental.

Definir vida não é uma tarefa fácil, sua definição varia de acordo com convicções religiosas, científica, filosóficas, morais ou jurídicas. A vida, do ponto de vista jurídico, se dá desde a fecundação natural ou artificial do óvulo pelo espermatozoide. (DINIZ, 2009)

Não é objeto do presente estudo analisar em que momento a vida de fato se concretiza, mas objetiva analisar a importância de sua inviolabilidade, principalmente das mulheres, quando é ameaçada pela violência de gênero que se desenrola até atingir sua forma máxima,



pondo fim a existência humana e contrapondo-se aos ideais constitucionais e infraconstitucionais, especialmente aos direitos humanos.

Fato inegável, seja na ciência, religião ou no campo jurídico, é que a vida deve ser preservada com dignidade e a sujeição da pessoa à situações de violência física, moral ou psicológica é uma afronta a essa existência digna, e acaba, por vezes, na violação do seu direito a existir.

Maria Helena Diniz (2009, p.21) afirma que o “direito à vida, por ser essencial, condiciona os demais direitos da personalidade”, e salienta que “jamais se poderia legitimar a qualquer conduta que vulnerasse ou colocasse em risco a vida humana, que é um bem intangível e possui valor absoluto” (p.23).

Assim, o crime de ódio que resulta na violência fatal contra as mulheres foi tipificado como feminicídio e trouxe ao conhecimento da sociedade um problema sério e invisibilizado por séculos. Um problema político e social que constitui verdadeira violação ao direito à vida, principal direito a ser resguardado pela Lei Maior sem qualquer distinção. Juntamente com esse direito, o Estado deve assegurar o direito à saúde, à alimentação, à educação, à igualdade, à segurança e à dignidade humana.

Em concordância com esse entendimento, Alexandre de Moraes assegura que “o direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais.” (2005. p. 30)

Maria Helena Diniz também compartilha desse pensamento quando afirma que “a vida tem prioridade sobre todas as coisas, uma vez que a dinâmica do mundo nela se contém e sem ela não terá sentido”. (2009, p. 25)

Com a inviolabilidade consagrada no caput do art. 5º da Constituição Federal, intangível, pois contra ela não se pode nem sequer emendar, o direito à vida não se restringe apenas a seu aspecto biológico, mas interliga-se com elementos morais e com princípios fundamentais, especialmente o da dignidade da pessoa humana. Assim, deve-se analisar o direito à vida, também, à luz da Teoria dos Direitos Humanos para que se compreenda a importância de sua inviolabilidade e da necessidade de sua existência de forma digna e sem violência.

#### 2.4.2 O feminicídio como expressão máxima de violência à vida das mulheres

Numa análise histórico legislativa sobre homicídios de mulheres no Brasil, notadamente se compreende a relevância da nova tipificação em defesa da inviolabilidade à

vida das mulheres, tendo em vista que já foi permitido no Brasil, o assassinato da mulher pelo marido se esta fosse pega em adultério. Essa permissão constava no bojo das Ordenações Filipinas que vigoraram no Brasil até a promulgação do primeiro Código Penal, em 1890.

Segundo previa as Ordenações Filipinas, se o homem casado encontrasse sua mulher em situação de adultério poderia licitamente matá-la assim como o adúltero, exceto se o marido fosse peão, e o adúltero Fidalgo, desembargador, ou pessoa de maior qualidade. Caso a mulher não fosse pega em flagrante adultério, mas houvesse certeza do cometimento deste, poderia, do mesmo modo, matar licitamente a mulher e o adúltero (THOMPSON, 1976). No Código de 1940, o marido que retirasse a vida de sua esposa em decorrência de forte emoção, o chamado crime passional, teria uma diminuição na atribuição da pena, pois se passava a se tratar de homicídio privilegiado.

Nesse contexto, vale salientar que ainda havia o argumento da legítima defesa da honra, que considerava a infidelidade conjugal da esposa como uma grave violação aos direitos do marido. Diante disso, é possível verificar que o pensamento patriarcal imperou (e ainda impera) por muitas décadas na sociedade brasileira, colocando as mulheres numa situação de sujeição às vontades masculinas e tendo tratamento diferenciado quando do cometimento de infidelidade conjugal.

Frente os altos índices de homicídios femininos no Brasil, que o coloca na posição de 5º lugar entre 83 países com dados homogêneos, ressalta-se a necessidade de um regramento próprio em defesa da parte vulnerável nessa situação de violência e evidencia-se a necessidade de um tratamento diferenciado às vítimas.

Com base nos registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), no Brasil, entre 1980 e 2013, houve um aumento num ritmo crescente ao longo do tempo, tanto em número quanto em taxas, de mulheres mortas. Ao se comparar as taxas de 1980 e 2013, observar-se-á um aumento de 252% de homicídios de mulheres com uma taxa de 2,3 vítimas por 100 mil mulheres no primeiro ano e 4,8 no segundo ano comparado (WAISELFISZ, 2015).

Em contrapartida, também é possível observar, com base nos dados mais recentes do Atlas da Violência 2017 que o Brasil apresentou uma sensível diminuição na taxa de homicídios de mulheres no país, caindo de 4,8 para 4,5 vítimas por 100 mil habitantes femininos em 2015, ano do surgimento e implantação da Lei n. 13.104/15, conhecida como Lei do Feminicídio, que alterou parte do artigo 121 do Código Penal brasileiro, tornando o homicídio de mulheres, por razões de gênero ou de violência doméstica, em Crime Hediondo, conforme o disposto no art. 1º da Lei 8.072/90, e o incluindo como homicídio qualificado. No

entanto, ainda não é possível identificar que parcela dessa taxa corresponde às vítimas de feminicídios, uma vez que a base de dados do SIM não fornece essa informação (IPEA, 2017).

Analisando os homicídios femininos nas Unidades da Federação (UF), os dados mostram que entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Nesse período (2003/2013), a Paraíba passou a ocupar o 2º lugar no crescimento das taxas de homicídio contra mulheres no país, onde as taxas mais que triplicaram, passando de 91,4% para 229,2%. No entanto, vale ressaltar que no último ano (2016) houve uma diminuição na taxa de homicídio de mulheres em 18 Unidades Federativas (IPEA, 2017).

Comparando o intervalo compreendido entre 2005 e 2015, verifica-se que a taxa de homicídio de mulheres cresceu 7,3%. Todavia, ao analisarmos os anos mais recentes, verificamos uma melhora gradual, tendo este indicador diminuído 1,5%, entre 2010 e 2015, e sofrido uma queda de 5,3% apenas no último ano da série (IPEA, 2017).

A diversidade de instrumentos e formas usados no cometimento dos crimes, tais como, violência sexual, desfiguração, mutilação da genitália, espancamento, cárcere privado, e a imposição do sofrimento às vítimas anteriormente à sua execução chama a atenção para a noção de dominação que os homens possuem, imputando-lhes o direito de dispor do corpo da mulher como que bem lhes entender. (PNUD, 2015). Segundo o Atlas da Violência 2017, uma série de outras violências de gênero, como bem especifica a Lei Maria da Penha, tais como violência psicológica, patrimonial, física ou sexual, antecede o desfecho fatal demonstrando um quadro social grave e que muitas vezes poderiam ter sido evitadas (IPEA, 2017).

Além da ideia de dominação que permeia a mente masculina, a violência de gênero também decorre do desejo de manter as mulheres na posição de inferioridade, iniciando com agressões verbais e psicológicas até desencadear no feminicídio, evidenciando a necessidade de tratar do problema como uma questão social e política e, não apenas, de relação interpessoal entre agressor e vítima. Diversas vezes essa violência é imperceptível, revelando-se de forma simbólica e reproduzida pelas próprias mulheres que, diante das circunstâncias, acabam incorporando a visão androcêntrica de mundo e aceitando a visão masculina de dominação (BOURDIEU, 2010).

O crime de feminicídio, que afronta claramente a inviolabilidade do direito à vida, garantida constitucionalmente e defendida pelos direitos humanos, decorre do preconceito e

intolerância ao gênero feminino e deriva muitas vezes de uma violência doméstica que se desenvolveu até culminar com a sua forma extrema, o homicídio. Trata-se de uma modalidade de violência extremada consubstanciada por uma cultura de dominação e de inferiorização da condição das mulheres (OLIVEIRA, COSTA e SOUSA, 2015).

É um problema estrutural e decorrente de uma sociedade misógina que por anos foi cercado de tabus sociais e que hoje têm sido objeto de estudo de várias áreas do Direito, dentre eles os Direitos Humanos e a Teoria dos Direitos Humanos, principais ramos analisados nessa pesquisa.

### **3 DA LEI MARIA DA PENHA À LEI DO FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INSTRUMENTOS LEGAIS NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL**

Em que pese o histórico de dominação masculina e a luta das mulheres por melhores condições de vida em igualdade com os homens, as conquistas legislativas foram sendo gradativamente auferidas em busca de se garantir o exercício pleno da cidadania feminina e o direito a uma vida pautada no princípio da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, é de se observar que o histórico da supremacia masculina, principalmente no interior do âmbito doméstico, relaciona-se com a trajetória jurídica dos direitos femininos, revelando que as práticas sociais e culturais impostas às mulheres, como a própria violência doméstica e familiar, persistem no tempo e são observadas até os dias atuais (SILVA, 2016).

#### **3.1 Antecedentes legislativos e principais instrumentos legais de combate à violência de gênero**

Alguns atos normativos foram surgindo nas esferas trabalhista, cível, penal e no campo da política e da saúde como resposta ao clamor social de movimentos feministas, sendo a esfera privada a mais resistente à intervenção estatal. Após a Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII, em que a mão de obra feminina era monetariamente desvalorizada e altamente lucrativa para o empregador, estendendo-se por toda a Europa até chegar ao Brasil na segunda metade do século XIX, diversas mulheres lutaram por melhores condições de trabalho e por direitos equiparados aos dos homens.

Inicialmente, a participação feminina no campo do trabalho foi vista como ameaça ao sistema familiar tradicional cujo papel social entre homens e mulheres era claramente definido. Nessa perspectiva, salientou Rago quanto ao ingresso das mulheres durante a Revolução Industrial.

Muitos acreditavam [...] que o trabalho da mulher fora de casa destruiria a família, tornaria os laços familiares mais frouxos e debilitaria a raça, pois as crianças cresceriam mais soltas, sem a constante vigilância das mães. As mulheres deixavam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas, se trabalhassem fora do lar; além de que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade. (1997, p. 585)

A concepção de espaço público e privado foi se tornando mais evidente e, embora ainda predominasse o poder patriarcal no espaço privado, a absorção das mulheres das camadas populares ao trabalho industrial era uma realidade que desencadeou diversos conflitos sociais e mudanças no seio familiar. “Em fases de ampliação de produção se incorporava a mão de obra feminina junto à masculina, nas fases de crise substituíam-se o trabalho masculino pelo trabalho da mulher, porque o trabalho da mulher era mais barato” (SOUSA, 2011, p.17)

A inserção das mulheres no mercado de trabalho promoveu, não apenas, mudanças na estrutura social como gerou reflexos no ordenamento jurídico com a edição de atos normativos e garantias trabalhistas, cíveis e penais, em âmbito nacional e internacional. Movimentos femininos passaram a reivindicar direitos trabalhistas, jornada de trabalho equiparada aos homens e direito de voto. Entretanto, o modelo patriarcal familiar ainda imperava na sociedade ocultando os atos de violência que eram praticados no interior dos lares e onde as desigualdades entre os sexos ainda eram quase intocáveis.

Diante disso, é importante ressaltar que a violência contra as mulheres continuou invisibilizada por séculos, constituindo um grave problema social e tomando proporções gigantescas em todo o mundo. Em nível global, o Brasil ratificou diversos tratados internacionais de proteção às mulheres vítimas de violência, embora isto não tenha impedido os inúmeros casos de assassinatos femininos ocorridos no País.

Algumas tentativas de minimizar esse tipo de delito e de proteger as mulheres dessa violência se mostraram ineficazes, mas serviram de alicerces no combate a esse mal social. Diversos atos normativos de promoção e proteção dos direitos das mulheres sedimentaram, ao longo do tempo, o desejo de salvaguardar a dignidade feminina e o direito a uma vida sem violência na consecução pela igualdade entre os sexos, a exemplo da Lei nº 4.121/62, que dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada; e a Lei nº 10.886/04, que alterou o art. 129 do Código Penal brasileiro criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica".

O Estado brasileiro participou de diversas negociações internacionais, sendo signatário de vários tratados internacionais em defesa dos direitos das mulheres. Muitos desses tratados compõem hoje, parte de nosso direito positivo. Cada um deles trouxe aportes significativos em favor da paridade entre homens e mulheres e na luta pela erradicação da violência de gênero no país.

Como bem menciona Alice Bianchini (2016, p. 120), “os comandos normativos nacionais acerca do direito a não violência interagem com os documentos internacionais sobre o tema, formando um todo integrado e harmônico”. Dessa maneira, se observa que cada ato

normativo, seja nacional ou internacional, contribuiu para o avanço de direitos específicos de proteção às mulheres visando, principalmente a igualdade material entre elas e os homens. Vejamos a seguir, os principais atos normativos de promoção e proteção dos direitos das mulheres anteriores à Lei do Feminicídio, objeto principal desse estudo.

### 3.1.1 Atos normativos de promoção e proteção dos direitos das mulheres no Brasil anteriores à Lei do Feminicídio

Com o transcorrer do tempo, muitos dos direitos gozados exclusivamente pelos homens foram sendo conquistados pelas mulheres. Foi um longo caminho percorrido até que as mulheres pudessem exercer determinados direitos nos dias atuais, embora a luta pela plena garantia da cidadania feminina ainda persista. Algumas dessas conquistas se deram na ordem internacional, pressionando o âmbito interno, sobretudo com a participação ativa das feministas, para que aderisse e efetivasse os direitos em favor das mulheres no País, o que não foi facilmente aplicado tendo em vista a cultura machista fortemente enraizada na sociedade brasileira.

Contudo, não se deve analisar a história da construção desses direitos de maneira linear. “Nunca uma evolução se faz em linha reta” (PERROT, 2017, p. 81). Em determinados períodos da história, existiram contestações e perdas pela incapacidade do Estado em responder aos anseios sociais de grande parte da sociedade. É preciso observar que em muitos momentos onde “a desigualdade e a dificuldade histórica de criar um ambiente de direitos para todos têm sido capaz de criar diversas sociedades em termos de políticas públicas, decisões judiciais e normativas” (FIGUEIREDO, 2014, p. 235).

Em 23 de outubro de 1952, foi promulgada no Brasil, através do Decreto nº 31.643/52, a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Cíveis da Mulher, assinado em Bogotá a 08 de maio de 1948. No art. I da Convenção consta expressamente que os “Estados americanos convêm em outorgar à mulher os mesmos direitos cíveis de que goza o homem” (BRASIL, 1952), evidenciando a igualdade de direitos entre os sexos na ordem civil.

Além dos direitos cíveis, restava a necessidade de igualdade de direitos políticos, pois as mulheres não poderiam gozar de cidadania sem o exercício de direitos dessa natureza. Nesse campo, foi aprovada, em 08 de maio de 1955, por meio do Decreto Legislativo nº. 123, a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher, concluída por ocasião da VII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas de Nova York e assinada pelo Brasil a 20

de maio de 1953. A Convenção trazia em seu preâmbulo o desejo pela efetivação do princípio da igualdade de direitos entre homens e mulheres na esfera política. Neste trecho, extraído do preâmbulo do referido documento, explana-se um pouco do que foi anteriormente ventilado:

Desejando pôr em execução o princípio da igualdade de direitos dos homens e das mulheres, contido na Carta das Nações Unidas, reconhecendo que toda pessoa tem o direito de tomar parte na direção dos assuntos públicos de seu país, seja diretamente, seja por intermédio de representantes livremente escolhidos, ter acesso em condições de igualdade às funções públicas de seu país e desejando conceder a homens e mulheres igualdade no gozo e exercício dos direitos políticos, de conformidade com a Carta das Nações Unidas e com as disposições da Declaração Universal dos Direitos do Homem. (ONU, 1953)

A determinação do direito ao voto em igualdade de condições com os homens, assim como sua elegibilidade para cargos públicos representou um marco no processo de luta pelo exercício da cidadania, embora até aos dias atuais ainda persista a necessidade de melhores condições na efetivação desses direitos pelas mulheres. Como reflexo dessas condições, observa-se o número ínfimo de mulheres que se candidatam nas disputas eleitorais em todo o País.

Na visão de Jussara Prá (2014) a subordinação da mulher ao homem que vai desde o privado ao público é salientada por discriminações que podem exprimir tanto a violência de gênero quanto a pouca representação feminina na política. Nessa perspectiva podem-se identificar as dificuldades das mulheres para o exercício pleno de seus direitos políticos e, ao mesmo tempo, recair sobre elas.

A Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher veio, portanto, contrariar o pensamento de Hegel (*apud* PERROT, 2017) que acreditava: “Se se colocam mulheres à frente do governo, o Estado se encontra em perigo. Pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos.” (p.278). A partir de tal conquista, as mulheres poderiam, não apenas escolher seus dirigentes, mas tornar-se um deles.

Outro campo de atuação hegemonicamente masculino era o campo militar. Em 13 de março de 1961, as mulheres conquistaram o direito de fazer parte do corpo policial em Brasília, uma vez que foi instituído pelo Decreto nº 50.336 o Corpo de Policiamento Especial



Feminino em Brasília, vindo a sofrer algumas mudanças quanto aos requisitos de admissão dois meses depois<sup>5</sup>.

Além das conquistas relativas à cidadania e à participação das mulheres em segmentos de cunho exclusivamente masculino, era imprescindível que avançasse também na esfera privada, local em que o Estado resolveu, por muito tempo, não intervir e onde as mulheres se encontravam mais vulneráveis (LORETONI, 2006).

Entre os atos normativos relativos à proteção da mulher, vale frisar o que versava a respeito da situação jurídica da mulher casada. Através da Lei n.º 4.121 de 27 de agosto de 1962, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, a esposa conquistou direitos e deveres antes não contemplados pelo Código Civil de 1916. Segundo o Código vigente à época, a mulher casada era definida como incapaz de praticar certos atos civis sem autorização do marido, a exemplo de receber herança ou possuir uma profissão, mostrando-se um código extremamente discriminatório e que reforçava as diferenças entre os sexos.

Após o advento da Lei n.º 4.121/62, a mulher casada passou a ter mais autonomia nas finanças, tornando-se economicamente ativa, uma vez que o marido deixou de ser o chefe irrestrito no relacionamento conjugal, demonstrando, com isso, a busca pela igualdade de direitos entre homens e mulheres em âmbito familiar.

Outra importante conquista feminina ocorreu no campo da legislação trabalhista em virtude do Decreto-lei n. 229 de 28/02/1967 que alterou dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto-lei n. 5.452 de 01/05/1943 e deu outras providências. Segundo o art. 7º do Decreto-lei n. 229, os artigos indicados do Capítulo III - "Da proteção ao trabalho da mulher" - do Título III da CLT passaram a vigorar com a seguinte redação:

Art. 374. A duração normal diária do trabalho da mulher poderá ser no máximo elevada de 2 (duas) horas, independentemente de acréscimo salarial, mediante convenção ou acordo coletivo nos termos do Título VI desta Consolidação, desde que o excesso de horas, em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite de 48 (quarenta e oito) horas semanais ou outro inferior legalmente fixado.

Art. 379. É vedado à mulher o trabalho noturno, exceto às maiores de 18 (dezoito) anos empregadas:

I - em empresas de telefonia, radiotelefonia ou radiotelegrafia;

---

<sup>5</sup> As mudanças nos requisitos para admissão constantes no art. 3º do Decreto nº 50336, que posteriormente foi alterado pelo Decreto nº 50589, foram: a possibilidade da candidata ser desquitada (antes só solteira ou viúva); ter no mínimo 1,56m de altura (antes era de 1,60m); além do acréscimo do parágrafo único que advertia: "A candidata não deverá ter compromisso direto com a guarda de prole". Publicação original exibida no site da Câmara dos Deputados de Brasília.

- II - em serviço de enfermagem;
  - III - em casas de diversões, hotéis, restaurantes, bares e estabelecimentos congêneres;
  - IV - em estabelecimento de ensino;
  - V - que, não participando de trabalho contínuo, ocupem postos de direção.
- (BRASIL, 1967)

Posteriormente, em 06 de agosto de 1969, por intermédio do Decreto-lei n.744 de 1969, as disposições inerentes ao trabalho noturno feminino passaram por novas alterações, inclusive com o acréscimo de novos incisos que regulamentassem esse tipo de serviço em proteção à saúde das mulheres. Segundo o Decreto supra, que modificou os itens II e V do art. 379 da CLT, já alterado pelo Decreto 229, acrescentou ainda outros, passando a ter a seguinte redação:

Art.379. . É vedado à mulher o trabalho noturno, exceto às maiores de 18 (dezoito) anos empregadas:

- II - Em serviço de saúde e bem-estar;
- V - Que, não executando trabalho contínuo, ocupem cargo técnicos ou postos de direção, de gerência, de assessoramento ou de confiança;
- VI - Na industrialização de produtos perecíveis a curto prazo durante o período de safra quando ocorrer necessidade imperiosa de serviço, bem como nos demais casos em que o trabalho se fizer com matérias-primas ou matérias em elaboração suscetíveis de alteração rápida, quando necessário o trabalho noturno para salvá-las de perda inevitável;
- VII - Em caso de força maior (art. 501);
- VIII - Nos estabelecimentos bancários, nos casos e condições do artigo 1º e seus parágrafos do Decreto-lei nº 546, de 18 de abril de 1969.

Parágrafo único. Nas hipóteses de que tratam os itens VI e VII o trabalho noturno dependerá de:

- a) concordância prévia da empregada, não constituindo sua recusa justa causa para despedida;
- b) exame médico da empregada, nos termos do artigo 375;
- c) comunicação à autoridade regional do trabalho no prazo de quarenta e oito horas do início do período de trabalho noturno." (BRASIL, 1969)

As conquistas na esfera trabalhista favoreciam, inclusive, a autoestima das mulheres e corroboravam para o empoderamento feminino, pois cada avanço no campo financeiro contribuía para o fortalecimento e independência de várias mulheres, inclusive para quebrar o ciclo de violência que muitas estavam submetidas, mas que a dependência financeira obstaculizava o rompimento.

Vale destacar, ainda, outros atos normativos que serviram para promover os direitos femininos e trazer maior visibilidade aos anseios das mulheres até a edição da Lei do Feminicídio, tais como a Lei n. 6.515 (Lei do Divórcio) de 26/12/1977, que passou a regular

os casos de dissolução da sociedade conjugal, seus efeitos e respectivos processos; a Lei n. 6.791 de 09/06/1980, que instituiu o dia 30 de abril como o Dia Nacional da Mulher no Brasil, trazendo o reconhecimento das lutas das mulheres no país; além de instituir, através dos Decretos n. 8.6218 e 8.6325, ambos de 1981, o prêmio “Militar Feminino da Marinha” e a criação no Ministério da Aeronáutica do Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, respectivamente.

Como anteriormente assinalado, as conquistas pelos direitos femininos não se deram de maneira simples e nem sempre contínua. Elas foram frutos de lutas de movimentos sociais em busca de melhores condições de vida em igualdade com os homens nos diferentes segmentos sociais. Não se pode olvidar que direitos não são concedidos, são conquistados.

Nesse panorama, um importante comando normativo de ordem internacional tem seu texto aprovado e assinado pelo governo brasileiro (ainda que com reservas<sup>6</sup>), em 1983, através do Decreto Legislativo n. 93: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, conhecida pela sigla em inglês CEDAW (BRASIL, 1983). Esta desponta como um dos mais significativos atos normativos de proteção internacional em favor das mulheres. Em 1994, o Decreto-lei n. 26 aprovou o texto da CEDAW, revogando o Decreto legislativo n. 93 e ratificando sem reservas toda a Convenção.

Os textos da Convenção intentam superar todas as formas de discriminação contra a mulher através da implementação de medidas cabíveis e de ações afirmativas pelos Estados-Partes. O objetivo da Convenção é erradicar a desigualdade entre os sexos com base na igualdade e respeito aos direitos humanos a partir de uma perspectiva de gênero. Desse modo, ela reflete uma construção teórica e política em busca da promoção e proteção dos direitos das mulheres (PRÁ, 2014).

Em seguida, foi ratificado pelo governo brasileiro, em 1995, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, assinada em Belém do Pará, em 6 de junho de 1994. “Trata-se do primeiro tratado internacional de direitos humanos que utilizou o termo gênero, ainda que não o tenha definido” (BIANCHINI, 2016, p. 122). Com efeito, tal Convenção revela-se outro marco normativo de grande importância na evolução legislativa em defesa das mulheres e da igualdade de gênero.

Como bem salienta Alice Bianchini:

---

<sup>6</sup> Ver nota 6 acerca das reservas estabelecidas pelo Governo brasileiro ao ratificar a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).  
OBS: Nota 6 está no 1º capítulo.

Um ponto de destaque da Convenção é o reconhecimento da relação existente entre violência de gênero e discriminação: quanto maior a segunda, também maior a primeira. A violência contra as mulheres é decorrência de uma manifestação de poder historicamente desigual entre homens e mulheres, o qual foi, por tempos, legitimado juridicamente. (2016, p. 123)

Tal afirmativa manifesta o direito das mulheres a uma vida sem violência e livre de qualquer forma de discriminação, que por muito tempo foi fruto de uma sociedade patriarcal e sexista, a qual percebia a mulher de maneira estereotipada e lhes impunha posições marginalizadas e limitadas a sua condição de esposa e genitora, exercendo sempre o papel social coadjuvante.

Já em 27 de novembro de 1997, a Lei nº 9.520/97 revogou o art. 35 do Decreto-lei nº 3.689 (Código de Processo Penal), que indicava que a mulher necessitava de autorização do marido para prestar queixa. Em 2002, além da instituição do novo Código Civil com a substituição do pátrio poder pelo poder familiar, houve, ainda, a promulgação do protocolo facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Avanços relevantes na evolução legislativa em defesa dos direitos das mulheres, demonstrando grande transformação comportamental na sociedade brasileira.

A Lei nº 10.714/03 de 13 de agosto de 2003 assinalou um passo significativo na luta frente à violência contra a mulher. Segundo a lei em comento o Poder Executivo é autorizado a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher, evidenciando a implementação de políticas públicas destinadas a combater esse grande mal social. Ficou estabelecido assim:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

§ 1º O número telefônico mencionado no **caput** deste artigo deverá ser único para todo o País, composto de apenas três dígitos, e de acesso gratuito aos usuários. (BRASIL, 2003)

Ao implementar uma política pública dessa natureza, o Estado assevera a preocupação em combater a violência preventivamente, uma vez que muitas medidas visam tratar a questão da violência de gênero após sua efetivação. Ao disponibilizar um número telefônico para denúncias de violência contra a mulher é possível que se evite a ocorrência do feminicídio

proveniente de um histórico de violência doméstica, caso a denúncia seja feita e apurada no início.

Outra política pública em defesa das mulheres vítimas de violência implementada em 2003 diz respeito à Lei nº 10.778/03 que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Preceitua o §1º do art. 1 da lei supra acerca do conceito de violência contra a mulher:

Art. 1º Constitui objeto de notificação compulsória, em todo o território nacional, a violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos e privados.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, inclusive decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público quanto no privado.

E acrescenta as formas de violência contra a mulher abrangidas pela Lei:

§ 2º Entender-se-á que violência contra a mulher inclui violência física, sexual e psicológica e que:

I – tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual;

II – tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar; e

III – seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

É de se observar que a Lei nº 10.778/03 demonstra preocupação com a saúde da mulher, haja vista que a imputação de qualquer das formas de agressão, em sua maioria associada a outros tipos de violência, acaba por atingir outras esferas juridicamente tuteladas. Ademais, vislumbra-se que a proteção à vida da mulher como vítima de qualquer tipo de violência não isenta outra mulher como autora, pois a supracitada lei não especificou acerca do sujeito ativo do crime, mas tão somente o sujeito passivo.

No ano seguinte, o Decreto n. 5.030/04 instituiu o grupo de trabalho interministerial para elaborar proposta legislativa para tratar da violência doméstica. Um reflexo da preocupação com a integridade física e emocional das mulheres iniciada pela Lei nº 10.778/03. Cabia ao Grupo de Trabalho o dever de apresentar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher, no prazo de sessenta dias, contados da publicação da portaria de designação de seus membros, e que poderia ser prorrogável por mais trinta dias, conforme preceitua seu art. 3º. Cada uma dessas conquistas servia de degrau para o patamar desejado de uma lei mais rígida e específica de combate à violência de gênero.

Em 07 de agosto de 2006, foi sancionada a lei de maior relevância no cenário nacional quanto à proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, a Lei n. 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha. A referida lei foi um marco na luta contra a violência contra a mulher no Brasil e trouxe inúmeras mudanças no enfrentamento a esse tipo de delito, tais como evolução no conceito de família, prisão preventiva e em flagrante do agressor, medidas de prevenção e de proteção às vítimas, atendimento multidisciplinar para tratar o problema, dentre outros (OLIVEIRA, 2007).

Além dos atos normativos de proteção às mulheres que figuravam como vítimas de violência, outros atos em benefício do gênero feminino também merecem destaque nessa análise histórico legislativa, ainda que amparassem às mulheres que participavam como autoras de crimes e não apenas como vítimas. Dentre essas normas, foram promulgadas leis que resguardavam a vida e a dignidade das mulheres encarceradas.

No âmbito prisional, fora determinado, através da Lei nº 12.121/09, que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tivessem como efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino, acrescentando, assim, o § 3º ao art. 83 da Lei n. 7.210 (Lei de Execução Penal), de 11 de julho de 1984 (BRASIL, 2009). Em 2007, já havia sido criado um grupo de trabalho interministerial para elaborar propostas para reorganização e reformulação do Sistema Prisional Feminino. Essa medida visava proteger as mulheres que sofriam abusos e humilhações por parte de agentes do sexo masculino.

A questão do atendimento e da convivência das mulheres com os agentes prisionais, quer fossem vítimas ou autoras dos crimes, era um ponto que se mostrava imprescindível de regulamentação em virtude de inúmeros casos de maus tratos relatados na mídia quando se tratavam de contato com funcionários homens.

Vale salientar que, no tocante às agentes do sexo feminino, foi sancionada recentemente, em 08 de novembro de 2017, a Lei nº 13.505/17, que alterou alguns

dispositivos da Lei Maria da Penha acerca do atendimento pela autoridade policial. A nova lei dispõe sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino.

Em 17 de março de 2011, como reflexo da Lei n. 11.340/06 e em conformidade com o art. 226, § 8º, da Constituição Federal, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por intermédio da Resolução nº 128, determinou a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Considerou, ainda, que o poder público desenvolverá políticas que visem a garantir os direitos humanos das mulheres na seara das relações domésticas e familiares (BRASIL, 2011).

Finalmente, em 09 de março de 2015, a Lei n. 13.104/15, objeto principal desse trabalho dissertativo, alterou o art. 121 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o Feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 10 da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para o incluir o Feminicídio no rol de crimes hediondos.

Diante o exposto, observa-se a evolução histórica legislativa em defesa dos direitos femininos no Brasil, com influência de normas internacionais, e a promoção de políticas públicas voltadas a minimizar as diferenças sociais e culturais impostas às mulheres e oriundas de uma construção social calcada na ideia de supremacia masculina, que por séculos colocou às mulheres em posição de inferioridade, sem condições de exercer sua cidadania plena e de ter um tratamento equitativo por parte do Estado.

Tal evolução histórica apresentada até aqui resulta da luta social e jurídica das mulheres, sobretudo dos movimentos feministas, por condições dignas de uma vida sem violência e em pleno gozo de seus direitos. Não se pode negar que o conhecimento da história legislativa pertinente aos direitos femininos é fundamental para a compreensão das conquistas jurídicas e sociais atuais.

Essa evolução legislativa representa, portanto, uma transformação do pensar social e quebra de paradigmas enraizados em uma cultura machista, que seja capaz de impulsionar mudanças comportamentais no modo de tratar as mulheres, promovendo novos atos normativos que assegurem a efetiva igualdade de oportunidades entre os sexos, além de sanções de atos discriminatórios e violentos contra as mulheres.

Além do conhecimento normativo, é indispensável que a sociedade tenha consciência que os direitos acima descritos, dentre os vários atos normativos promulgados em defesa das

mulheres, foram conquistados através de muita luta e é responsabilidade de todos, e não apenas das mulheres, a defesa desses direitos. A dignidade da mulher não só pertence às mulheres, ela é um bem coletivo decorrente dessa construção do estado democrático de direito que tem como viga mestre o princípio da dignidade da pessoa humana.

### **3.2 Lei Maria da Penha como tratamento penal especial no combate à violência doméstica e familiar**

Durante séculos, a problemática da violência doméstica e familiar foi um tema silencioso e despercebido pela sociedade. Após inúmeros casos emblemáticos de violência praticada contra as mulheres, o movimento feminista levantou a bandeira na luta por medidas de combate mais eficazes e de uma postura ativa por parte do Estado, resultando na Lei denominada Maria da Penha.

A Lei nº 11.340/06 foi aprovada por unanimidade no Congresso Nacional em 07 de agosto de 2006 e ficou popularmente conhecida como Lei Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de violência doméstica praticada por seu próprio marido, tornando-a um símbolo de luta e persistência por uma vida digna e sem violência.

Embora tenha conseguido sobreviver à tentativa de homicídio, Maria da Penha viu a impunidade de seu esposo se arrastar por 19 (dezenove) anos e 6 (seis) meses, quando, afinal, foi condenado e preso. Em 1997, Maria da Penha remeteu o livro de sua autoria, intitulado *Sobrevivi... posso contar*, ao Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional, com sede em Washington e a vários escritórios espalhados nos países latino-americanos.

Após o recebimento do livro, o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional encaminhou o caso para a OEA, juntamente com o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. As organizações redigiram uma petição alegando que o Estado brasileiro havia sido tolerante em relação à violência cometida contra Maria da Penha por seu marido, Marco Antônio Heredia Viveiros, tendo em vista a morosidade da ação judicial (OLIVEIRA, 2007).

No entanto, apenas 15 anos após a tentativa de homicídio contra Maria da Penha, em setembro de 1998, a OEA manifestou ter recebido o documento e deu início às investigações sobre o andamento do caso no âmbito judicial brasileiro e sobre os atendimentos às mulheres vítimas de violência. Até 2001, o governo brasileiro não havia se manifestado (OLIVEIRA, 2007). Consta no relatório nº 54/01A da OEA, que dispõe sobre o caso, que:



O Estado brasileiro não respondeu às repetidas comunicações com as quais lhe foi transmitida a petição e, por conseguinte, tampouco invocou essa exceção. A Comissão considera que esse silêncio do Estado constitui, neste caso, uma renúncia tácita a invocar esse requisito que o isenta de levar avante a consideração de seu cumprimento (OEA, 2001, s/p.).

Diante da omissão do Estado brasileiro, a Comissão Interamericana resolveu aceitar as denúncias, exigindo que o caso fosse rapidamente resolvido na Justiça brasileira, além de recomendar a implantação de medidas de prevenção e de combate à violência doméstica e familiar. Segundo relatório nº 54/01A da OEA, “*In casu*, a Comissão levou em consideração tanto as alegações dos peticionários como o silêncio do Estado” e “que desde a investigação policial em 1984, havia no processo elementos probatórios claros e determinantes para concluir o julgamento” (OEA, 2001).

A partir de então, Maria da Penha tornou-se um símbolo de luta e perseverança. Por intermédio do Relatório nº 54, o Governo brasileiro recebeu recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para que realizasse uma profunda reforma legislativa em busca de se combater os casos de violência doméstica contra a mulher. Diante disso, foi promulgada a Lei nº 11.340/06, intitulada de Lei Maria da Penha.

Diante das mudanças advindas com a supracitada lei, sobretudo a adoção de medidas protetivas, a Lei Maria da Penha tornou-se o principal instrumento de combate à violência doméstica e familiar no Brasil, vindo a ser classificada, em 2012, pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a terceira melhor lei do mundo para combater a violência doméstica, ficando atrás apenas do Chile e da Espanha (GREGORI, 2016).

Apesar disso, a Lei Maria da Penha sofreu pesadas críticas acerca de sua constitucionalidade (discussão já pacificada) e de sua eficácia no ordenamento jurídico. Em uma análise criminológico-crítica da lei, Marília Montenegro observa que as críticas direcionadas à Lei Maria da Penha costumam ser consideradas como um insulto às vítimas e aos familiares e que “soa como um ato de insensibilidade em relação ao sofrimento de Maria da Penha e, de certo modo, uma indiferença à questão da violência contra a mulher e da dominação do masculino sobre o feminino” (2015, p. 111).

Contudo, Montenegro não se intimidou diante da possível repercussão de suas críticas à referida lei e içou uma reflexão no tocante à eficácia da norma e de constituir-se um exemplo de norma com função simbólica no Direito Penal. Quanto a este aspecto, considerou Montenegro que:

O Direito Penal simbólico não gera efeitos protetivos concretos, e geralmente é utilizado para atender às manifestações de grupos políticos ou ideológicos quando desejam declarar determinados valores ou repudiar determinadas atitudes consideradas lesivas aos seus interesses (2015, p. 111).

A respeito da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e a função simbólica, Montenegro pondera que o uso simbólico do Direito Penal causa, de forma imediata, uma sensação de tranquilidade e segurança jurídica, mas não trabalha as verdadeiras causas do conflito. Segundo a pesquisadora, “o uso simbólico do Direito Penal foi, sem dúvida, um forte argumento do movimento feminista para justificar a sua demanda criminalizadora” (2015, p. 112).

Todavia, constata Montenegro ao analisar os efeitos da Lei Maria da Penha, que:

Sem dúvida, a maior utilização do Direito Penal simbólico na lei 11.340/2006 está quando ela apresenta um tratamento diferenciado para homens e mulheres que se encontram na mesma situação. Assim, quando a mulher é vítima de uma agressão doméstica ou familiar, a consequência será o rigor penal dessa lei, que afasta as medidas despenalizadoras e algumas penas alternativas. Já quando o homem é vítima de um crime em um mesmo contexto, será aplicada a lei 9.099/95.

Depreende-se, portanto, da assertiva acima que, apesar das críticas à Lei Maria da Penha quanto a não produzir efeitos concretos no combate à violência de gênero, é possível perceber um rigor na punição dos agressores de mulheres em face aos dos homens quando se encontram na mesma situação, o que corrobora para uma conclusão positiva no tocante à eficácia da lei, ainda que não seja suficiente para erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

### 3.2.1 Principais mudanças advindas da Lei nº 11.340/06: aspectos criminais e sociais da violência de gênero

A Lei Maria da Penha constitui o principal marco normativo em defesa das mulheres que são vítimas de violência doméstica no Brasil. Como ressaltado em tópico anterior, seu advento foi fruto de lutas e encontros entre o movimento feminista e entidades estatais. As mulheres eram violadas nos mais variados aspectos e a necessidade de uma legislação

específica que, não apenas tirasse a temática da invisibilidade, mas que trouxesse um tratamento eficaz para essa questão evidenciava-se urgente.

“No Brasil, a resistência feminista contra a violência sofrida pelas mulheres acarretou mudanças históricas nos processos legislativos, institucionais e jurídicos” (BANDEIRA, 2009, p. 402). A Lei nº 11.340/06 foi consequência dessa resistência. Ela surgiu para punir o agressor que outrora ficava sem punição para seus atos.

Evidentemente que ainda há muito por avançar, mas os benefícios oriundos dessa mudança legislativa já repercute no sentido de favorecer a implementação de políticas públicas e de tratar o problema de maneira multidisciplinar. Não resta dúvidas que a lei em comento trouxe importantes inovações no ordenamento jurídico nacional em consonância com normativos internacionais.

Dentre as diversas mudanças advindas da Lei Maria da Penha e que serão tratadas a seguir, destacam-se as medidas protetivas de urgência que são dirigidas tanto ao agressor quanto à vítima e descendentes. No entanto, uma das maiores contribuições foi trazer à esfera jurídica e social a discriminação e violação de gênero como forma de violação aos direitos humanos. “Não há que se falar em garantia universal de direitos sem que as mulheres, enquanto humanas e cidadãs, tenham seus direitos específicos respeitados” (BIANCHINI, 2016, p. 267).

### 3.2.1.1 Evolução no Conceito de Família: o reconhecimento legal das diversas formas familiares

Desempenhando um importante papel social e servindo de base para o desenvolvimento da cidadania, a instituição familiar passou (e ainda passa) por diversas transformações. Sua evolução reflete as mudanças sociais no decorrer do tempo, sendo possível observar cada tipo de formato familiar associado ao momento histórico em que está inserido.

Se em determinada época o fator preponderante era a procriação e a continuidade do tronco familiar, o modelo de bigamia ou poligamia era visto sem qualquer aversão, pois o intuito precípua daquele contexto social era a expansão da família pela geração de filhos. Em outra conjuntura, a fidelidade conjugal, fosse por questões religiosas ou de interesse econômico para fim de preservação patrimonial, favorecia o modelo monogâmico de família, embora com diferenças de direitos e deveres entre homem e mulher bem evidentes dentro do reduto doméstico.

O padrão de estrutura familiar<sup>7</sup> que predominou durante séculos na sociedade brasileira era o do tipo patriarcal, como outrora demonstrado em tópicos anteriores. Nele, prevalecia a autoridade do pai e o conceito de família comumente estava ligado ao elemento da consanguinidade e ao casamento solene e formal. Esse tipo de composição familiar não se restringia ao Brasil. Era a ordem social da maioria dos povos.

No Império Romano, a família se formava a partir da *justae nuptiae* constituída pela união de pessoas de sexo diferente. Esse instituto encontrava fundamento na necessidade da continuidade familiar, porquanto a interrupção da estirpe constituía uma desgraça. Suas características se fundamentavam no cristianismo, indissolubilidade e monogamia (SANTOS, 2013).

Para efeito de validade do casamento no Direito Romano, berço de nosso direito, especialmente o Direito Civil, havia duas formas de constituição familiar através do matrimônio: o casamento *cum manu* e *sine manu*. *Manus* era o poder marital sobre a mulher. A mulher ingressava na família do marido por meio do casamento *cum manu*. Se ele fosse *alieni iuris*<sup>8</sup>, ela caía em poder do *paterfamilias* do marido.

Os efeitos do casamento *cum manu* eram: subordinação jurídica da mulher ao *paterfamilias* do marido; a mulher assumia a condição social do marido e estava obrigada à fidelidade; se a mulher fosse *sui juris*, tornava-se *alieni juris*; e se fosse *alieni juris*, continuava a sê-lo, porém na família do marido. Quanto ao aspecto patrimonial, se a esposa possuísse bens, estes passavam a fazer parte do patrimônio do marido. Se não possuísse, podia ter um dote (SANTOS, 2013). Observa-se, claramente, o patriarcalismo presente nesse modelo de família.

Já o casamento *sine manu* era desprovido do formalismo do casamento *cum manu*. Caracterizava-se tão somente por uma cerimônia plena de simplicidade: a condução da mulher para a casa do marido. O marido não adquiria a *manus* sobre a mulher, que mantinha o *status familiae* anterior à união e conservava seus bens, mesmo os adquiridos na constância do casamento (SANTOS, 2013).

No tocante à consanguinidade como elemento essencial para a formação do modelo familiar, já havia no Império Romano o instituto da adoção, que consistia no ato jurídico pelo

---

<sup>7</sup> Segundo José Carlos Moreira Alves ao comparar a estrutura familiar romana com a família moderna, “verifica-se que, entre a família natural romana e a família moderna em sentido estrito, não há diferenças substanciais: ambas se constituem pelo casamento, e em ambas há relações pessoais e patrimoniais entre cônjuges, e pais e filhos” (ALVES, 2002, p.247).

<sup>8</sup> *Alieni iuris* era a pessoa subordinada ao pater famílias, que era o chefe absoluto da família e não possuía, na linha masculina, ascendente vivo a que estivesse sujeito (SANTOS, 2013).

qual um estranho ingressava como filho numa família que não era a sua de origem. Em Roma, havia duas formas de adoção: *Ad rogatio*<sup>9</sup> e *Adoptio*<sup>10</sup>.

No ordenamento jurídico brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também admitiu a instituição familiar através da adoção, deixando de priorizar o elemento da consanguinidade como requisito fundamental para a formação da família. Preceitua o artigo 41 do ECA, que: “A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais”.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o conceito de família foi ampliado e o art. 226 passou a disciplinar as novas formas de composição familiar, quais sejam, aquela decorrente do casamento civil, a união estável e a família monoparental. Até o advento da Lei Maior, o conceito de entidade familiar era bastante restrito, pois o Código Civil de 1916 apenas assegurava a condição de família aquela proveniente do casamento civil.

A relação homoafetiva ainda não era considerada entidade familiar, pois embora a Constituição Cidadã de 1988 tenha inovado ao conferir, em seu art. 226, o status de família à união estável, ela salientava em seu parágrafo 3º que esta deveria ser formada por um homem e uma mulher, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Com a edição da Lei nº 11.340/2006, outros arranjos familiares foram sendo destacados em desacordo às idealizações de família tradicional burguesa, como as relações de cunho afetivo, incluindo até mesmo as relações entre pessoas do mesmo sexo, aprofundando, assim, o conceito de família trazido pela Magna Carta e demonstrando um avanço em relação ao Código Civil de 2002.

Nesse contexto, vale ressaltar que a homossexualidade era tida como doença mental e vista como um fato social anormal e reprovável. A Lei Maria da Penha, embora tenha como finalidade primordial a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar

---

<sup>9</sup> Era aplicada somente quando o adotado, uma pessoa *sui juris*, ingressava juntamente com todos os seus dependentes na família de outro *paterfamilias*, que adquiria também seu patrimônio inteiro, numa verdadeira sucessão *intervivos*. O ad-rogante deveria ser um *paterfamilias*, sem herdeiro masculino. O ad-rogado não podia ser mulher, nem impúbere, porque não tinham acesso aos comícios. A ad-rogação se revestia de singular gravidade. Significava a extinção de uma família que se vinculava a outra (SANTOS, 2013).

<sup>10</sup> Era a adoção propriamente dita e ocorria quando um *alieni juris* (homem ou mulher) saía de sua família de origem para colocar-se sob outra *patria potestas*. O adotante reivindicava perante o magistrado o *alieni juris* como se seu filho fosse, o *pater* silenciava. Diante da confissão simulada, o pretor pronunciava a *addictio* (adjudicação) em favor do adotante. Estava, assim, materializado o ato jurídico. Exigia-se que o adotante fosse, no mínimo, 18 anos mais velho que o adotado. E era proibida a adoção dos filhos do concubinato (SANTOS, 2013).

contra a mulher, trouxe uma importante inovação no ordenamento jurídico nacional, através de seu artigo 5º, inciso II e parágrafo único.

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I – [...]

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou **por vontade expressa**;

III - **em qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. **As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.** (Grifo nosso)

Esta circunstância não acarreta a destruição da família como célula social responsável pela formação e continuidade de todos os seres humanos, mas como uma adequação legislativa à evolução da sociedade e à realidade de novos arranjos familiares. Trata-se, tão somente, da intervenção estatal para garantir que membros de qualquer modelo familiar tenha sua integridade resguardada.

Com isso, a mulher que optasse por uma formação familiar diferente das formas tradicionais previstas pela Constituição Federal encontrava respaldo e proteção jurídica à luz da Lei Maria da Penha. É neste ponto que a lei em comento representa um avanço no tocante à união entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que assevera que a violência doméstica e familiar também ocorre de uma relação em que independe a orientação sexual, buscando, desse modo, efetuar o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Vale salientar que apenas em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar durante o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais (ADPF) 132. Em 2013, por meio da Resolução nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os cartórios passaram a ser obrigados a realizar casamento entre casais do mesmo sexo. Até essa data, quando ainda não havia essa determinação expressa, muitos estados não confirmavam sequer uniões estáveis homoafetivas.

### 3.2.1.2 Representação nos crimes previstos na Lei Maria da Penha e o direito da mulher de renunciar essa representação

Dispõem os art. 12 e art. 16 da Lei de Proteção à Mulher que:

Art. 12 – Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro de ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

I – ouvir a ofendida, lavrar o boletim de ocorrência e tomar a representação a termo, se apresentada;

[...]

Art. 16 - Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Os crimes de lesão corporal comumente eram processados por meio de ação penal pública incondicionada independentemente da gravidade do ferimento. Todavia, com o advento da Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais), os crimes de lesões corporais leves e culposas passaram a ser de ação penal pública condicionada à representação como explicitado em seu art. 88: “Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas”.

Diante disso, infere-se do artigo supra que as lesões corporais graves, gravíssimas e seguidas de morte deveriam ser processadas por meio de ação penal pública incondicionada e as leves e culposas, independente da gravidade, seriam processadas mediante representação da vítima.

Por intermédio da Lei nº 10.889/04, de 17 de junho de 2004, que inseriu o § 9º ao art. 129 do Código Penal brasileiro, foi criado o tipo penal de violência doméstica para disciplinar os casos de lesão praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, quem se prevaleça das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade para cometer o delito.

Todavia, como observou Damásio de Jesus (2010, p.50), a criação de um tipo penal de violência doméstica não trouxe “uma alteração substancial, uma vez que o fato, por exemplo, de o marido agredir a esposa, ferindo-a, continuava a ser tratado da mesma maneira”. Acrescentava o insigne jurista que não havia mudança de relevo, pois a violência doméstica e

familiar que resultasse em lesões corporais leves prosseguia como crime de menor potencial ofensivo, embora constituísse uma violação dos direitos humanos.

Embora a tipificação tenha trazido certa visibilidade ao problema social evitado pelo Estado, ela não afastou os institutos despenalizadores, nem a aplicação da transação penal, do *sursis* processual, sendo, ainda, possíveis as penas restritivas de direito. Demonstrava, assim, ser praticamente inócua a alteração trazida pela Lei nº 10.889/04 (JESUS, 2010).

Nesse contexto, a comunidade jurídica foi surpreendida com a determinação contida na Lei Maria da Penha de afastar a aplicação da Lei nº 9.099/95 nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, o que fez da Lei nº 11.340/06 um marco nacional em defesa das mulheres colocando o Brasil como o 18º país da América Latina a aperfeiçoar sua legislação sobre a proteção da mulher (JESUS, 2010).

Diante do abrandamento da Lei nº 9.099/95, que acabava banalizando a violência praticada contra a mulher, foi que o art. 41 da Lei Maria da Penha afastou sua incidência, pois objetivava conter o crescente número de violência doméstica no país. Preceitua o referido artigo: “Aos crimes com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”.

A Lei nº 9.099/95 é aplicada aos delitos de menor potencial ofensivo, cuja pena não extrapola o prazo de dois anos. Diante disso, depreende-se a pretensão do legislador em afastar da competência dos Juizados Especiais Criminais (JECrim), o julgamento dos crimes domésticos, visto que a potencialidade lesiva desse tipo de crime é sempre intensa. Buscou-se, para tanto, proteger a mulher da violência doméstica e familiar através de uma rigidez normativa, pois comumente eram aplicadas apenas penas de multas e cestas básicas.

Temas vinculados à Lei Maria da Penha, especialmente acerca do seu art. 41, foram objetos de divergências no Plenário do Supremo Tribunal Federal, em 09 de fevereiro de 2012, que julgou procedente, por unanimidade, a Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 e, por maioria, a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade 4.424. Interpretações distintas a respeito da natureza da ação penal concernente aos crimes de lesão corporal leve praticados contra a mulher em âmbito doméstico foram analisadas (BIANCHINI, 2016).

A interpretação da Procuradoria Geral da República (PGR) foi de tratar-se de ação penal pública condicionada à representação. No tocante ao entendimento da PGR quanto à natureza da ação e a representação pela agredida, justifica a professora Alice Bianchini:

“Isso porque, a prevalecer o entendimento de que o **art. 41** da Lei Maria da Penha afasta completamente a aplicação dos Juizados Especiais Criminais



(Lei nº 9.099/95) e, via de consequência, faz desaparecer a necessidade de representação para os crimes de lesão corporal leve (cuja exigência encontra-se insculpida no seu art. 89), a Lei Maria da Penha não deveria fazer qualquer menção ao instituto da representação (o que ocorre nos dois outros dispositivos impugnados: **arts. 12, I e 16**). Daí a confusão. (Grifos da autora) – (2016, p. 231-232)

Todavia, o STF, ao decidir pela atuação do Ministério Público independentemente da representação da agredida, na ADI 4.424, nos casos de crimes de lesão corporal contra as mulheres, deu interpretação diferente, na qual a ação penal nesses casos seria pública incondicionada (BIANCHINI, 2016).

Vale ressaltar que o posicionamento do STF quanto à natureza da ação penal nesses casos baseia-se no fato de que a Lei Maria da Penha não faz qualquer reserva sobre a Lei nº 9099/95. Sendo assim, pressupõe-se que se esta está afastada por completo e, não incidindo nos casos de lesão corporal leve, a ação penal volta a ser descrita de acordo com o art. 100 do Código Penal que estabelece: “A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido”.

Contudo, como bem salienta Bianchini (2016, p. 232 - 233), “apesar da decisão do STF, no sentido de que a Lei Maria da Penha não exige representação para os crimes de lesão corporal leve, tal instituto continua sendo requerido em face de outros crimes, cuja ação penal seja pública condicionada à representação, como é o caso da ameaça”.

Para Fernando Nogueira, o intuito do legislador foi de afastar os institutos despenalizadores da Lei nº 9099/95, permanecendo, assim, a representação nos casos previstos pela Lei do Juizado Especial Criminal. Nesse sentido, ele concluiu que:

Assim, considerando a disposição contida nos arts. 16, 17 e 41 da lei, conclui-se que o intuito do legislador foi afastar as penas alternativas de cesta básica, prestação pecuniária e aplicação isolada de multa em crimes praticados com violência doméstica e familiar, mas não foi do intuito do legislador afastar, também, a exigência de representação nos casos do art. 88 da Lei 9.099/95, que continua vigorando inteiramente (NOGUEIRA, 2006, p.180)

No que concerne ao direito de renunciar a representação, expressa no art. 16 da Lei nº 11.340/06, é de se observar que se trata, antes de tudo, de uma impropriedade técnica, pois como seria possível renunciar ao direito de representação antes do recebimento da denúncia, ou seja, no intervalo entre o seu oferecimento e o seu recebimento? Nesse sentido, como

poderia falar em renúncia após o oferecimento da denúncia, se aquela só pode ocorrer antes da oferta da peça acusatória? (OLIVEIRA, 2007).

Para Nogueira, é possível a hipótese de desistência da representação. Segundo o doutrinador, “a situação, na verdade, é de desistência da representação já formalizada. Só podemos falar em renúncia se a representação não chegou a ser formalizada”.

Importante destacar a diferença entre renúncia e retratação da representação. Enquanto que a renúncia consiste em um ato unilateral da vítima antes da representação, a retratação incide em revogar a representação que já foi exteriorizada. Diante desses apontamentos, percebe-se que o legislador empregou erroneamente o termo renúncia quando quis se referir à retratação da vítima, ou seja, a uma reconsideração acerca do que tinha manifestado.

Para que ocorra a retratação (denominada erroneamente de renúncia) há um trâmite especial a ser seguido que está expresso no art. 16 da Lei Maria da Penha. Para tanto, deve ser feita em audiência, perante o juiz; dentro do prazo previsto no supra artigo, qual seja, antes do recebimento da denúncia; e o Ministério Público deve ser ouvido. Há divergência entre doutrinadores quanto à realização da retratação em audiência.

Dentre os estudiosos favoráveis, encontram-se Leda Maria Hermann (2012), Maria Berenice Dias (2010), Pedro Rui da Fontoura Porto (2012) e Alice Bianchini (2016). Maria Lúcia Karam (2006) se posiciona contrariamente à retratação em audiência alegando que tal procedimento é discriminatório e vitimiza ainda mais a mulher ao obriga-la a fazer a retratação perante o juiz. Para Alice Bianchini:

A audiência prevista no art. 16, com todas as formalidades que a cercam, é medida que se coaduna com os objetivos da Lei Maria da Penha. Há que se ponderar que a Lei Maria da Penha se aplica às mulheres em situação de violência doméstica e familiar e que os estudos sobre o tema demonstram o quanto quem é vítima dessa situação encontra-se vulnerável e fragilizada, por conta do processo de violência que ela vivencia (2016, p. 235).

Já Marília Montenegro aponta que essa inovação trazida pela lei poderia colocar a mulher numa situação de coerção. Segundo Montenegro:

Vale destacar que, ao mesmo tempo em que a lei passou a dar um prazo maior para essa “desistência”, fez a exigência que a realização desse ato fosse feita na frente do juiz e do promotor. Por mais que nesse momento se diga que não se fará nenhum “tipo de pressão” para que a vítima prossiga, ela terá que justificar o porquê da desistência (2015, p.119).

E conclui que nessa circunstância é como se a lei duvidasse da capacidade da mulher em continuar ou não com o processo criminal e reconhecesse a vulnerabilidade, do seu posicionamento, que para ser válido necessitaria ser analisado pelo juiz e pelo promotor (MONTENEGRO, 2015, p.120).

### 3.2.3 Medidas específicas de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar

Em busca de se combater efetivamente a violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha elencou diversas medidas de prevenção e medidas específicas de proteção a esse tipo de crime. Tais medidas foram criadas para serem adotadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em conformidade com as Convenções internacionais ratificadas pelo Estado brasileiro.

Tem-se como medidas de prevenção em consonância com Tratados e Convenções: fomentar o conhecimento acerca do direito da mulher a uma vida livre de violência; promover educação e capacitação dos atores jurídicos e do corpo policial para uma efetiva aplicação da justiça; provocar o conhecimento da legislação aplicada aos casos de violência de gênero, sobretudo através dos meios de comunicação, em busca de contribuir para a sua erradicação; realizar campanhas educativas de conscientização sobre os problemas relacionados com a violência doméstica; dentre outras (OLIVEIRA, 2007).

Somado às medidas de prevenção à violência doméstica e familiar, a Lei nº 11.340/06 inova ao criar “medidas protetivas de urgência” para assegurar à mulher o amparo necessário em situação de violência que, por sua vez, pode se desenvolver até culminar em um desfecho fatal. Essas medidas têm por objetivo proteger os direitos fundamentais da mulher e seus descendentes, buscando evitar que a violência continue.

Com fulcro em o art. 19 da Lei Maria da Penha, as medidas consideradas de urgência podem ser concedidas de ofício ou mediante provocação do Ministério Público ou da vítima. Tais medidas se encontram expressas nos artigos 22, 23 e 24 da Lei nº 11.340/06 e abarcam medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor e medidas protetivas de urgência dirigidas à ofendida embora algumas delas também se dirigissem aos familiares.

Segundo Bianchini, “As medidas protetivas de urgência constituem a principal inovação da Lei Maria da Penha ao lado da criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher” (2016, p. 180). Por meio delas, não apenas ampliou o âmbito de

proteção da mulher como permitiu ao magistrado um campo de decisão muito maior, uma vez que existem várias medidas que podem ser mais bem adequada a cada caso concreto.

### 3.2.3.1 Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor

O art. 22 da Lei nº 11.340/06 dispõe acerca das medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor. Contudo, é importante sublinhar que este rol contido no artigo 22 da lei em estudo não é taxativo, o que não impede que outras medidas sejam concretamente adotadas.

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

§ 4º Aplica-se às hipóteses previstas neste artigo, no que couber, o disposto no caput e nos §

§ 5º e 6º do art. 461 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Em análise ao supracitado artigo, é claramente observado que, dentre as medidas elencadas em seu bojo, cabe a prisão preventiva, possibilitando ao juiz, de ofício ou provocado, decretar a prisão provisória do agressor, podendo, inclusive, revogá-la, se observar a falta de motivo para que subsista ou, até mesmo, decretá-la novamente, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Como se depreende do inciso I, uma das medidas em desfavor do agressor é a suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Através dessa medida, o legislador procurou resguardar a integridade física da mulher, buscando retirar do agressor os instrumentos que possivelmente podem ser usados no momento da agressão.

Além da suspensão ou restrição do porte de armas, o art. 22 também prevê o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, visando proteger a mulher de qualquer forma de violência pela proximidade com o agressor, especialmente a violência física e psicológica. A medida de afastamento já era aplicada em casos de divórcio e separação judicial pelos juízos da família como consta no art. 1.520 do Código Civil brasileiro em vigor (BIANCHINI, 2016).

Do mesmo modo, a Lei Maria da Penha também previu um limite mínimo de distância entre o agressor e a ofendida que pode ser fixado pelo juiz. O legislador teve a mesma preocupação de preservar a integridade física e emocional das mulheres, tutelando a segurança e evitando o contato entre agressor e vítima. Essa medida protetiva ganhou notoriedade após a decisão mantida pelo Supremo Tribunal de Justiça que proibiu a aproximação, com distância mínima de 250 metros, entre os atores Dado Dollabela e Luana Piovani.

Incluiu, ainda, o referido dispositivo a proibição de qualquer tipo de contato do agressor com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação afora frequentar determinados lugares evitando-se constrangimentos, intimidações, escândalos, humilhações públicas, etc. (BIANCHINI, 2016). Em complemento, previu que a mulher tomasse conhecimento, principalmente, da saída do agressor da prisão, embora se tratasse de medida meramente administrativa.

O art. 21 da supracitada lei, em seu parágrafo único, assinala outra medida relevante: “A ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor”. Este é um ponto importante, visto que a mulher, após registrar a ocorrência na delegacia é, geralmente, encarregada de entregar ao agressor a notificação para que este compareça perante a autoridade policial, o que, comumente, acarreta em novas agressões.

Ademais, também são medidas de urgência que obrigam o agressor: a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar e a restrição de alimentos provisionais ou provisórios. Prevê, também, a nova lei, que sejam garantidas prestações destinadas a assegurar ao litigante necessitado os meios para se manter na pendência da lide. Assim, possuem caráter emergencial visando prover a pessoa necessitada, garantindo sua sobrevivência durante o curso da ação (CUNHA e PINTO, 2007).

Deste modo, essas mudanças representam uma ruptura com a prática da violência física, psicológica e patrimonial que vinha sendo utilizada pelo agressor no momento em que se encontrava com sua companheira ou quando era, por esta, notificado a se apresentar perante a autoridade policial.

### 3.2.3.2 Medidas protetivas de urgência dirigidas à ofendida

Visando conferir maior segurança às mulheres vítimas de violência, a Lei Maria da Penha concebeu em seu Capítulo II as medidas protetivas de urgência direcionada à ofendida. Segundo o art. 23 da lei em comento:

Art. 23. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:  
I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;  
II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;  
III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;  
IV - determinar a separação de corpos.

Nessa esteira, a vítima será encaminhada, juntamente com seus dependentes, para centros de atendimento multidisciplinar e para casas-abrigo, que, em conformidade com o art. 35, incisos I e II da mesma lei, poderão ser criados pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Poderão, ainda, ser conduzidas aos centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar (OLIVEIRA, 2007).

Outra medida constante no art. 23 da supramencionada lei e já anteriormente explanada no presente trabalho, diz respeito à separação de corpos, que na prática também se efetiva quando da decisão do juiz pelo afastamento do agressor. Vale destacar que essa

separação poderá envolver um homem e uma mulher ou, até mesmo, duas mulheres, visto que a Lei nº 11.340/04 também inovou ao abranger as relações homoafetivas.

Em consonância ao fato do agressor ser mulher, já existe uma corrente bem consolidada quanto à vítima também ser geneticamente homem, porém com orientação sexual feminina. Porto faz uma análise social acerca desse posicionamento. Segundo Porto:

Se no passado recente advoga-se que a cirurgia de mudança de sexo era crime de lesão corporal gravíssima, hoje se divulga que até mesmo o SUS pode realiza-la. São outros tempos, e ou os sistemas se adaptam ou definham, Darwin já chegara a esta conclusão no tangente à vida natural, Maturana e Varela adaptaram este princípio desde os ecossistemas até os sistemas sociais, em cujo seio é de ressaltar as relevantes contribuições do sociólogo Niklas Luhmann.

Neste caso, parece que o conceito social de sexo, a exemplo de outras ficções já estabelecidas juridicamente, permite advogar a aplicação da Lei Maria da Penha em prejuízo do agressor de um transexual geneticamente homem, mas com orientação sexual feminina. Pensar o contrário resultaria em solução deveras discriminatória, pois intensificaria ou reacenderia, no plano legal, um preconceito social que ainda existe no âmbito social. (2012, pp. 38-39)

Todavia, esse entendimento de que homem pode figurar no polo passivo não é unânime entre os estudiosos. Luiz Antônio de Souza e Vítor Frederico Kümpel não compactuam dessa opinião. Para os doutrinadores, “sujeito passivo é exclusivamente a mulher nas suas relações individuais, coletivas e difusas. E o que identifica a mulher é o critério hormonal” (SOUZA e KÜMPEL, 2007, p. 74). Alice Bianchini também coaduna com esse pensamento ao afirmar:

A aplicação da Lei Maria da Penha ao homem vítima de violência praticada, por exemplo, pela esposa, é indevida, pois são as especificidades da violência de gênero (não vislumbradas quando o homem é vítima) que se devem servir de fundamento para a incidência da Lei. Faz-se necessário que exista violência discriminatória (preconceituosa), o que não se verifica nos casos em que o agressor é do sexo feminino; as experiências vividas em cada uma das situações (violência de homem contra a mulher e violência de mulher contra homem) são, quase no total das vezes, bastante diversas, mostrando-se muito mais institucionalizadas, frequentes, reiteradas, intensas, permanentes, intimidatórias, brutais e de consequências irreversíveis quando a vítima é do sexo feminino (2016, p.265).

No entanto, voltando à questão da separação de corpos, é importante frisar que ela só se dará como medida protetiva de urgência se for determinada por juiz dos Juizados de

Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Se for separação judicial com a dissolução da sociedade de fato deverá ser proposta perante a vara cível.

Outro ponto relevante quanto às medidas de urgência dirigidas à ofendida se refere ao aspecto patrimonial. É possível observar, da leitura do art. 24 da Lei Maria da Penha, a preocupação do legislador em salvaguardar os bens da sociedade conjugal e os de propriedade particular da mulher.

Art. 24 - Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras:

I – restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida;

II – proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum, salvo expressa autorização judicial;

III – suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor;

IV – prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

Parágrafo único: Deverá o juiz oficiar ao cartório competente para os fins previstos nos incisos II e III deste artigo.

Observa-se que, quando se tratar de bens da mulher, o juiz determinará sua restituição pelo agressor. Isso acontece quando os bens imóveis foram subtraídos indevidamente da vítima ou o agressor esteja na iminência de subtraí-los (BIANCHINI, 2016). O maior problema resulta dos bens que, geralmente, são de propriedade dos cônjuges, contraídos na constância do casamento.

Nesse caso, segue-se a sugestão de Rogério Cunha e Ronaldo Pinto ao concluir que “parece mais conveniente, nesse caso, que o juiz adote o procedimento do arrolamento, nomeando a mulher como depositária dos bens, como previsto no art. 858 do Código de Processo Civil, até que sua propriedade fique definida na ação principal” (CUNHA, PINTO, 2007, p.100).

Além de determinar a restituição dos bens à ofendida, pode o juiz proibir temporariamente o ofensor de locar, adquirir ou vender bens de propriedade em comum, exceto com autorização judicial, podendo, inclusive, oficiar ao Cartório de Registro de Imóveis, como determina o parágrafo único do artigo 24 da Lei nº 11.340/06.

Ademais, pode suspender as procurações caso a ofendida tenha constituído o ofensor mandatário por meio de procuração, devendo oficiar ao Cartório de Notas. Ou, ainda, determinar a prestação de caução provisória visando assegurar a preservação de um



determinado bem ou caso seja verificado que o agressor está dilapidando o patrimônio da ofendida.

Destarte, percebe-se a preocupação do legislador em proteger não apenas a esfera física e psicológica da mulher, mas todas outras áreas, incluindo a esfera patrimonial.

### **3.3 O surgimento da Lei do Feminicídio no Brasil: Análise histórico-normativo**

Antes de adentrarmos numa reflexão acerca da Lei do Feminicídio<sup>11</sup> e seus efeitos, é salutar entender o processo gestacional da referida lei para que se possa compreender o histórico de luta no enfrentamento à violência extremada contra a mulher e como era necessária sua edição, não apenas como reforço ao tratamento penal de combate à violência doméstica e familiar prevista na Lei Maria da Penha, como também entender o caminho percorrido no legislativo como reação penal aos altos índices de homicídios de mulheres no Brasil.

Estimativas de assassinatos de mulheres foram divulgadas, em maio de 2012, por meio da obra *O Mapa da Violência: Homicídio de Mulheres no Brasil* (WAISELFISZ, 2012) promovendo a discussão de um grave problema social, existente e, até então, invisibilizado; e a reflexão sobre a necessidade de se combatê-lo.

A partir da divulgação desses dados, em que demonstrava o Brasil ocupando a oitava posição, dentre 84 países investigados, com um total de 4.465 assassinatos femininos em 2010, movimentos feministas começaram a mobilizar a sociedade e a pressionar a bancada feminina no Congresso para promover políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Segundo retratava as pesquisas do Mapa da Violência 2012, o Brasil passou a ser considerado um dos países com maiores índices de homicídios femininos, no mundo, entre os anos de 2006 e 2010, somando mais de 92 mil mulheres assassinadas entre os anos de 1980 a 2010 (WAISELFISZ, 2012).

Mesmo contando com uma lei específica de combate à violência doméstica e familiar, era preciso uma rigidez na norma que procurasse inibir a violência máxima perpetrada contra a mulher, visto que os assassinatos femininos, em sua maioria, decorriam de um histórico de violência no reduto do lar nos quais a Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) não tinha sido suficiente para impedir o desfecho fatal. Mesmo com a supramencionada lei em vigor, a taxa

---

<sup>11</sup> Vale ressaltar que a Lei n. 13.104/2015 será aprofundada no capítulo seguinte, mas diante da análise dos principais marcos legais de proteção e promoção dos direitos das mulheres existentes até a edição da Lei do Feminicídio é válido que seja investigada já nesse momento.

de homicídios femininos no Brasil continuava a crescer significativamente e a necessidade de um olhar específico por parte do legislador para esse problema se evidenciava urgente.

Diante dos altos números de homicídios de mulheres apresentados no Mapa da Violência 2012 e da forte pressão social pelos movimentos feministas, especialmente às parlamentares femininas, foi apresentado na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência contra a Mulher o Projeto de Lei do Senado Federal de número 292 de 2013, transformado, posteriormente, no Projeto de Lei n. 8.305 oferecido pela CPMI de Violência contra a Mulher do Senado no dia 17 de dezembro de 2014.

Mesmo anos após a edição da Lei Maria da Penha, a CPMI coletou dados impressionantes sobre a perpetuação da violência contra a mulher, resultando na proposta legislativa que deu ensejo a edição da Lei n.º 13.104/15. (RAMOS, 2017)

No ano seguinte, em 03 de março de 2015, o projeto de lei foi discutido na Câmara Federal, mas não houve consenso sobre o projeto que estabelecia o assassinato de mulheres por questões de gênero como uma qualificadora do crime de homicídio<sup>12</sup>. Nesse mesmo dia, ainda que sem unanimidade, o PL n. 8.305/14 foi aprovado na Câmara, seguindo para sanção presidencial. A aprovação foi comemorada pela bancada feminina na Câmara, que reivindicou a proposta (BRASIL).

O projeto de lei acima mencionado foi aprovado em um cenário favorável, ainda que com divergências, pois se comemorava na mesma semana o Dia Internacional da Mulher (08 de março). Do mesmo modo, outros projetos relacionados aos direitos das mulheres foram aprovados naquela semana. Em seguida, o PL n. 8.305/14 foi convertido na Lei Ordinária n. 13.104, promulgada em 09 de março de 2015, que acrescentou o inciso VI ao § 2º do art. 121 do Código Penal, tipificando o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio.

Com isso, a pena para o homicídio qualificado pelo feminicídio passou a ser de 12 a 30 anos de reclusão, diferentemente do homicídio simples, previsto no caput do art. 121 do Código Penal, que prevê a pena de 6 a 20 anos de reclusão. Surgia, então, a chamada Lei do Feminicídio.

Além de inserir o feminicídio como nova hipótese de homicídio qualificado, a Lei n.º 13.104/15 também incluiu no § 7º do Código Penal Nacional, como causa especial de

---

<sup>12</sup> Segundo o site da Câmara Federal (Agência Câmara Notícias), as opiniões divergiram quanto à igualdade de direitos a partir da edição da lei. Segundo informou a Câmara, a ex-ministra da Secretaria de Direitos Humanos, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) disse que a proposta enfrentava a violência contra a mulher. "Vai penalizar mortes de mulheres em decorrência da violência, dos maus-tratos", afirmou. Ademais, alguns deputados, dentre eles, o deputado Evandro Gussi (PV-SP) se posicionaram contrariamente. Segundo ele, a proposta estabelece diferenças entre homens e mulheres na lei penal. "É um precedente perigoso tratar as pessoas de maneira diferente. Podemos até concordar com a pena maior para morte de grávida, mas não entre homem e mulher", disse.

aumento de pena, três situações em que a pena é aumentada de 1/3 (um terço) até metade. São elas:

- I – durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;
- II – contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;
- III – na presença de descendentes ou ascendentes da vítima.

Ademais, a lei que trata do feminicídio também modificou a Lei n.º 8072/90 (Lei dos Crimes Hediondos), em seu art. 1º, incluindo o homicídio de mulher decorrente de violência doméstica e familiar ou por razões de sua condição feminina como modalidade de crime hediondo.

Apesar da consonância entre especialistas quanto à importância dessa lei no enfrentamento ao assassinato de mulheres no país, eles também concordam que o Brasil deve continuar avançando na implementação de políticas públicas de combate ao homicídio de mulheres. Nessa esteira, novos projetos de leis já se encontram em tramitação para atualizar a Lei n. 13.104/15 procurando cada vez mais se ajustar à realidade social existente.

Encontra-se em tramitação o projeto de lei da Câmara de número 8/2016, aprovado no dia 29 de novembro de 2017 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que prevê aumento de pena em outras situações de feminicídio, ainda não contempladas pelo art. 121 do Código Penal brasileiro, tais como: se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha; se o delito for cometido contra pessoa portadora de doenças degenerativas que ocasionem uma condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; ou, ainda, se for cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima, demonstrando a adequação com a realidade social os dias atuais quanto ao uso de tecnologia e redes sociais. A proposição segue para análise do Plenário (BRASIL, 2017).

## **4 LEI DO FEMINICÍDIO: REFLEXÃO ACERCA DA NORMA E SEUS EFEITOS**

Diante da concepção jurídica contemporânea em defesa de grupos vulneráveis e abrangência de direitos a minorias, surgem, no ordenamento jurídico pátrio, medidas normativas que visam intervir na esfera social, rompendo com as desigualdades existentes e lutando pela ruptura de paradigmas que fundamentam ações de violência e de mortes. Nesse contexto, a Lei nº 13.104/15 emerge como medida de combate, ainda que simbolicamente, em busca da preservação da vida e da dignidade das mulheres.

A chamada “Lei do Feminicídio”, como anteriormente explanado, alterou o art. 121 do Código Penal brasileiro prevendo o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, além de modificar o art. 1º da Lei nº 8.072/90 para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

### **4.1. Entendendo a Lei n.º13.104/2015**

Ao analisar o surgimento da Lei nº 13.104/15 e a metodologia legislativa utilizada para conceber a figura do feminicídio na esfera penal, percebe-se que a violência de gênero deve ser analisada afora os casos de agressões e vista sob uma perspectiva simbólica e cultural. É precisamente nesse âmbito que a mulher encontra-se numa relação de subordinação de poder como símbolo de dominação pelo homem com o intuito de perpetuar sua autoridade (BORDIEU, 2010), embora com o decorrer do tempo, tenha havido uma transição do modelo familiar patriarcal, perpassando por uma adaptação aos moldes dos preceitos da Igreja Católica Apostólica Romana e evoluindo, sobretudo com o advento da Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002, até a recente concepção democrática de modelo de família com abrangência de várias formas de estrutura familiar.

Para melhor compreensão dos efeitos da chamada Lei do Feminicídio e das mudanças advindas com essa nova tipificação é salutar ponderar acerca dos diversos aspectos que abarcam o assunto. Para tanto, é necessário observar quem são os sujeitos do crime, os destinatários da lei, seu objeto e a penalidade aplicada nos casos de sua atuação.

Constata-se, ainda, que há uma intrínseca relação entre a Lei do Feminicídio e a Lei Maria da Penha ao se observar que a qualificadora do feminicídio solicita o entendimento acerca do fenômeno da violência doméstica e familiar descrita na Lei Maria da Penha, tendo sido esta última uma norma precursora em defesa das mulheres vítimas de violência

doméstica, muito embora os índices de estatísticas demonstrem não ter sido suficiente para impedir o crescente número de homicídios de mulheres no país.

Como resposta ao clamor social e à luta de grupos de mulheres e feministas, normas de proteção e defesa dos direitos femininos são criadas, conferindo às mulheres a condição de titular de direitos condizentes com a dignidade humana, principalmente no tocante a sua posição no reduto doméstico. Todavia, algumas dessas normas acabam se mostrando meros instrumentos protetivos sem eficácia e evidenciando seu caráter muito mais simbólico que efetivo.

A Lei nº 13.104/15, perscrutada neste capítulo, mostra-se como exemplo de normas decorrentes de pressões políticas e sociais, como tantas outras explanadas anteriormente dentro de uma análise da trajetória jurídica dos direitos femininos, e que necessita de verificação dos diversos elementos que a compõem para compreender se o seu real objetivo está sendo alcançado e se seus reflexos têm produzido resultados satisfatórios no contexto da violência de gênero e da preservação da vida das mulheres.

Entender as particularidades da Lei do Feminicídio, ponderar acerca de sua necessidade na legislação pátria e sua eficácia no campo dos Direitos Humanos, além de reputar como resposta do Direito Penal ante a realidade do número alarmante de homicídios femininos no país, mostra-se imprescindível para compreender o fenômeno do feminicídio e seu instrumento legal e específico de combate.

#### 4.1.1 Sujeitos do crime

A inclusão da qualificadora do feminicídio no art. 121 do Código Penal brasileiro concernente à aplicação de uma pena mais rígida ao homicida de mulher não distingue os sujeitos ativos desse tipo de crime, mas, tão somente, quem pode figurar como sujeito passivo do delito. Prevê o art. 121 do referido Codex após o advento da Lei nº 13.104/15:

Art. 121. Matar alguém:

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II - por motivo fútil;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

#### Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Observa-se que no artigo supra, destaca-se o feminicídio, dentre as qualificadoras, contendo especificações mais detalhadas acerca do fenômeno. Vê-se que no inciso VI do art. 121 há a nítida especificação a respeito do sujeito passivo desse crime, pressupondo-se que qualquer pessoa que pratique tal ato figurará como sujeito ativo e se submeterá às penalidades advindas da Lei nº 13.104/15. Mais adiante será ponderado sobre os destinatários da lei e os sujeitos tutelados por ela.

Um ponto relevante a ser apreciado refere-se às razões da condição do sexo feminino para enquadramento do crime à norma. Preceitua o inciso I do § 2º do referido artigo que a ocorrência do feminicídio se dá pela violência doméstica e familiar contra a mulher, fazendo clara referência à concepção de violência doméstica descrita pela Lei Maria da Penha.

Relembrando o art. 5 da Lei nº 11.340/06, verifica-se que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Desse modo, qualquer pessoa, independente do sexo, que cometer algum desses atos em face da mulher e destes culminar com o assassinato, incorrerá na qualificadora do feminicídio.

Entendendo que o autor do crime possa ser homem ou mulher ou, ainda, que possua relação de afeto com a vítima, não sendo preciso figurar como cônjuge ou companheiro para caracterizar a violência doméstica que identifica o feminicídio, tem-se o seguinte julgado do TJPA, julgado em 23/06/2016:

#### **Ementa/Decisão:**

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. ARTIGO 121, §2º, II, IV E VI, §2º-A, I DO CPB C/C ART. 5º, III E 7º, I DA LEI Nº. 11.340/2006 E ART. 1º, I DA LEI Nº. 8072/90 E ART. 155, CAPUT DO CPB. SENTENÇA DE PRONÚNCIA? PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL? IMPROCEDENTE? AUSÊNCIA DE

ELEMENTOS ENSEJADORES DE DÚVIDA QUANTO A SANIDADE DO ACUSADO - DESCLASSIFICAÇÃO DA QUALIFICADORA DE FEMINICÍDIO? IMPROCEDENTE? PRESENTES ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA QUALIFICADORA - DESCARACTERIZAÇÃO DE CRIME DE FURTO? INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADOS NOS AUTOS - PRONÚNCIA APENAS JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL? IMPROCEDENTE? AUSÊNCIA DE ELEMENTOS ENSEJADORES DE DÚVIDA QUANTO A SANIDADE DO ACUSADO - As provas constantes do mesmo, e principalmente o depoimento das testemunhas e o interrogatório do réu, demonstram que em momento algum ficou caracterizada a inexistência de qualquer elemento que enseja a instauração de um incidente de insanidade. O art. 149 do CPP estabelece que o acusado será submetido a exame médico-legal se houver dúvida quanto a sua integridade mental, o que não se verifica no presente feito. A simples alegação por parte do recorrente, e até mesmo o relato de que usou anabolizantes, não enseja a instauração do mencionado incidente. A vista de que, a dúvida quando a sanidade do réu deve estar evidentemente demonstrada nos autos. 2. DESCLASSIFICAÇÃO DA QUALIFICADORA DE FEMINICÍDIO? PRESENTES ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA QUALIFICADORA - **A qualificadora incide em situação de violência praticada contra mulher, em contexto definido por relação de poder ou submissão do homem ou da mulher em detrimento de uma mulher, face a sua situação de vulnerabilidade.** O feminicídio pressupõe violência perpetrada por agressão que tenha motivação a opressão à mulher, sendo imprescindível que a conduta do agente esteja ligada ao menosprezo ou a discriminação à condição da mulher. In casu, **a vítima possuía envolvimento amoroso instável com o recorrente e vulnerabilidade emocional**, o que a colocava em posição de submissão ao mesmo, que **não queria com a mesma assumir qualquer compromisso**, mas tão somente, mantê-la para satisfazer desejos sexuais. Desta forma, **deve ser mantida a qualificadora na tipificação indicada pela pronúncia**, para que o caso seja submetido ao júri popular, por ser o competente para julgar o mérito da causa. 3. DESCARACTERIZAÇÃO DE CRIME DE FURTO? INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADOS NOS AUTOS - Vislumbro que existem indícios de materialidade e autoria delitiva, com relação ao crime de furto, o que se verifica pelo s depoimentos das testemunhas, em especial das testemunhas que guardou os objetos para o acusado. Assim, considerando que os objetos foram retirados da esfera de vigilância das vítimas, com o fim de assenhoramento definitivo, caracterizado está o crime de furto. 4. PRONÚNCIA APENAS JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE - A pronúncia constitui-se de um mero juízo de admissibilidade da acusação, encontrando-se presentes os requisitos do artigo 413, §1º do Código de Processo Penal, o juiz fundamentadamente pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, aptos a autorizar o julgamento pelo Tribunal do Júri. 5. PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA - A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelo laudo pericial. A autoria delitiva está comprovada pela confissão do denunciado na fase judicial, e pelos depoimentos testemunhais. Portanto, presentes os requisitos do art. 413, §1º do CPP. 5. DECISÃO DE PRONÚNCIA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - UNANIMIDADE. Vistos etc. Acordam os

Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Turma Julgadora da 3ª Câmara Criminal Isolada, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator. Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará. Julgamento presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Leonam Gondim da Cruz Junior. (TJPA, RSE – 000435294201581400006.Relator: Mairton Marques Carneiro. DJ: 23/06/2016, 3ª Turma Criminal Isolada, Data da Publicação: 24/06/2016.)

Logo, como observado no acórdão acima, poderá ser sujeito ativo do crime os familiares da vítima, quem com ela mantenha relação de afeto ou quem consumir a violência extrema no ambiente doméstico, seja homem ou mulher. Os casos envolvendo homicídio de mulheres não inseridos no contexto da violência doméstica e familiar prevista na Lei Maria da Penha constituirão casos de femicídio, diferindo do feminicídio que qualifica o homicídio do art. 121 do Código Penal pátrio. Tal diferenciação será examinada em breve.

#### 4.1.2 Destinatários da Lei

A Lei nº 13.104/15 (Lei do Feminicídio) visa aplicar penalidades mais duras a quem assassinar intencionalmente uma mulher em decorrência de violência doméstica ou ao menosprezo a sua condição feminina. Diante dessa assertiva, vale refletir acerca da definição de mulher e se a intenção do legislador restringia-se à condição biológica ou era extensiva à condição de gênero em seu aspecto psicológico ou jurídico. Para tanto, recorramos ao que preceitua a referida lei.

Consta expressamente no inciso VI do art. 121 do Código Penal (redação alterada pela Lei nº 13.104/15) que a qualificadora do feminicídio se efetiva contra a mulher por razões da condição de **sexo** feminino. Percebe-se, a partir da utilização do termo ‘sexo’, que o legislador intentou proteger apenas as mulheres com definição feminina proveniente do aspecto biológico, o que foi comemorado pelos seguimentos sociais e religiosos mais conservadores.

Vale ressaltar que durante a tramitação da lei nas casas do Congresso, o texto sofreu algumas alterações e a palavra ‘gênero’, que estava em seu texto original, foi substituída pela palavra ‘sexo’. Essa substituição foi resultado de pressões da bancada religiosa com o objetivo de excluir do polo passivo qualquer vítima que não fosse biologicamente mulher. Distinguindo sexo de gênero, Berenice Dias ressalta que o “Sexo está ligado à condição biológica do homem e da mulher, perceptível quando do nascimento pelas características



genitais. Gênero é uma construção social, que identifica papéis sociais de natureza cultural, e que levam à aquisição da masculinidade e da feminilidade” (2015, p. 49).

Entretanto, mesmo que a lei em estudo faça menção expressa ao sexo feminino como determinante para o tipo de vítima a ser tutelado, não se pode deixar de analisar o fenômeno do feminicídio e sua norma específica sem ser sob a perspectiva de gênero, ainda que este seja usado em sentido mais amplo. Frise-se que nos casos dos transexuais, a própria Justiça assente na mudança do documento para o gênero de identificação do indivíduo com a retificação do registro civil.

Diante dessa realidade, há uma corrente mais conservadora que se posiciona favorável à interpretação literal da condição biológica como determinante para a tutela da Lei do Feminicídio, ao passo que a corrente mais moderna defende que a pessoa que alterou suas características sexuais de maneira irreversível, por meio de procedimento cirúrgico, seja vista e protegida de acordo com sua nova realidade (SANCHES, 2015).

Todavia, apesar da predominância do entendimento pela aplicação do termo “sexo” como foi tencionado pelo legislador e tendo em vista a realidade social em que se encontram inúmeras mulheres reconhecidas pelo gênero e não pelo sexo e com o objetivo de proteger, calcado na ideia de justiça e de amparo aos vulneráveis da relação, é provável que em breve a legislação avance no sentido de reconhecer e tutelar todas as mulheres que se compreendam como tal, sem se ater a uma interpretação limitada ao aspecto formal.

Laranjeira, ao analisar essa perspectiva de gênero sob a ótica feminina, afirma que “Para nós, trata-se de uma categoria de análise sobre como se constroem e se manifestam as relações de poder na sociedade, fundamentadas na percepção das diferenças entre os sexos” (2008, p. 13).

Desse modo, não se pode esquadrihar a violência contra as mulheres e o feminicídio distante da apreciação da perspectiva de gênero, que, por sua vez, embasa a existência dessas relações de poder e das distinções de papéis entre os sexos, além dos comportamentos assimilados socialmente entre homens e mulheres e substancializados nos padrões históricos e culturais que resultam nas desigualdades observadas ao longo do tempo.

Diante disso, percebe-se o quanto é importante a compreensão do feminicídio sob uma perspectiva de gênero, uma vez que entender o fenômeno sob esse prisma “ajuda a desarticular os argumentos de que a violência baseada na inequidade de gênero é um assunto privado e mostra seu caráter social, produto das relações de poder entre os homens e as mulheres” (DAMÁSIO DE JESUS, 2010, p.14).

Apesar da Lei do Feminicídio limitar sua proteção às vítimas do sexo feminino, não se pode negar que é um avanço trazer o problema dos homicídios de mulheres, sobretudo dos homicídios íntimos, ao campo do Direito, com repercussões em outras áreas, tais como, sociologia, antropologia, psicologia, pois trará a visibilidade necessária para se combater a prática dos assassinatos domésticos que há muito têm ficado restrito aos inquéritos policiais e aos casos no Tribunal do Júri.

#### 4.1.3 Objeto da Lei

A partir da nova redação do art. 121 do Código Penal brasileiro, modificada pela Lei n.º 13.104/15, é possível auferir o objeto da lei em estudo. Observa-se:

Art. 121. Matar alguém:

Homicídio qualificado

§ 2º. [...]

Feminicídio

VI - contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

Tendo em vista que o feminicídio passou a qualificar o crime de homicídio, depreende-se da leitura do artigo supra que o objeto da alcunhada Lei do Feminicídio é o assassinato de mulher em virtude de sua condição de sexo feminino. Nos incisos que se seguem, há um detalhamento dessa condição de sexo feminino que torna peculiar o homicídio de mulheres nessas circunstâncias. Considera-se:

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Com base na descrição do §2º A do art. 121 do CP, atenta-se para o fato de que nem todo homicídio de mulheres configura feminicídio, mas o inverso é verdadeiro. Todo feminicídio constitui um homicídio de mulher. Dessa conclusão chega-se à distinção entre femicídio e feminicídio. Em outras palavras, há que se ponderar a diferença existente entre

homicídios de mulheres ligados a essas circunstâncias e homicídios de mulheres de modo abrangente, sem essa especificidade da violência doméstica.

Vale salientar que tanto a expressão “femicídio” quanto “feminicídio” são empregadas para qualificar os assassinatos femininos em razão de gênero, isto é, resultantes de sua condição de mulher. Embora o conceito de femicídio tenha sido aplicado pela primeira vez na década de 1970, só nos anos 2000 que seu uso foi difundido na América-latina em decorrência das mortes de mulheres que ocorreram no México, onde a definição passou por nova concepção e características com a denotação “feminicídio” (ONU MULHERES, 2016).

Considerando que a violência doméstica é um dos fatores que diferencia o homicídio simples de mulheres (femicídio) do homicídio qualificado de mulheres (feminicídio), vale lembrar a definição desse tipo de violência previsto na Lei Maria da Penha. Segundo o art. 5º da Lei n.º 11.340/06, a violência doméstica é qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que, por sua vez, baseia-se nos papéis sociais atribuídos distintamente aos sexos. Alinha-se a esse pensamento Bianchini ao ressaltar:

Os papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres são acompanhados de códigos de conduta introjetados pela educação diferenciada que atribui o controle das circunstâncias ao homem, o qual as administra com a participação das mulheres, o que tem significado ditar-lhes rituais de entrega, contenção de vontades, recato sexual, vida voltada a questões meramente domésticas, priorização da maternidade. Resta tão desproporcional o equilíbrio de poder entre os sexos, que sobra uma aparência de que não há interdependência, mas hierarquia autoritária (2016, p. 32).

Distinguir o assassinato de mulheres pelos motivos que fundamentaram sua ocorrência é mais que mera utilização axiológica de um termo empregado no Código Penal pátrio. O objetivo de sua denominação, segundo as Diretrizes Nacionais do Feminicídio para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de gênero, é:

Trata-se de estratégia política para nomear e qualificar essas mortes como problema social resultante da desigualdade estrutural entre homens e mulheres, rejeitando seu tratamento como eventos isolados, ou crimes passionais inscritos na vida privada dos casais, ou provocados por comportamentos patológicos (ONU MULHERES, 2016, p. 30).

Dessa assertiva, percebe-se que ao qualificar o homicídio de mulheres em decorrência de violência doméstica ou de menosprezo à condição feminina, quis o legislador evidenciar os

assassinatos femininos como problema social estrutural e afastar da apreciação do judiciário o tratamento de crime passionai restrito ao âmbito doméstico. Nesse contexto, especialistas asseguraram que a tipificação penal do feminicídio constitui um instrumento importante para denunciar a violência sistêmica contra mulheres nas relações conjugais, que muitas vezes é vista pela sociedade, pela mídia e até pelo sistema de Justiça como crimes passionais (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017).

Ademais, os altos índices de homicídios femininos nessas circunstâncias corroboram com o entendimento de que não se tratam de casos isolados, mas tão somente de práticas intencionais e evitáveis, em sua maioria reiterada, de um histórico de agressões invisibilizado, que culmina num desfecho trágico.

As condições estruturais dessas mortes também enfatizam que são **resultados da desigualdade de poder** que caracteriza as relações entre homens e mulheres nas sociedades, contrapondo-se a explicações amplamente aceitas de que se tratam de crimes passionais, motivados por razões de foro íntimo ou numa abordagem patologizante, como resultado de distúrbios psíquicos (ONU MULHERES, 2016, p. 21).

Todavia, não se pode apontar apenas o infortúnio do patriarcado como elemento responsável pela violência de gênero. Outros fatores como etnia, classe, omissão do Estado, se entrelaçam com o gênero para retratar o cenário de violência e mortes. Ao analisar o fenômeno numa perspectiva social, ressalte-se que “a tipificação do feminicídio tem sido reivindicada por movimentos de mulheres, ativistas e pesquisadoras como um instrumento essencial para tirar o problema da invisibilidade e apontar a responsabilidade do Estado na permanência destas mortes”, o que evidencia a falta de agir do poder público (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017, p. 13).

#### 4.1.4 Aumento de reprimenda penal em razão do homicídio feminino decorrente de violência doméstica ou menosprezo à condição de mulher

Tendo em vista que o homicídio de mulheres já era tutelado pelo Código Penal brasileiro e, em certas circunstâncias, como o próprio menosprezo a sua condição feminina, já podia ser qualificado por motivo fútil, preocupou-se o legislador em criar uma lei específica para trazer à visibilidade o problema da violência de gênero e punir mais severamente o autor desses assassinatos, além de tentar coibir a ocorrência de novos casos de feminicídio.

Dessa maneira, a partir de uma maior reprimenda penal ao autor de homicídios decorrentes de violência doméstica ou cuja motivação tenha sido o menosprezo à condição feminina, o Estado brasileiro passou a seguir a gradativa tendência entre os organismos internacionais e que se verificou na América Latina, em que 15 países já haviam criado leis próprias ou dispositivos para combater o assassinato de mulheres (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017).

Um ponto que necessita ser observado diz respeito às especificidades do homicídio de mulheres. No que tange ao feminicídio, para aumento de pena em decorrência da qualificadora é preciso atender às características de sua tipificação, quais sejam: assassinato decorrente de violência doméstica ou menosprezo à condição feminina. Nesse contexto, vale frisar que estão inseridas as circunstância da violência familiar e da relação íntima de afeto, compreendidas pela Lei Maria da Penha quando da definição de violência doméstica. Assim, não se deve associar apenas o ambiente doméstico, restrito ao reduto do lar, mas incluir a condição íntima de afeto e a relação familiar, ainda que não necessariamente de marido e mulher.

Urge apontar que, além do aumento da pena por se tratar de uma qualificadora, a Lei n.º 13.104/15 ainda traz situações em que a pena é majorada em 1/3 até 1/2 de acordo com cada caso concreto. Segundo o parágrafo 7º do art. 121 da respectiva lei, são elas:

- **Durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto:** Caso o autor tenha fomentado a morte da mulher nos 3 (três) meses subsequentes ao parto, terá sua pena aumentada. Salienta-se que no Brasil é adotada a teoria da atividade, fundamentada no momento em que o agente praticou o crime e não no momento do resultado, como dispõe o art. 4º do CP em vigor.
- **Contra pessoa menor de 14 (quatorze) anos e maior de 60 (sessenta) anos:** Em casos de vítimas menores de 14 anos ou maiores de 60 anos, já prevê o § 4º do art. 121 do CP uma majoração da pena de 1/3. Entretanto, após a redação dada pela Lei n.º 13.104/15 ao art. 121, essa pena pode se tornar ainda mais rígida, segundo o § 7º, podendo ser aumentada até 1/2. Nesse contexto, diante da existência de uma lei específica, prevalece o princípio da especialidade.
- **Contra pessoa com deficiência:** Os homicídios praticados contra mulher portadora de deficiência física ou mental, nas circunstâncias previstas na Lei do Feminicídio (violência doméstica ou menosprezo à condição de mulher), terão aumento de pena de até 1/2, desde que o autor tenha consciência dessa deficiência, a fim de não ser imputado o aumento em razão de configurar erro de tipo.

- **Na presença de descendente ou de ascendente da vítima:** Outra circunstância para majoração da pena é a prática do crime na presença de descendente ou ascendente, o que pode trazer traumas irreparáveis para esses familiares.

Ainda vale lembrar que o feminicídio passou a ser crime hediondo e não apenas equiparado ao hediondo, recaindo sobre sua conduta todas as implicações provenientes da hediondez de um crime, o que acarreta numa penalidade ainda mais severa.

Nos crimes hediondos a progressão de regime penal, ou seja, a possibilidade de cumprir a pena em regime aberto ou semiaberto, só poderá ocorrer após o cumprimento de  $\frac{2}{5}$  da pena arbitrada em sentença judicial, se tiver bom comportamento, além de ser réu primário. Se for reincidente, conforme preconiza o art. 2º, § 2º da Lei nº 8.072/90, deverá, então, cumprir  $\frac{3}{5}$  da pena. Quanto ao livramento condicional da pena, aquele que for condenado por feminicídio só terá direito a liberdade condicional após o cumprimento de mais de  $\frac{2}{3}$  de sua pena. Tal benefício é aplicado apenas aos réus primários. Aos reincidentes, a lei veta o direito de gozo de liberdade antes do cumprimento pleno da pena, conforme entendimento do artigo 83, V, do Código Penal.

#### **4.2 Porque há feminicídio e não masculinício?**

Em que pese existir um número alarmante de mulheres assassinadas em todo o país, ainda indaga-se acerca da proteção das mulheres que se encontram em situação de violência e do tratamento diferenciado em relação ao gênero masculino. É fato que tanto o assassinato de homens quanto o de mulheres constitui grave violação aos Direitos Humanos, o que comumente levanta discussões em torno da necessidade de edição de leis protetivas às mulheres em detrimento da proteção aos homens, já que ambas as situações ferem os direitos inerentes aos seres humanos.

Para além de uma visão limitada a respeito da igualdade entre os sexos, há uma necessidade de luta pelo fim da violência da parte que se encontra em maior vulnerabilidade. Independentemente de a violência ser praticada contra a mulher ou contra o homem, é intolerável em qualquer de suas formas. Todavia, ainda que estatisticamente o número de homicídios masculinos seja maior que o feminino, o contexto dessas mortes se efetiva diferentemente e é, justamente nesse aspecto, que se sobressai a necessidade de uma tutela singularizada.

Nesse sentido, Daniela Barreto observa que, embora as mulheres não constituam a minoria na população mundial, frequentemente, têm seus direitos violados em vários países,

de diferentes culturas, enfatizando, assim, que o critério numérico não define grupos vulneráveis. Salienta a autora que:

A dimensão numérica da expressão é exatamente o que a afastaria dos objetivos dessa busca de uma definição aqui empreendida, pois é evidente que determinados grupos subalternizados e inferiorizados em seus direitos estão longe de ser pouco numerosos, considerando o número de indivíduos que os compõem (2016, p. 90).

O tratamento diferenciado em favor das mulheres tem intrínseca relação com as especificidades da violência doméstica, situação em que as mulheres despontam como as maiores vítimas. Sua vulnerabilidade diante do sexo oposto faz do feminicídio um terrível delito, pois se funda nas condições de convivência, de afeto entre as partes, de submissão social, de dependência econômica, etc. Particularidades que expõem às mulheres à fragilidade numa relação violenta e que propicia um desfecho trágico.

Segundo Barreto, “a vulnerabilidade é a condição dos segmentos sociais que, em razão de uma determinada especificidade, são submetidos a uma situação de subalternização e exclusão social que lhes impõe maior suscetibilidade de negação e violação de direitos” (2016, p. 98). É nesse contexto que as mulheres se estabelecem como um grupo vulnerável.

A intervenção do Estado na esfera privada foi um dos meios necessários para combater a violência doméstica e procurar inibir a ocorrência das mortes no reduto doméstico, muito embora, por diversas vezes, seja o próprio Estado o responsável pela continuidade desses homicídios e da não contenção dessas agressões.

Em decorrência dos longos anos de desigualdade entre homens e mulheres, a tipificação de feminicídio se mostra justificada como uma forma de promover a igualdade material entre os sexos, uma vez que não se pode conceber a ideia de garantia universal de direitos se as mulheres não estiverem em condições reais de isonomia com os homens e não tiverem seus direitos específicos respeitados. Nesse sentido, salienta Tânia Mara Almeida que:

Frente a longa história de discriminação e opressão pela qual têm passado e as inúmeras evidências de resistência à mudança, é fundamental a efetivação de ações afirmativas em prol da justiça social, reconhecendo-se as necessidades específicas das mulheres em comparação aos homens, bem como as necessidades específicas da sua própria pluralidade nos diversos grupos internos que as compõem, levando-se em conta parâmetros de

diversidade cultural, étnico-racial, geracional, orientação sexual, regional, econômica e social, entre outras (2011, p. 48).

Nesse panorama, observa-se que o tratamento jurídico distinto para homens e mulheres parte de uma dura realidade consubstanciada em situações de agressões em diferentes contextos e que faz da mulher um ser frágil e vulnerável à violência de gênero, carecendo assim, de uma tutela diferenciada. Eis o principal fator para o reconhecimento do feminicídio em face do masculinicídio.

Nesse diapasão, Nancy Fraser patrocina a ideia de reconhecimento como necessária às questões de gênero. Em análise à historicidade do feminismo, Fraser afirma que “se a primeira fase do feminismo pós-guerra procurou aproximar o gênero do imaginário socialista, a segunda fase enfatizou a necessidade de “reconhecer a diferença”” (2007, p. 296). É no reconhecimento que se fundamenta o tratamento jurídico diferenciado para homens e mulheres.

Consonante ao posicionamento de Fraser, Daniela Barreto assevera que:

Se o ponto distintivo entre uma sociedade justa e injusta é o reconhecimento destinado aos cidadãos, pertencentes aos mais diversos grupos e às distintas formas de vida, ou se reside na capacidade que tenha essa sociedade de propiciar a todos as mesmas oportunidades, ainda não se sabe por absoluta falta de um consenso a respeito. Todavia, no plano prático, as reivindicações de reconhecimento e as demandas pela assunção, por parte do Estado, de políticas públicas que admitam as diferenças e as incorporem como dado relevante na busca de uma igualdade de oportunidades e tratamento surgem, a cada dia, o que indica que, no mínimo, as demandas por reconhecimento servem de catalisador para a mobilização dos atores sociais (2016, p. 148).

No entanto, ademais do reconhecimento das diferenças entre os gêneros, também desponta a necessidade de mudança de paradigmas culturais e sociais no enfrentamento à questão da violência contra a mulher. Fraser sustenta seu pensamento a respeito do reconhecimento da diferença ao ponderar:

Quer o problema fosse a violência contra a mulher, quer a disparidade de gêneros na representação política, feministas recorreram à gramática do reconhecimento para expressar suas vindicações. Incapazes de obter progresso contra as injustiças da política econômica, preferiram voltar-se para os males resultantes dos padrões antropocêntricos de valor cultural ou de hierarquias. O resultado foi uma grande mudança no imaginário feminista: enquanto a geração anterior buscava um ideal de equidade social expandido, esta investia suas energias nas mudanças culturais (2007, p. 297).



Marina Pita corrobora com o entendimento de Nancy Fraser e a necessidade de se reconhecer uma proteção particularizada em favor das mulheres. Acerca da tipificação do feminicídio como reconhecimento da existência dessa disparidade, Pita assevera:

Neste contexto, a tipificação representa um reconhecimento de que o assassinato de mulheres tem características próprias e está, na maior parte das vezes, associado a contextos discriminatórios, o que ficou redigido na lei como o homicídio “cometido por razões da condição de sexo feminino”, isto é, que envolve “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher” (PITA, 2017, p. 103).

E complementa que, no Brasil, tanto a Convenção de Belém do Pará, em seu art. 1º, quanto a Lei Maria da Penha, em seu art. 5º, incluíram o não reconhecimento das desigualdades de gênero como geradoras de violências e discriminações.

Nessa perspectiva, espera-se que novos hábitos e novos cenários culturais redirecionem o comportamento humano nas relações entre os gêneros a fim de se tornar irrelevante a necessidade de uma definição legal específica baseada em sexo, etnia, raça ou classe, mas, tão somente, tendo a dignidade da pessoa humana como viga mestra do respeito aos direitos do outro.

#### **4.3 As dificuldades na tipificação do feminicídio e no levantamento de estatísticas**

Embora a Lei n.º 13.104/15 tenha inserido a qualificadora do feminicídio ao art. 121 do Código Penal pátrio, tipificando o homicídio de mulheres, ela acaba esbarrando na dificuldade em tipificar esse crime. Isso decorre do fato de que a motivação do crime ou sua origem são imprescindíveis para a identificação do feminicídio e, para tanto, a elucidação do caso se torna fundamental para chegar a correta tipificação.

Tendo em vista que um dos aspectos do crime de feminicídio é o assassinato decorrente da violência doméstica, acaba, muitas vezes, por esbarrar na subnotificação desse tipo de violência, chegando a concluir por tal crime quando na investigação se verifica que o homicídio ocorreu no interior da residência. Contudo, consoante definição contida na Lei Maria da Penha, também se insere na violência doméstica, a relação familiar e/ou afetiva entre autor e vítima.

Afora a subnotificação existente da ocorrência de violência doméstica, o motivo do menosprezo a condição de mulher é o elemento que mais dificulta a tipificação do

feminicídio, restando observar os requintes de crueldades e a forma de execução utilizada no cometimento do crime, já que se trata de um critério subjetivo. Este último fator será mais detalhado em tópico posterior.

Segundo as Diretrizes Nacionais do Feminicídio, diferentemente do que ocorre na investigação policial de outras modalidades criminosas, tais como roubo e tráfico de drogas, a apuração de um caso de homicídio necessitará da compreensão de alguns aspectos da vida pessoal, familiar, afetiva e até profissional da vítima e do provável autor (ONU MULHERES, 2016), o que torna a elucidação do caso e sua correta classificação ainda mais difícil.

Para a tipificação do feminicídio é imprescindível que a investigação policial seja feita de maneira criteriosa e sob a perspectiva de gênero. Nesse enfoque:

O resultado da investigação policial e do processo deverá permitir o correto enquadramento dessas mortes como feminicídio tentado ou consumado, de acordo com o tipo penal estabelecido pela Lei 13.104/2015, considerando as características previstas de violência praticada no ambiente doméstico e familiar (inciso I) ou por menosprezo e discriminação à condição de mulher (inciso II) (ONU MULHERES, 2016, p. 29).

Em acréscimo, a ONU Mulheres, por meio das Diretrizes Nacionais do Feminicídio, assinala a existência de outros motivos que possam mascarar o homicídio de mulheres nas circunstâncias do feminicídio e que, sem a correta apuração dos fatos, pode dificultar a sua tipificação e a adequada aplicação da pena, o que, conseqüentemente, afetará nas estatísticas. São eles: o suicídio de mulheres, que muitas vezes decorre da violência prévia que vivenciaram ou uma maneira de ocultar uma morte acidental; as mortes aparentemente acidentais como acidentes de trânsito, quedas, afogamentos, provocados intencionalmente, mas ocultadas as reais intenções do crime; ou, ainda, as mortes recentes e mais remotas, que demoram a serem descobertas e que podem perder indícios e sinais importantes para a investigação.

Sob esta perspectiva, é salutar frisar que, em todos os casos, deve haver uma preocupação em investigar cautelosamente o histórico do crime, transpassando com o perfil da vítima e seu histórico de vida, sem, no entanto, fundar-se em preconceitos e estereótipos que possam de algum modo, influenciar ou tentar justificar o resultado do crime e a violência sofrida.

#### 4.3.1 A importância da tipificação do feminicídio no enfrentamento à violência fatal

No Brasil, o número alarmante de homicídios femininos fez ecoar na legislação penal a necessidade de reconhecer esse tipo de crime e tirar da invisibilidade a violência que se escondia no interior dos lares. Tipificar essas mortes e buscar uma punição mais severa, ultrapassando a mera precisão de resposta social, é uma forma de revelar o problema estrutural da desigualdade de gênero e coibir interpretações que favorecessem os autores desse crime baseados no critério passional ou fundamentado em estereótipos que justificassem a violência fatal.

Para compreender a importância da tipificação do feminicídio é fundamental entender a configuração desse crime. Para tanto, verifica-se:

- a. Que essas mortes são episódios evitáveis, em que os principais fatores de risco são o gênero da vítima e o peso sociocultural da desigualdade baseada no gênero que afetam de forma desproporcional as mulheres;
- b. Que as mulheres não são afetadas da mesma forma pelas múltiplas formas de violência e injustiça social. Além de desigualdade de gênero, é necessário levar em consideração outros marcadores de identidade social – como classe, raça, etnia, geração, orientação sexual, religião, procedência regional ou nacionalidade – que podem contribuir para agravar as situações de vulnerabilidade das mulheres;
- c. Que a violência baseada no gênero é um problema social e se conecta a outras violações de direitos que afetam o desenvolvimento livre e saudável de meninas e mulheres. (ONU MULHERES, 2016, p. 39)

Diante disso, percebe-se que tipificar os homicídios femininos, dentro das circunstâncias e características que designam o feminicídio, tem uma importância social muito maior que reputar mais uma qualificadora ao crime de homicídio. Trata-se de reconhecer o problema de gênero existente há séculos e trazer visibilidade a uma violação de direitos que poderia ser evitada e que carece de maior empenho estatal e social para erradicá-la.

É incontestável a importância de outros normativos em defesa dos direitos das mulheres anteriores a tipificação do feminicídio, muito embora não tenham sido suficientes para impedir que as mortes anunciadas em um histórico de violência, a exemplo da Lei Maria da Penha, ocorressem. Não se pode olvidar o fato de que os feminicídios “são crimes que não aconteceriam sem a conivência institucional e social perante as discriminações e violências praticadas contra as mulheres” (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017, p. 11).

Com efeito, inserir a qualificadora do feminicídio na legislação penal brasileira, incluindo-o no rol dos crimes hediondos, tem um papel que transcende a severidade da norma diante do delito, mas que reverbera a ultraje violação de direitos humanos das mulheres em sua forma extremada e que padece de engajamento social e atuação eficaz do Estado para combater esse dano social irreparável e atender, inclusive, às recomendações de tratados e convenções internacionais assinados pelo Governo brasileiro. Trata-se, portanto, de uma medida de reconhecimento do problema existente.

#### 4.3.2 Dificuldades em identificar o menosprezo à condição de mulher para tipificação de feminicídio

Em que pese a tipificação do feminicídio se fundamentar nos motivos que impulsionam sua ocorrência, deve-se verificar que diante do elemento “menosprezo à condição de mulher” há uma dificuldade em classificar essa qualificadora. “Há menosprezo quando o agente pratica o crime por nutrir pouca ou nenhuma estima ou apreço pela mulher vítima, configurando, dentre outros, desdém, desprezo, desapreciação, desvalorização” (BIANCHINI, 2016, p. 206).

Isto posto, por se tratar de uma critério subjetivo que reproduz a forma de pensar do agente, deve-se analisar as circunstâncias que envolvem o caso, sobretudo o modo de realização do crime.

O feminicídio ocasionado pelo menosprezo à condição de mulher espelha um crime de ódio, de intolerância e de autoridade sobre alguém que se julga inferior. Os dados que evidenciam tratar-se de feminicídio nessa conjuntura se fundam no tipo de lesão provocada, nos requintes de crueldades, no sofrimento imposto à vítima, que, amiúde, apresentam desfiguração do rosto, da genitália, dos seios, além de violência sexual e psicológica que antecedem a morte. São violadas como mulheres e como seres humanos.

Além da dificuldade em fundamentar uma conduta baseada em um aspecto subjetivo e que necessita da averiguação de todas as circunstâncias que envolvam os casos, ainda há de se ponderar acerca dos estereótipos que (des)qualificam as vítimas e que, por diversas vezes, são utilizados como medidas de referência para uma compreensão dos motivos que levaram o autor a tal conduta ou, ainda, que justifique um abrandamento na aplicação da pena como se a vítima tivesse corroborado para esse desfecho trágico.

Inúmeros casos de feminicídios na Paraíba são descritos pela mídia utilizando-se de adjetivos, por vezes pejorativos, na descrição das vítimas, o que acaba por demonstrar que o menosprezo à mulher não reside apenas no imaginário do agressor, mas que reflete um pensar da própria sociedade que contribui para a continuação da violência de gênero e que dificulta a identificação do feminicídio motivada pelo desprezo à condição feminina. A intolerância social e, até mesmo, por atores judiciais ao estilo de vida adotado pela vítima obsta a plena realização da justiça e a punição compatível com a conduta do autor.

Reiteradamente, as vítimas de feminicídio são vistas como responsáveis pela violência sofrida e são desqualificadas moralmente, demonstrando que o menosprezo ao “ser mulher” não se limita à motivação do agente para a prática do crime. Sua história de vida, suas escolhas e seu passado são exibidos nas mídias e redes sociais, e utilizados, até mesmo, na descrição dos fatos, nos processos judiciais, e como defesa do agressor para justificar a barbárie.

Enquanto que a Lei Maria da Penha aprecia a violência de gênero com base no tipo de violência (física, sexual, psicológica, patrimonial) e na relação entre autor e vítima (familiar ou íntima de afeto), a Lei do Feminicídio se fundamenta na motivação do crime: decorrente de violência doméstica ou menosprezo à condição de mulher. Para tanto, é preciso uma investigação precisa e criteriosa para a adequada identificação do crime, visto que essa última motivação necessita de apontamentos evidentes para sua comprovação, o que torna mais difícil o combate ao feminicídio.

#### **4.4 Do (des)conhecimento da Lei do Feminicídio e da necessidade de sua publicização como medida de combate ao homicídio de mulheres**

É bem verdade que o temor a uma punição contribui para a inibição de vários crimes. O conhecimento de um tipo penal e da penalidade que ele acarreta favorece a obstaculização do crime em diversas ocasiões. É a força punitiva das sanções penais.

No que tange ao conhecimento da legislação quanto à violência de gênero e tomando como caso análogo a ciência da Lei Maria da Penha, observa-se que, segundo pesquisa realizada pelo DataSenado<sup>13</sup> em 2017, 100% das mulheres brasileiras entrevistadas sabiam da

---

<sup>13</sup> Pesquisa realizada em 2017 e disponível no endereço eletrônico: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>.

A pesquisa acerca do conhecimento da Lei Maria da Penha é realizada a cada 2 anos. Em 2011 e 2013, o percentual de conhecimento chegou próximo à totalidade das respondentes - 98% e 99%, respectivamente. Em

existência da lei e demonstravam um crescimento na percepção de desrespeito às mulheres e nos registros de violência psicológica. Nesta mesma pesquisa, 69% das entrevistadas disseram que na percepção delas a violência doméstica aumentou, revelando o índice mais alto observado entre todas as edições da pesquisa. Ademais, 89% das entrevistadas disseram ter ouvido falar mais sobre o assunto no último semestre de 2017.

Apesar do conhecimento acerca de lei de proteção às mulheres que sofrem violência doméstica e diante da incipiência de informações divulgadas a respeito da Lei do Feminicídio, constata-se que esta última ainda carece de publicização. Vale salientar que quanto mais se difundir a existência de uma lei com maior rigorismo nos casos de assassinatos femininos enquadrados como feminicídio, maior será o combate a esse mal social.

A publicização da norma está intrinsecamente relacionada à busca por mudanças de paradigmas e medidas profiláticas de enfrentamento ao problema. Segundo Tânia Almeida, a visibilidade da violência e seus dispositivos é condição imprescindível para frustrar a violência de gênero. Apregoa, assim, que:

Uma das maneiras de se conseguir desarmar o dispositivo da violência de gênero é dando-lhe visibilidade, denunciando onde ela se manifesta em suas diversas formas, explícitas e mascaradas, nos diferentes grupos de mulheres, de que modo ela impacta a vida deste contingente populacional que a sofre diretamente, bem como de que modo ela impacta toda a sociedade. (ALMEIDA, 2011, p. 56)

Muito embora não tenha a visibilidade que tem a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio auferir respaldo do conhecimento da Lei n.º 11.340/06 e se favorece pela compreensão do conceito de violência de gênero, violência doméstica, formas de violência e medidas de combate subsidiada pela ampla ciência da Lei Maria da Penha.

Não se pode olvidar que por serem as leis protetivas à integridade física de maior relevância no cenário jurídico brasileiro, há um reforço da lei de enfrentamento à violência doméstica à lei de enfrentamento ao feminicídio. Nesse sentido, percebe-se que:

O legado e a ampla efetivação da Lei Maria da Penha são imprescindíveis para o enfrentamento do feminicídio. E é a própria Lei Maria da Penha que traz seis pontos fundamentais para evitar o feminicídio íntimo:

1. A Lei Maria da Penha define cinco formas de violência doméstica e familiar e não pressupõe que só há violência quando a agressão deixa marcas

físicas evidentes. Reconhecer a violência psicológica nas relações, não subestimar o risco por trás de uma ameaça ou de uma aparente lesão corporal leve podem prevenir violências mais graves, incluindo o feminicídio íntimo. “O que no Código Penal é uma lesão leve pode ser o resultado de tortura sistemática ou mesmo de uma tentativa de feminicídio por enforcamento”, afirma Teresa Cristina Rodrigues dos Santos, juíza do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e titular da 2ª Vara Criminal da Comarca de Santo André (SP).

2. Na maioria dos casos, diferentes formas de violência acontecem de modo combinado. É preciso compreender que a violência física é mais um traço de um contexto global de violência, que inclui também humilhações, críticas e exposição pública da intimidade (violência moral), ameaças, intimidações, cerceamento da liberdade de ir e vir, controle dos passos da mulher (violência psicológica), forçar a ter relações sexuais ou restringir a autodeterminação da mulher quando se trata de decidir quando engravidar ou levar adiante ou não uma gravidez (violência sexual), entre outros. É fundamental também entender que, na violência doméstica, a tendência é que os episódios de agressões se repitam e fiquem mais graves; é o chamado ‘ciclo de violência’.

3. É importante compreender que não existem padrões e perfis de vítima ou agressor, pois a violência doméstica contra mulheres cometida pelo parceiro, atual ou ex, é a mais comum, mas não é a única. A violência doméstica e familiar pode acontecer também entre indivíduos com ou sem vínculo de parentesco, mas que mantêm relações de convivência.

4. O uso de álcool, drogas ou o ciúme não são causas e não servem como justificativa para violências. São apenas fatores que podem contribuir para a eclosão do episódio de violência, mas que muitas vezes são usados como desculpa, promovendo a impunidade e a não responsabilização pela violência.

5. A culpa não é da vítima: ninguém pode ser responsabilizado pela violência que sofreu.

6. A Lei Maria da Penha prevê medidas protetivas de urgência para a mulher em situação de violência, como o afastamento ou até a prisão preventiva do agressor (INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2017, p. 16 e 17).

Nesse panorama, a disseminação da Lei do Feminicídio, reforçada pelo conhecimento da Lei Maria da Penha poderá promover ações educacionais e políticas públicas mais efetivas ao combate à violência extrema, sobretudo pelo fato do feminicídio ser um crime evitável e que precisa ser interrompido no curso da violência que antecede o ato final ou, quiçá, estorvar o próprio início do ciclo da violência. Consonante a esse pensamento, assevera Almeida acerca da necessidade de divulgação da Lei n.º 13.104/15 que:

Por conseguinte, esta postura permitirá aos órgãos competentes e aos movimentos sociais vislumbrar inovadores encaminhamentos de ações e políticas nacionais, estaduais e municipais para fazer-lhe face, facilitando o planejamento e a colocação em prática de estratégias relevantes ao seu enfrentamento, ajudando a desarmar o dispositivo de gênero. Além disso, inserir o fenômeno da violência de modo central em análises econômicas favorecerá a melhor compreensão do desenvolvimento humano por uma

perspectiva ampla, transversal, justa e bem mais afinada com a realidade brasileira (ALMEIDA, 201, p. 56).

Vislumbra-se desta forma que o conhecimento da lei é um meio de visualização dos assassinatos de mulheres por razão de gênero e, a partir disto, pode servir de mecanismo de denúncia diante da possibilidade da ocorrência dessa forma extremada de violência. Afora o conhecimento da existência da lei, um cuidado maior nas investigações e elucidações dos casos de homicídios de mulheres contribuirá para alcançar dados estatísticos mais condizentes com a realidade o que, conseqüentemente, poderão subsidiar políticas públicas preventivas mais efetivas.

Assim, ainda que a propagação da Lei do Feminicídio e a ampla divulgação da rigidez da norma não sejam a solução para a erradicação das práticas de violência contra a mulher e do feminicídio, servirão para conscientizar a sociedade da preservação da vida e da obrigação do Estado de garantir os direitos humanos das mulheres.

#### **4.5 Lei do Feminicídio como resposta do Direito Penal ao assassinato de mulheres**

A Lei n.º 13.104/15 (Lei do Feminicídio) foi elaborada com base em dados e estatísticas. Os altos números de mulheres assassinadas evidenciavam um problema social que necessitava de uma regulamentação mais severa e um maior empenho do Estado para solucionar um problema predominantemente de foro íntimo. Neste contexto, a Lei do Feminicídio emerge como instrumento de reação penal e como resposta ao intenso clamor social.

Mais que uma lei punitiva, a Lei do Feminicídio se mostra como ferramenta necessária para revelar o grave problema existente no reduto doméstico e desnaturalizar a violência existente nas relações conjugais, visto que é de incumbência do Estado salvaguardar a vida das mulheres. Disso decorre o fato de as mulheres se encontrarem excluídas da efetivação de seus direitos, mostrando-se excessivamente vulneráveis.

Como anteriormente conceituada, a vulnerabilidade está relacionada à violação de direitos que algumas pessoas são expostas por pertencerem a um determinado grupo social ou possuírem particularidades que as diferem de um grupo dominante (BARRETO, 2016). É essa vulnerabilidade social que se aproxima do crime, em que “os vulneráveis sociais passam a ser vistos como vítimas em potencial de formas específicas de violência, determinadas pela



própria condição de vulnerabilidade” (BARRETO, 2016, p. 108). É o que se percebe com as mulheres que são vítimas de violência.

Segundo Daniela Barreto, para a construção da ideia de vulnerabilidade, a vitimologia se mostra como um importante elemento. Sua aproximação com os direitos humanos permite compreender as repercussões do conceito de vulnerabilidade e as pretensões na produção legislativa penal hodierna. Nessa esteira, entender, não apenas a ideia de vulnerabilidade de determinados grupos sociais, mas os aspectos da vitimologia sob a perspectiva da vítima que tem seus direitos violados, possibilitam uma compreensão mais sólida sobre a necessidade do advento da Lei do Feminicídio diante da vulnerabilidade das mulheres e como resposta do Direito Penal aos inúmeros assassinatos femininos.

É nesse panorama que a criminologia crítica passa a identificar a violação dos direitos humanos desses grupos vulneráveis com o crime; e o diálogo entre a criminologia crítica contemporânea e o discurso dos direitos humanos converge em criminalizações específicas que Barreto (2016) denominou de “Direito Penal dos vulneráveis”.

Para enfrentar a violência de gênero é preciso combater os fatores que contribuem para essa vulnerabilidade. “Afastar as causas da vulnerabilidade social e minimizar as consequências passam a ser metas dos organismos internacionais de defesa dos direitos humanos” (BARRETO, 2016, p. 107). É nesse ponto que tanto a ordem jurídica internacional quanto a nacional desempenham papel fundamental em defesa e proteção de grupos vulneráveis.

No tocante às mulheres, evidentemente que apenas a concepção da lei não resolverá o problema do feminicídio. É necessário que políticas públicas preventivas sejam implementadas de maneira eficaz para exprimir a realidade socialmente vivenciável. Do mesmo modo, um aparato judicial hábil e sensível às questões da violência de gênero contribuirá para impedir que a violência extrema, como resultado de um histórico de violência, se concretize.

Muito mais que um simbolismo normativo, deve-se buscar a origem do problema para que possa ser tratado e enfrentado preventivamente. Se a rigidez da norma não se apresentar compatível com a veracidade prática que ocorre na sociedade, sobretudo no interior dos lares, irrelevante será sua existência, pois não passará de uma norma morta e sem eficácia. Embora sua vigência possa despertar para o reconhecimento social do problema, é preciso mais que isso para enfrentar efetivamente à violência de gênero.

Para tanto, é necessário uma combinação da lei com políticas públicas e ações preventivas para que o caráter repressivo-punitivo da lei possa encontrar guarida em ações

práticas de proteção à vida das mulheres. Apesar de a punição ter um importante papel de desencorajar futuras agressões, ela precisa ser acompanhada de medidas que tratem a questão da violência de gênero e do feminicídio de maneira transdisciplinar.

Nessa esteira, assim como a Lei Maria da Penha representou um grande avanço e resposta jurídica às agressões sofridas pelas mulheres, a Lei nº. 13.104/15 também se revelou uma resposta do Direito Penal aos assassinatos condizentes com a definição de feminicídio. Para isso, maior investimento em outras áreas, tais como educação, capacitação dos atores jurídicos que atuam na área, movimentos sociais em favor da vida e contrários à violência, ou qualquer segmento que possa atuar com ações de combate preventivo, é de fundamental importância para se posicionarem contra a violência extrema e traçarem estratégias eficazes de enfrentamento à violência das mulheres como um grupo vulnerável que necessita de tutela e ações específicas.

Portanto, é indiscutível que todos os atos normativos em favor das mulheres contribuíram para o enfrentamento da violência contra a mulher, especialmente a Lei Maria da Penha. Entretanto, apesar de todo processo de defesa e proteção às mulheres e da Lei do Feminicídio como resposta do Direito Penal ao considerável número de mulheres assassinadas no Brasil, também se evidencia necessário o estudo dos Direitos Humanos e seus princípios em todas as fases escolares, visando uma quebra de paradigmas e do pensar social, ainda enraizado no patriarcalismo, para que a violência de gênero, especialmente o feminicídio, tenham seus números reduzidos drasticamente ou, quiçá, erradicados.

## **5 ANÁLISE DOS DADOS ESTATÍSTICOS DE FEMICÍDIO NA PARAÍBA E NA CIDADE DE JOÃO PESSOA ANTES E DEPOIS DA LEI DO FEMINICÍDIO**

Estima-se que a cada ano mais de 100 mulheres são mortas decorrentes de violência doméstica ou familiar na Paraíba<sup>14</sup>. Em busca de se mostrar a realidade social e verificar a gravidade do problema, dados são coletados e estatísticas são calculadas para se buscar instrumentos eficazes no combate a esse tipo de delito. Todavia, o levantamento de estatísticas envolvendo questões de gênero não se descortina tão facilmente.

Coletar dados empíricos para converter em informação e conhecimento hábeis mostra-se um importante modo para gerar transformação do fenômeno no universo pesquisado. Para tanto, necessita-se da coleta em diversas fontes para a compreensão geral da problemática, visto que em casos de violência doméstica, por exemplo, ocorre uma subnotificação das agressões, o que pode repercutir na identificação do feminicídio e, consequentemente, nos seus índices de estatísticas. No que tange aos casos de homicídios, especialmente na Paraíba, os números apontam para um rigor na coleta dos dados e a busca por retratar fielmente a realidade no Estado.

A respeito dos dados estatísticos de violência de gênero, faz-se a seguinte observação:

Dados estatísticos no Brasil ainda são pouco sistematizados e muitas vezes deficitários. Quando encontrados, estão dispersos e oferecem poucos subsídios para aprofundar o conhecimento dos diversos aspectos atinentes à condição feminina. Lacunas nas fontes de informação sobre tópicos prioritários para a análise de gênero dificultam a mediação direta de fenômenos específicos. Assinale-se que, apesar do incremento do interesse acadêmico e político no tema mulher, a capacidade estatística é insuficiente para gerar informação em áreas chave, entre elas na concernente à violência de gênero. Nesse sentido, é imperativo outorgar apoio técnico e capacitar agentes governamentais a fim de fortalecer a aplicação de programas, projetos e mecanismos orientados à igualdade de gênero [...] (PRÁ, 2010, p. 100).

Mesmo diante da fragilidade de dados apontados acima e que possa ser observado em algumas fontes, a utilização de estatísticas para compreensão do feminicídio é uma necessidade indispensável para se verificar a realidade em que fenômeno se desenvolve no Estado da Paraíba e na sua capital.

---

<sup>14</sup> Média estimada com base nos dados fornecidos pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SEDS) da Paraíba entre os anos de 2011 a 2016.

No entanto, é importante salientar que o Estado da Paraíba, ao contabilizar os casos de homicídios, diferentemente da maioria das outras Unidades da Federação, segue criteriosamente a determinação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que estabelece que seja utilizada a nomenclatura CVLI (crime violento letal intencional) para toda violência intencional que resulte em morte, seja homicídio doloso, latrocínio, estupro seguido de morte, entre outros, o que pode influenciar no ranking das estatísticas nacionais, a exemplo do Mapa da Violência e Atlas da Violência, também utilizados como fontes na pesquisa.

Frise-se que os dados fornecidos pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS) <sup>15</sup> da Paraíba, quanto aos homicídios de mulheres, são rigorosamente coletados e calculados, obedecendo criteriosamente às recomendações da SENASP.

É necessário destacar que em algumas passagens do texto falar-se-á em homicídio de mulheres (femicídio) ou utilizar-se-á a nomenclatura CVLI referentes à coleta de dados pelos órgãos institucionais. Isso se deve ao fato de que as informações acerca dos crimes chegam primeiramente com a identificação de homicídio ou crime violento letal intencional e só após a investigação e elucidação dos casos é que a SESDS tipifica como feminicídio.

## **5.1 Dados estatísticos e uma reflexão acerca dos números**

Um dado interessante e que confirma as estatísticas de mulheres mortas no Estado da Paraíba é que os homicídios de mulheres têm íntima relação com o ambiente doméstico e com a intersecção de raça e classe. Fazer uma análise dos índices de femicídio no Estado e, particularmente, no município de João Pessoa, permitirá, não apenas, trazer à tona um problema invisibilizado no meio social local como fazer um exame das medidas de combate, sejam normativos ou políticas públicas, em defesa desse grupo vulnerável.

Por meio do levantamento de estatísticas fornecidas pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS) é possível fazer uma análise inicial dos números de femicídio no Estado após a edição da Lei n. 13.104/2015. Cumpre ressaltar que essa análise, dentro das limitações que as fontes possam

---

<sup>15</sup> A Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS) corresponde à antiga Secretaria de Segurança Pública da Paraíba (SSP-PB) cuja nomenclatura foi alterada pela Lei n.º. 10.467 de 26/05/2015, em seu art. 1º, III, c, que modificou a Lei n.º. 8.186 de 16/03/2007 (lei que estabeleceu a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo Estadual).

apresentar e do curto prazo entre a promulgação da lei e a presente pesquisa, nos trará uma visão embrionária dos possíveis reflexos da Lei do Feminicídio.

Verificar se os índices majoraram ou minoraram após sua entrada em vigor é apenas o ponta pé inicial para trilhar um caminho de pesquisas aprofundadas, debates, propostas de políticas públicas e divulgação da atual legislação. Assim, optou-se pela pesquisa quantitativa justamente porque ela traz, com base em números reais, uma direção para se demonstrar a permanência do fenômeno na região paraibana, em particular na cidade de João Pessoa, e que serve de subsídio para a compreensão do problema e a gravidade de sua ocorrência.

### 5.1.1 Apresentação dos dados

Os dados que seguem são referentes aos crimes violentos letais intencionais (CVLI) de mulheres no Estado da Paraíba e com um recorte na cidade de João Pessoa, destacando os números de assassinatos femininos decorrentes de violência doméstica ou familiar, ou ainda, que já tenham passado pelo processo investigatório e sido tipificados como feminicídio.

Vale apontar que os índices estatísticos de violência, sobretudo quando envolvem homicídios entre estados e cidades com mais de 100 mil habitantes, podem sofrer possíveis distorções e uma localidade ocupar uma posição maior quanto aos índices percentuais que outras com maiores números, como acontece com João Pessoa quando comparada a outras capitais com um número maior de habitantes. Para melhor compreensão dessa assertiva, vale fazer alusão à explanação do Atlas da Violência 2016.

“Possíveis distorções no uso das taxas lineares (por 100 mil habitantes) podem ocorrer pelo fato de ser o homicídio um evento raro (do ponto de vista estatístico). Assim, quando a população da localidade é pequena, existem dois problemas potenciais. Em primeiro lugar, muitas vezes não se observam incidentes letais num determinado ano, o que redundaria numa taxa de homicídios igual a zero. Contudo, isso não implica dizer que não haja alguma probabilidade positiva de um incidente letal ocorrer nesta cidade, mas que a janela temporal não foi suficientemente longa. Por fim, a variabilidade da estimativa linear torna-se muito alta, o que diminui a confiança no indicador. Por exemplo, se numa cidade com cinco mil habitantes, bastante pacata, tivesse ocorrido um problema pontual (como uma chacina) em que cinco pessoas tivessem sido mortas, a taxa de homicídios iria para 100 e essa cidade estaria entre as mais violentas do planeta.” (IPEA, 2016, p. 10)

Contudo, os dados a serem apresentados foram fornecidos pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS) através do relatório de CVLI de mulheres e tem por finalidade analisar a incidência dos homicídios femininos no Estado da Paraíba e na cidade de João Pessoa, com recortes de dados em espaço temporal a partir do ano de 2012 até o mês de agosto de 2017, objetivando identificar possíveis alterações em homicídios contra mulheres depois do advento da Lei do Feminicídio (de 09 de março de 2015).

Inicialmente, recortaram-se temporalmente os 30 meses que antecederam e sucederam a Lei do Feminicídio. Para tanto, analisou-se o comportamento dos homicídios no Estado da Paraíba e da capital do Estado para o sexo feminino. Dessa forma, o supra referido período vai desde o último quadrimestre de 2012 até fevereiro de 2015, correspondendo a 30 meses antes da referida lei e os 30 meses subsequentes, compreendido entre março de 2015 a agosto de 2017.

#### 5.1.2 Da veracidade dos dados coletados

Optou-se pela exploração dos dados cedidos pela Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESDS) pelo fato do respectivo órgão ser a fonte oficial do Estado da Paraíba concernente aos índices relacionados à segurança pública, de maneira que tais informações sirvam de subsídio para uma análise teórica capaz de compreender os índices de homicídios de mulheres no Estado e na capital.

Em relação à obtenção dos dados, vale destacar que o setor oficial da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social responsável pelo levantamento das estatísticas é o Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE), que se utiliza de diversas fontes para esse fim, criando um banco de dados único.

Vários órgãos e fontes contribuem para a criação desse banco de dados, tais como: o sistema de intranet da Polícia Militar, que repassa preliminarmente dados de ocorrências; pesquisas de mídias, a exemplo do boletim do Hospital de Trauma Senador Humberto Lucena e de diversos sites de todas as regiões da Paraíba; além de receber diariamente uma lista do Instituto de Polícia Científica da Paraíba (IPC), que repassa ao setor a lista de cadáveres provenientes de morte violenta, decorrente de causas não naturais, possibilitando o

conhecimento dos crimes cometidos anteriormente e consumados posteriormente em hospitais<sup>16</sup>. Além dos inquéritos policiais fornecidos pela Polícia Civil.

Segundo o site oficial do Governo da Paraíba, o Núcleo de Análise Criminal e Estatística da SESDS possui critérios bastante rigorosos. A contagem dos CVLI “é realizada com base no número de vítimas e não no número de crimes ou eventos, como acontece em outros estados do Brasil. Isso confere à Paraíba uma das metodologias de contagem mais confiáveis do país no que se refere a CVLI” (PARAÍBA, 2018).

Ainda sobre o NACE, é importante pontuar que dele provém as informações utilizadas pelos demais órgãos do Estado quando da necessidade de obter dados acerca da segurança pública. Diante da confiabilidade dos dados e de sua coleta criteriosa pelo supracitado órgão, decidiu-se por sua utilização nesta pesquisa empírica para compreender a incidência de homicídios de mulheres no Estado e na capital, de maneira que tais informações sirvam de subsídio para uma análise teórica da Lei do Feminicídio a partir dessa realidade.

### 5.1.3 Categorização dos dados coletados

Em busca de uma melhor compreensão acerca do assunto estudado, optou-se por categorizar os dados a partir das informações coletadas, tendo em visto que na pesquisa preferiu-se a categorização *a posteriori* em virtude da possibilidade de se encontrar uma gama de informações relevantes durante a coleta.

Diante da amplitude do tema e dos dados coletados, inclinou-se a reduzir os dados brutos em três categorias de acordo com os objetivos do projeto. O critério utilizado para categorizar os dados foi delimitar a abordagem teórica através da análise do fenômeno do feminicídio dentro de um marco temporal que compreende 30 meses anteriores e 30 posteriores ao advento da Lei nº 13.104/15 buscando verificar se há algum reflexo da incidência da norma nos índices de estatísticas no Estado da Paraíba e particularmente na capital.

Em virtude da dificuldade de tipificação do feminicídio, preferiu-se separar os dados pelos índices de estatísticas de homicídios femininos na Paraíba e em João Pessoa dentro do supracitado marco temporal para se ter uma percepção da problemática nesses locais. É possível, a partir das elucidações dos casos, chegar a um número exato de feminicídio no Estado, o que será analisado sob diferentes aspectos. Todavia, este trabalho dissertativo

---

<sup>16</sup> Informações auferidas junto ao NACE quando do recebimento dos dados solicitados.

também se atentou em analisar o perfil das vítimas, os locais de maior ocorrência e os instrumentos utilizados.

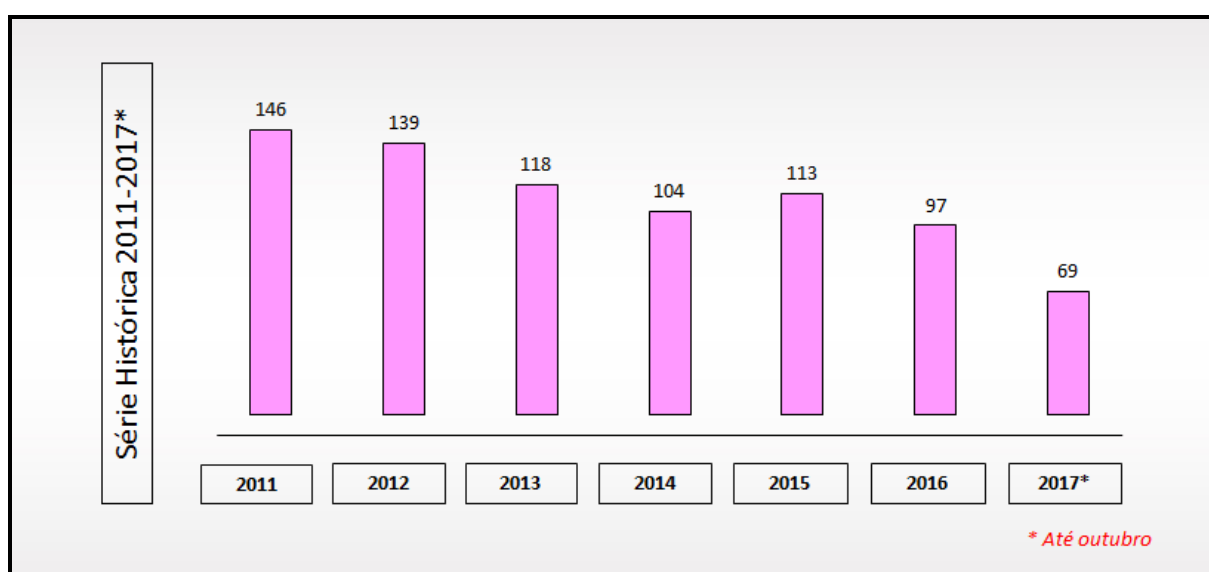
Isto posto, foram agrupadas as informações auferidas em categorias com conteúdos semelhantes de modo a formar um todo inteligível sobre a temática, sem a pretensão de esgotar qualquer análise sobre o assunto, seu normativo ou o sujeito passivo tutelado.

#### 5.1.3.1 Incidência de homicídios de mulheres na Paraíba - 30 meses antes e depois da Lei do Feminicídio.

Embora haja uma subnotificação dos dados oficiais acerca da violência contra as mulheres na Paraíba, isso não ocorre no que se refere a homicídios. Como outrora enunciado, a violência é fruto de um contexto social e histórico e que afeta profundamente a saúde das mulheres, suas famílias e toda coletividade. No entanto, quando sucedida em sua forma fatal traz implicações ainda mais substanciais.

Analisar os índices de mulheres assassinadas na Paraíba e mais precisamente em João Pessoa pode favorecer a compreensão a respeito do problema e da necessidade de uma maior eficácia no enfrentamento a esse tipo de crime. Só a partir da percepção real da gravidade do fenômeno será possível perceber a evolução normativa que se deu por intermédio da Lei nº 13.104/15.

**Gráfico 1: CVLI de vítimas do sexo feminino na Paraíba de 2011 a 2017.**



Fonte: NACE / SESDS



O gráfico acima demonstra nitidamente que houve uma variação nos índices de crime violento letal intencional com vítimas do sexo feminino na Paraíba no perpassar dos sete anos analisados. Entretanto, como o presente trabalho dissertativo objetiva analisar os 30 meses anteriores e posteriores à Lei do Feminicídio, pode-se constatar que o número de homicídios de mulheres vinha sofrendo uma diminuição nos anos antecedentes à edição da lei, sobretudo no biênio anterior, e voltou a subir no ano da promulgação da lei.

Ainda pode ser verificado que os índices dos anos subsequentes apresentaram uma queda significativa, muito embora o ano de 2017 tenha sido analisado parcialmente, o que não se pode afirmar que já tenha sido reflexo da entrada em vigor da Lei nº 13.104/15. Diante do desconhecimento da lei, explanado no capítulo anterior, não seria prudente asseverar que essa diminuição se deve em razão dos agressores terem ciência da rigidez da norma e, em muitos casos, não terem consumado a violência doméstica em sua forma extrema.

Por outro lado, não se pode negar o fato de que na prática, a diminuição nos índices de assassinatos de mulheres coincide com o tempo pós-efetivação da lei, o que gera uma expectativa de eficácia da norma frente à realidade em que as mulheres estão inseridas. O ano de 2016 apresenta uma redução de 14% em relação ao ano da entrada em vigor da lei, enquanto que até outubro de 2017 apresenta uma taxa de 6,9 <sup>17</sup> homicídios de mulheres por mês.

Vale ressaltar que esses números correspondem à totalidade de homicídios praticados contra as mulheres em todo o Estado da Paraíba. Mais adiante, será feito o recorte desse tipo de crime em João Pessoa, o que poderá mostrar com clareza quanto desses índices diz respeito apenas à capital. Para melhor exame dos números de CVLI de mulheres no Estado, vale a análise das tabelas abaixo contendo as taxas de CVLI contra mulheres por 100 mil habitantes na Paraíba no ano da edição da Lei do Feminicídio (2015) e nos anos subsequentes (2016 e 2017).

---

<sup>17</sup> Como os números de homicídios de mulheres referentes ao ano de 2017 não havia sido totalizados, não poderiam ser comparados ao ano de 2016. Dessa forma, foi calculada uma média mensal entre a quantidade de homicídios (69) e a quantidade de meses analisados (10) em 2017 para verificar se o índice de CVLI foi menor que o ano de 2016. Tomando como base esse mesmo cálculo para 2016, chegou-se ao resultado de 8,08 homicídios/mês. Nesse sentido, se 2017 apresentar a mesma média mensal (6,9) que teve até o mês de outubro durante o restante do ano (novembro e dezembro) a projeção total para o ano de 2017 resultaria em 83 CVLI femininos, o que corresponderia a uma redução de 14,43% em relação ao ano anterior (2016).

**Tabela 1: Taxa de CVLI contra mulheres por 100 mil habitantes na Paraíba em 2015**

<b>Taxa de CVLI (contra mulheres) por 100 Mil hab. na Paraíba em 2015</b>			
<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>CVLI</b>	<b>Taxa</b>
Alagoa Nova	20500	4	19,5
Conde	23975	4	16,7
Alhandra	19238	3	15,6
Gurinhém	14117	2	14,2
Ingá	18042	2	11,1
Aroeiras	19204	2	10,4
Caaporã	21555	2	9,3
Rio Tinto	24023	2	8,3
Itabaiana	24565	2	8,1
Mamanguape	44369	3	6,8
Monteiro	32774	2	6,1
Sapé	52218	3	5,7
Guarabira	58162	3	5,2
Patos	106314	5	4,7
Santa Rita	134940	6	4,4
João Pessoa	791438	31	3,9
Cajazeiras	61431	2	3,3
Campina Grande	405072	10	2,5

Fonte: NACE / SESDS

**Tabela 2: Taxa de CVLI contra mulheres por 100 mil habitantes na Paraíba em 2016.**

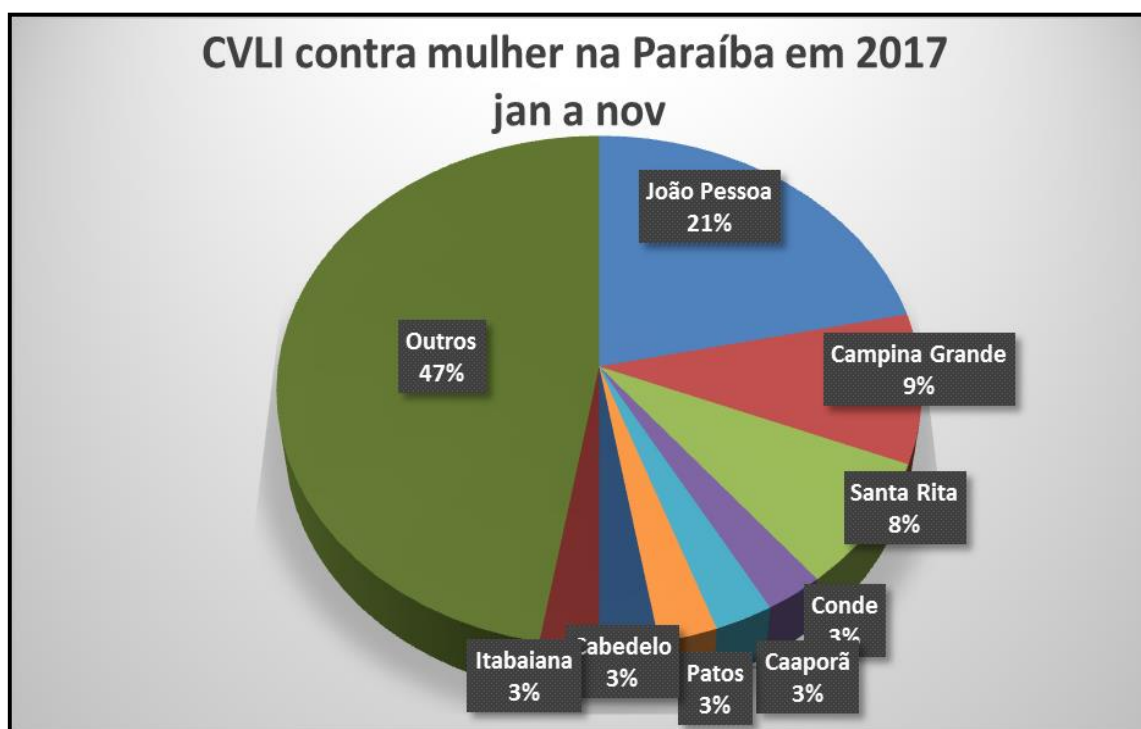
<b>Taxa de CVLI (contra mulheres) por 100 Mil hab. na Paraíba em 2016</b>			
<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>CVLI</b>	<b>Taxa</b>
Alcantil	5475	2	36,53
Santa Rita	135915	10	7,36
Catolé do Rocha	30360	2	6,59
São Bento	33847	2	5,91
Cajazeiras	61816	3	4,85
Sapé	52463	2	3,81
Patos	107067	4	3,74
Campina Grande	407754	12	2,94
João Pessoa	801718	23	2,87
Bayeux	96583	2	2,07

Fonte: NACE / SESDS

Analisando comparativamente o biênio 2015 – 2016, verifica-se claramente que há uma diminuição no número de CVLI de mulheres no Estado. Importante ressaltar que as tabelas acima mostram os municípios que apresentaram número de homicídios femininos maior ou igual a 2 casos. Outro ponto observado diz respeito aos municípios de ocorrência dos fatos: menos lugares foram cenários de homicídios intencionais de mulheres em 2016, embora tenha havido uma variável nas cidades em comum.

Nesse aspecto, vê-se que houve um equilíbrio na oscilação dos números de assassinatos entre as seis cidades que apresentaram homicídios tanto em 2015 quanto 2016: em 3 municípios houve aumento (Santa Rita, Cajazeiras e Campina Grande) e em 3 municípios houve diminuição dos casos (Sapé, Patos e João Pessoa). Destaca-se com maior variante a cidade de João Pessoa com um total de 31 casos de CVLI de mulheres em 2015 e 23 casos em 2016.

**Gráfico 2: CVLI contra mulher de janeiro de 2017 a novembro de 2017 por municípios na Paraíba.**



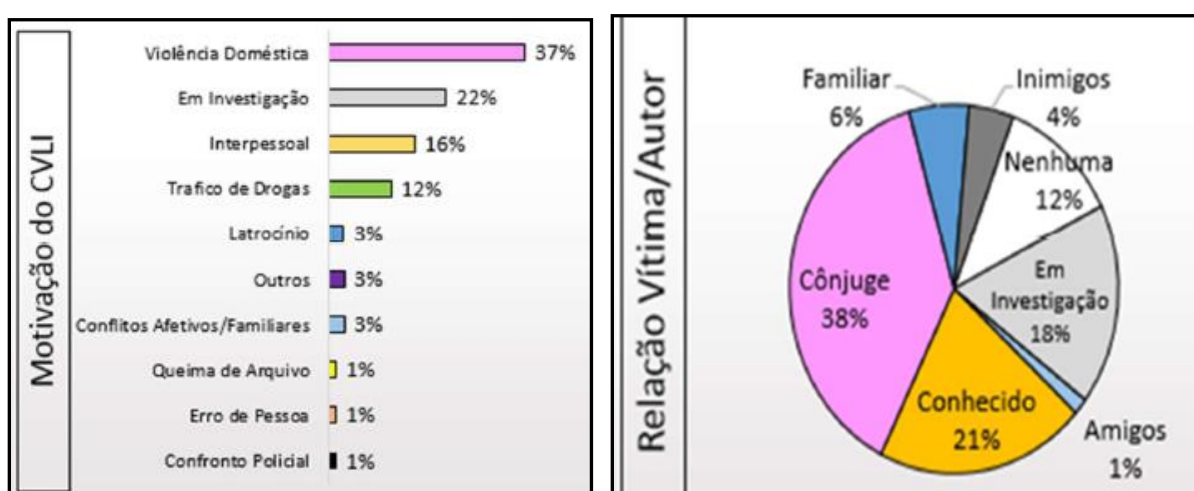
Fonte: NACE / SESDS

Com base no gráfico acima, verifica-se uma concentração de 53% dos CVLIs contra mulheres em oito municípios do Estado da Paraíba em 2017, acentuando João Pessoa, Campina

Grande e Santa Rita como as cidades com as maiores incidências deste tipo de crime no Estado, as quais, juntas, são responsáveis por 38% dos casos. João Pessoa lidera o ranking com 21% dos números de homicídios intencionais femininos entre as cidades.

Vale salientar que não foi possível calcular as taxas do ano de 2017, como demonstrado nas tabelas do biênio anterior, em virtude de não ter finalizado o respectivo ano até o momento do levantamento dos dados, uma vez que necessitava do número total de habitantes e de homicídios do referido ano para o cálculo.

**Gráfico 3: CVLI de vítimas femininas no Estado da Paraíba em 2016: Motivação e relação vítima/autor.**



Fonte: NACE / SESDS

No que concerne à motivação do crime e a relação da vítima com o autor, no ano de 2016, nota-se a violência doméstica como principal variável e em 38% dos casos o autor é o cônjuge ou companheiro da vítima. Os casos de feminicídio propriamente dito, à luz da legislação penal, ou seja, por razões da condição do gênero ou decorrente de violência doméstica, estão inseridos nas variáveis em tela e posteriormente constarão em uma variável específica até o ano de 2017.

Quanto à relação da vítima com o autor, constata-se que o cônjuge<sup>18</sup> figura como os maiores autores desse tipo de delito, revelando que esse crime é proveniente de uma violência doméstica que se desenrola até culminar com um fim letal. Num comparativo com o gráfico

<sup>18</sup> Estão inseridos dentro do percentual equivalente ao cônjuge, o companheiro ou quem convive ou conviveu com a vítima na condição de esposo.

da motivação do CVLI, depreende-se que os motivos pelos quais o cônjuge comete o homicídio estão relacionados com as causas comuns de violência doméstica, tais como: ciúmes; uso de álcool; não aceitação, por parte do agressor, do término da relação; temperamento agressivo (BIANCHINI, 2016).

Daniele Alencar e Marília Montenegro evidenciam que o uso de álcool e entorpecentes é um dos fatores preponderantes para desencadear a violência doméstica e até culminar com sua forma extremada. Baseando-se em estatísticas nacionais e de anos anteriores, elas analisam os motivos da violência doméstica da seguinte forma:

A realidade do mundo das drogas e do alcoolismo é uma dura realidade, que não poderia passar despercebida nesses conflitos que, geralmente, ocorrem nos lares. Mais de 30% dos agressores em 2007 e mais de 40% em 2008 usavam drogas ou eram alcoólatras. Desses, cerca de 80% em 2007 e mais de 87% em 2008 faziam uso do álcool. Maconha e crack são as drogas que mais aparecem, mas em quantidades bem inferiores ao álcool ou associadas a ele. Sem dúvida, o álcool figura na violência doméstica como o grande vilão, seja nas classes sociais mais simples, seja nas mais abastadas (2011, p. 18).

Quanto às estatísticas da violência doméstica e sua guarida pelo sistema penal, aduzem as mencionadas autoras que:

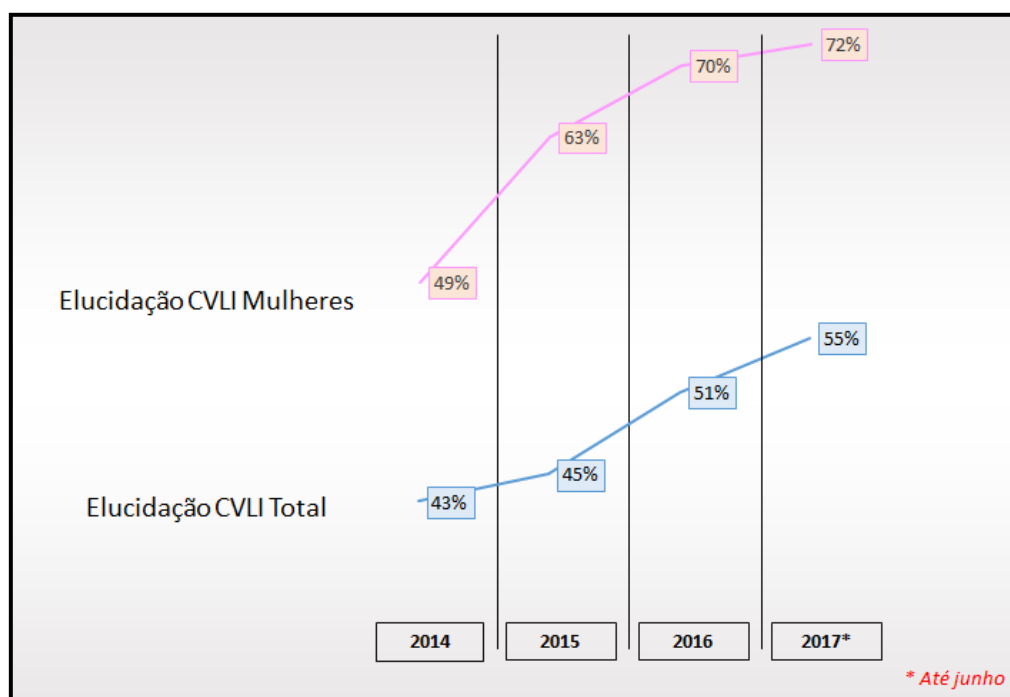
“Diante desses fatos estatisticamente demonstrados, nota-se que o sistema penal talvez não esteja cumprindo com os seus objetivos no caso específico da violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo necessário que o Estado elabore uma forma mais resolutiva para contornar esse problema social” (2011, p. 19).

Não se pode olvidar que quatro anos após essa assertiva, o Estado buscou enfrentar o modo extremo desse tipo de violência com a edição da Lei nº 13.104/15 (Lei do Feminicídio) como forma de reação penal aos inúmeros casos de homicídios intencionais e evitáveis de mulheres no País. O que se espera é que se efetive o combate a esses assassinatos, sobretudo pelos motivos e vínculos entre vítima e autor acima descritos, não só no Estado da Paraíba, mas em toda a Federação.

Salienta-se, todavia, que a busca pela elucidação dos casos envolvendo morte de mulheres é de fundamental relevância para a tipificação do feminicídio. Só a partir da investigação e da verificação dos motivos do crime e da relação entre autor e vítima, pode-se concluir pela ocorrência do feminicídio e aplicação dos efeitos da Lei nº 13.104/15. Para

tanto, importante considerar os gráficos acerca da elucidação de CVLI de mulheres no Estado para a compreensão da existência do fenômeno.

**Gráfico 4: Percentual de elucidação de CVLI na Paraíba. 2014 - 2017**



Fonte: NACE / SESDS

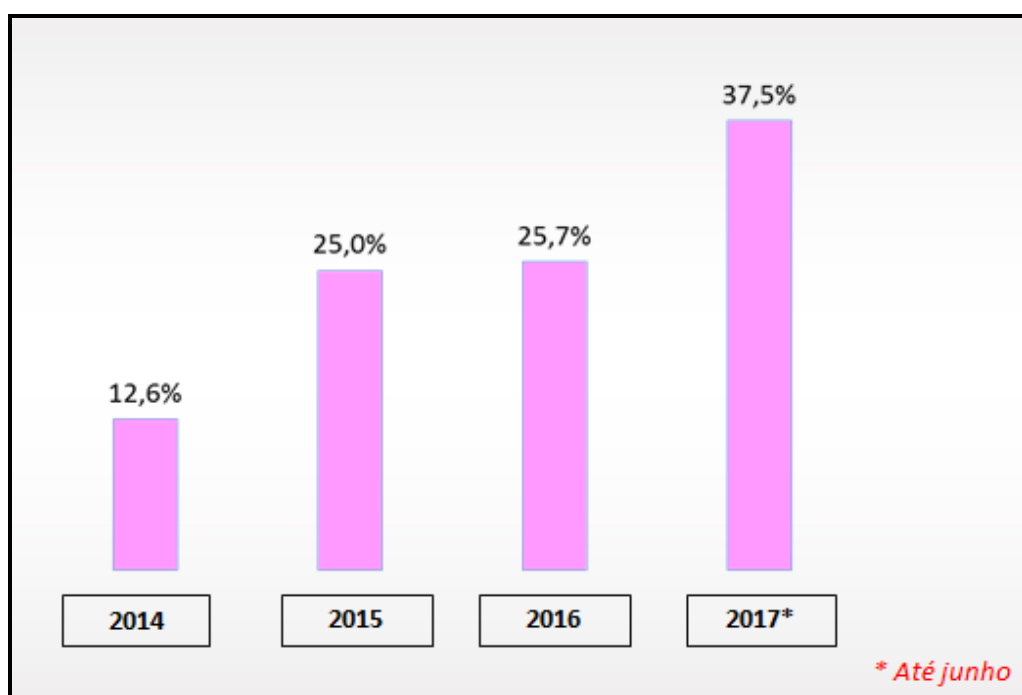
Observa-se nitidamente, a partir do gráfico acima, que os números de elucidação de CVLI na Paraíba vêm aumentando, especialmente nos crimes cometidos contra as mulheres. Isso mostra uma preocupação nos casos de crimes praticados contra o sexo feminino, possibilitando saber, com isso, se se trata de feminicídio ou não, o que, por sua vez, possibilitará a implementação de políticas públicas efetivas de acordo com a realidade existente no Estado.

Deste modo, pode-se verificar uma maior atenção na elucidação dos eventos criminosos com vítimas do sexo feminino quando observamos uma crescente percentual que parte de 49% no ano de 2014, subindo para 63% em 2015, 70% em 2016 e 72% até junho de 2017, o que corrobora para uma estimativa positiva no combate à violência de gênero em sua forma extrema após a edição da Lei do Feminicídio.

Nessa perspectiva, pertinente se faz a observação de Maria Laura Canineu, diretora da Human Rights Watch no Brasil, quanto à investigação nos homicídios de mulheres. Segundo a representante da ONG, na possibilidade de investigação, tem-se o compromisso institucional. No entanto, as políticas públicas ainda não foram desenvolvidas com base nas questões de gênero como elemento central na punição desse tipo de violência (GARCIA, 2018).

A partir das investigações e elucidações dos casos de homicídios de mulheres é possível traçar uma margem do número de feminicídio no Estado no mesmo marco temporal (2014 – 2017) e que pode ser vislumbrado com base nos dados expostos no gráfico a seguir:

**Gráfico 5: Percentual de feminicídios após elucidação de CVLI na Paraíba. 2014 - 2017**



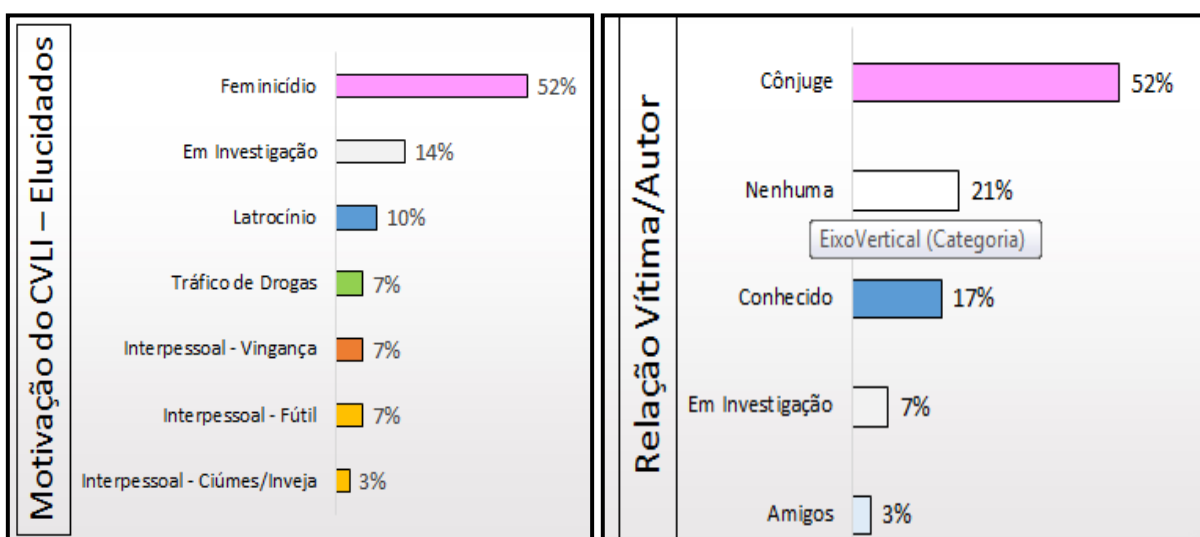
Fonte: NACE / SESDS

Devemos analisar com cautela esses dados, tendo em vista que as referências acima correspondem ao percentual de feminicídios em relação ao universo total de casos de CVLI de mulheres na Paraíba no período compreendido entre os anos de 2014 a junho de 2017. Vale ressaltar que os anos que apresentam percentuais mais baixos não significam que havia um número menor de feminicídio à época, mas sim, que com o avanço das elucidações dos CVLI com vítimas femininas pode-se aproximar dos números reais desse tipo de delito.

Consequentemente, medidas mais eficazes de combate poderão ser produzidas a partir dessas informações.

Uma das implicações decorrentes dessas elucidações é o fator feminicídio figurar entre os dados das motivações do CVLI levantadas pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba no ano de 2017. Até então, integrava apenas o motivo “violência doméstica”, mas sem a preocupação de especificar a qualificadora do homicídio, diferenciando-a do homicídio simples, o que demonstra que o problema vem ganhando relevância social. Pode-se constatar tal assertiva na tabela adiante:

**Gráfico 6: CVLI de vítimas femininas no Estado da Paraíba em 2017: Motivação e relação vítima/autor.**



Fonte: NACE / SESDS

Fazendo uma análise dos gráficos supra expostos e um comparativo com gráficos semelhantes do ano anterior, é notório o aumento do percentual de cônjuge como autor do crime após elucidação dos casos de homicídios de mulheres. O percentual que em 2016 correspondia a 38% apresenta um aumento expressivo em 2017 com mais da metade (52%) dos índices apontados na relação entre autor e vítima. Como mencionado acima, o motivo feminicídio se destaca dentre os elementos motivadores do crime e coincide com o percentual



de cônjuges responsáveis pela ocorrência do fato, apontando a íntima relação existente entre a qualificadora do feminicídio e sua concretização pelo cônjuge ou companheiro.

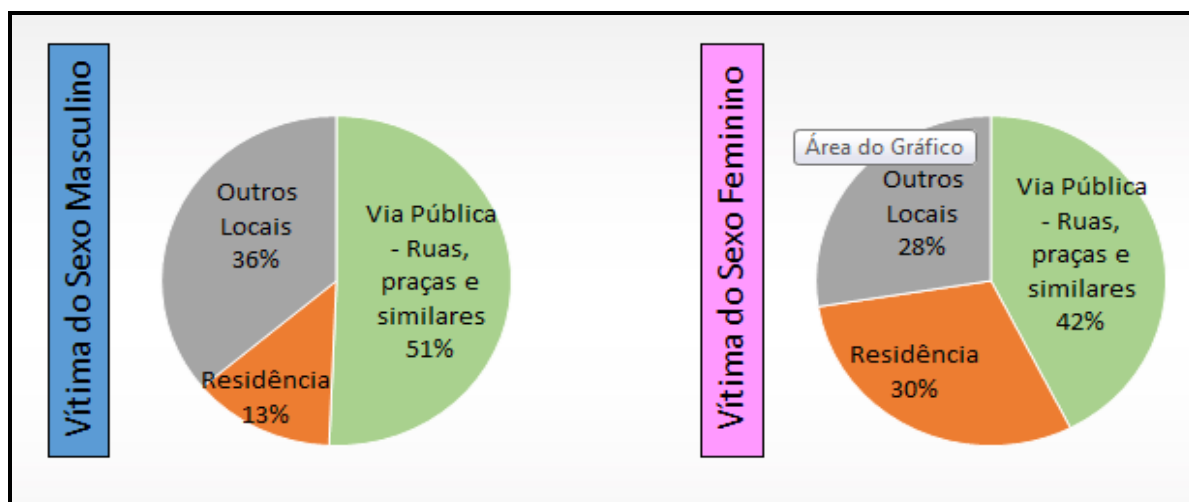
Segundo Wânia Pasinato em Diretrizes Nacionais do Feminicídio, a tipificação de feminicídio é de profunda importância para trazer à sociedade a visibilidade do problema. Ressalta, ainda, que classificar o crime em feminicídio deve ser o resultado da investigação e não seu ponto de partida. Assevera Pasinato (ONU MULHERES, 2016, p.30) que:

Nesse sentido, entende-se que as razões de gênero que identificam tais mortes como feminicídios não devem ser afirmadas ou descartadas como ponto de partida da investigação policial, mas resultar do processo investigativo e das evidências recolhidas durante esse procedimento. Garantir a perspectiva de gênero nessa etapa é também uma condição para que as razões de gênero estejam presentes nas fases de processo, julgamento e decisão.

Diante disso, importante frisar que o feminicídio, como afirmado por Pasinato, não é um crime passional ou de foro íntimo, mas um crime de assassinato evitável e calcado em estereótipos de gênero e na discriminação contra as mulheres. Combater esse tipo de delito é responsabilidade da sociedade e do Estado.

Em complementação, pertinente observar que o feminicídio, como desfecho de um histórico de violência doméstica, habitualmente acontece no interior do lar, como demonstrado no gráfico abaixo relativo ao local de ocorrência desse crime letal contra as mulheres. Quando os dados são examinados de forma comparativa entre as vítimas do sexo masculino e feminino, as variáveis acabam por contribuir para caracterizar as circunstâncias do crime na perspectiva de gênero.

**Gráfico 7: Local de ocorrência de CVLI – 1º semestre de 2017**



Fonte: NACE / SESDS

Com base no gráfico acima é possível observar a domesticidade desse tipo de crime no que tange às vítimas do sexo feminino. Em um comparativo que teve por base os dados coletados pelo NACE no primeiro semestre de 2017 depreende-se que, enquanto mais da metade dos homicídios intencionais praticados contra os homens ocorrem em via pública (51%) e um baixo percentual acontece dentro da residência (13%), um índice muito maior comprova que a vulnerabilidade da mulher se reforça no ambiente doméstico (30%).

Do supracitado comparativo, indispensável se faz destacar que mesmo as vítimas do sexo masculino e feminino ao registrarem índices de homicídios em residência, eles comumente acontecem por motivos e situações distintas. Quando a vítima é do sexo masculino, o que se verifica é que o crime é proveniente de acerto de contas, latrocínio, brigas, onde o autor é (quase) sempre outro homem, ao contrário do que ocorre com vítimas do sexo feminino, que geralmente encontra-se em situação de violência familiar e o agressor é frequentemente do sexo oposto.

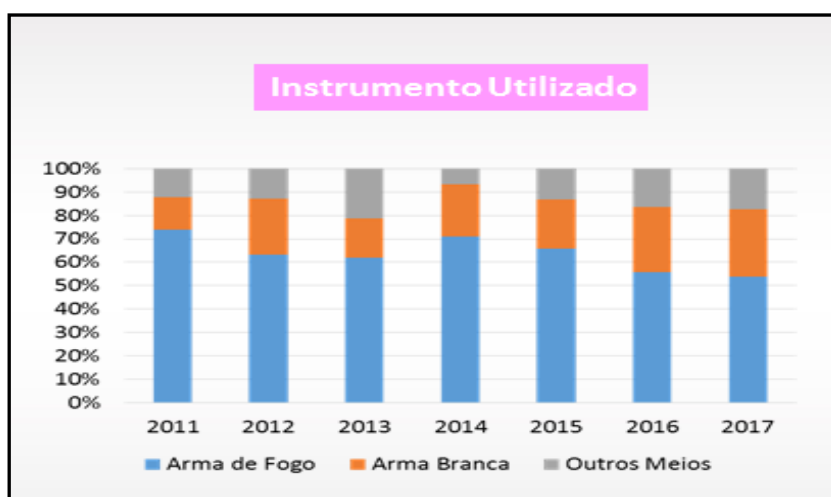
Nesse sentido, afirma Wânia Pasinato, em Diretrizes Nacionais do Feminicídio, que:

Apesar da pouca informação disponível, esse exercício permite ilustrar duas características que definem a violência baseada no gênero: a vitimização de mulheres praticada dentro de casa – longe dos olhos da sociedade, reforçando seu caráter privado, continua sendo superior à vitimização masculina nesse espaço, com emprego de meios que sugerem a desvantagem física – e a desproteção da vítima em relação a seu agressor (ONU MULHERES, 2016, p. 29)

Nessas circunstâncias, pode-se observar que os instrumentos utilizados no cometimento do crime também diferem entre vítimas do sexo masculino e feminino. A principal razão está relacionada ao ponto acima versado, a domesticidade do crime. O fácil acesso do agressor à arma branca somado à vulnerabilidade da vítima mulher propicia a consumação do delito sem grandes dificuldades e permite, inclusive, que se efetive com requintes de crueldade.

O gráfico abaixo revela a incidência dos tipos de instrumentos empregados nos homicídios intencionais e evitáveis de mulheres na Paraíba.

**Gráfico 8: Instrumentos utilizados em CVLI de mulheres na Paraíba. 2011 - 2017**



Fonte: NACE / SESDS

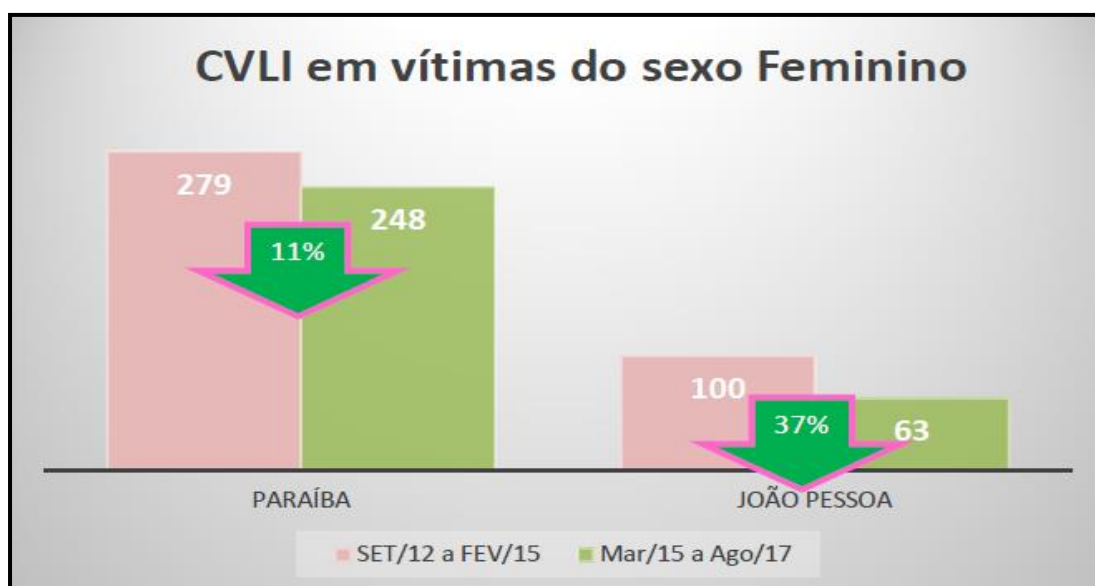
Com base nos dados acima, pode-se perceber que no último biênio (2016-2017) houve um aumento nos índices de uso de arma branca em detrimento do de arma de fogo nos casos de CVLI de mulheres no Estado da Paraíba. Embora, como anteriormente explanado, o uso da arma branca nesse tipo de crime seja favorecido pela domesticidade do delito e da facilidade de aquisição desse instrumento no momento de sua ocorrência, outro fato contribui para esse aumento e, conseqüentemente, uma diminuição no uso de armas de fogo: um maior enfrentamento de porte ilegal de armas e ações de apreensão de armas no Estado.

### 5.1.3.2 Incidência de homicídios de mulheres em João Pessoa - 30 meses antes e depois da Lei do Feminicídio

Para análise da incidência de homicídios de mulheres na cidade de João Pessoa também foram utilizados os dados cedidos pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba no marco temporal que compreende os 30 meses anteriores e posteriores à entrada em vigor da Lei do Feminicídio.

Através do examine desses dados é possível apreciar a seriedade do problema e ter uma compreensão do fenômeno do feminicídio. Só então será provável formar uma ideia concreta da necessidade de efetivação da Lei nº 13.104/15 como instrumento de combate à violência máxima contra as mulheres e da implementação de políticas públicas eficazes que corroborem no enfrentamento da problemática.

**Gráfico 9: CVLI em vítimas do Sexo Feminino no Estado da Paraíba e em João Pessoa entre setembro de 2012 a fevereiro de 2015 e março de 2015 a agosto de 2017**



Fonte: NACE / SESDS

Fazendo uma análise dos gráficos acima, verifica-se redução no número de vítimas de CVLI contra mulheres tanto no Estado como em sua capital, com variações de 11% e 37% respectivamente. É nitidamente perceptível que após o ano de edição da Lei do feminicídio

houve uma diminuição muito maior de vítimas na cidade de João Pessoa em relação a todo o Estado da Paraíba, não apenas em termos percentuais, mas em quantidade de crimes cometidos. A variação foi de menos 31 casos na Paraíba e de 37 em João Pessoa em relação ao primeiro período analisado.

Ainda pode ser observado que João Pessoa apresenta um número muito alto de homicídios intencionais femininos quando inserido no universo de um Estado que possui 223 municípios. Todavia, algumas políticas públicas de combate à violência contra as mulheres já foram implementadas, e serão vistas adiante, objetivando diminuir ainda mais esses índices.

Segundo o Dossiê Sobre a Violência Contra as Mulheres na Paraíba<sup>19</sup>, buscando, por parte dos movimentos sociais organizados, uma ação estratégica definitiva de monitoramento das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres no Estado e, sobretudo em João Pessoa, deve-se examinar a atuação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) para investigar sua atuação no combate à violência de gênero (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, o Dossiê aponta a fragilidade no funcionamento da DEAM na capital no tocante aos acolhimentos e atendimentos às mulheres. Assinala, ainda, alguns pontos que carecem de melhorias na execução, tais como (BRASIL, 2012, p. 12):

- Acúmulo de inquéritos policiais incompletos que não conseguem chegar ao término e ser encaminhado ao Ministério Público;
- A inexistência de investigação nos casos necessários, o que aponta a preocupação quanto à invisibilidade da violência doméstica e contra a mulher junto ao tráfico;
- A precarização do trabalho dos servidores públicos da DEAM que têm que realizar o primeiro atendimento das mulheres, bem como, dá continuidade aos procedimentos dos inquéritos policiais já iniciados, e ainda, das solicitações da demanda do Ministério Público e do Judiciário;
- O descumprimento do prazo para a efetiva solicitação das medidas protetivas de urgência conforme determina a Lei Maria da Penha;
- A intimação dos agressores sendo realizada pelos celulares particulares das delegadas.

Diante dos pontos acima elencados percebe-se o quanto é fundamental o atendimento às mulheres vítimas de violência de maneira eficiente a fim de quebrar o ciclo das agressões e



---

<sup>19</sup> Dossiê apresentado pelo Movimento de Mulheres e Feministas da Paraíba à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Senado Federal, em setembro de 2012, com o “objetivo de subsidiar as ações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investiga a realidade das mulheres em situação de violência no Brasil e apura denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência”. (BRASIL, 2012, p. 4)

impedir que se desenvolva até um final letal, visto que o feminicídio consiste num crime evitável. Por outro lado, há de se refletir que se os índices de CVLI de mulheres em João Pessoa tiveram uma queda substancial de 2012 (ano do Dossiê) a 2017 é provável que as ações e estratégias das DEAMs tenham contribuído para essa redução, pois são as primeiras instituições procuradas pelas vítimas de violência.

**Tabela 3: Comparativo do CVLI em ambos os sexos no Estado da Paraíba e na cidade de João Pessoa entre os anos de 2013 a 2016:**

PARAÍBA					JOÃO PESSOA				
Var. %	Mas		Fem	Var. %	Var. %	Mas		Fem	Var. %
	1415	2013	118			480	2013	34	
-0,4%	1409	2014	104	-12%	-10%	433	2014	48	41%
-1%	1388	2015	113	9%	1%	439	2015	31	-35%
-12%	1224	2016	97	-14%	-26%	326	2016	23	-26%

	Redução percentual de CVLI
	Aumento percentual de CVLI

Fonte: NACE / SESDS

Ao analisar a tabela comparativa de CVLI entre os anos de 2013 e 2016, constata-se que, em relação ao Estado da Paraíba, houve reduções crescentes de CVLI de mulheres, conforme pode ser observado pela variação percentual. Essa variação traz o comparativo com o ano imediatamente anterior. Enquanto em 2016 se obteve uma redução de 12% em comparação com o ano de 2015 em vítimas do sexo masculino, no sexo feminino essa redução chegou a 14%.

Todavia, no ano de 2015 houve aumento de 9% de mulheres assassinadas em relação ao ano de 2014 no Estado. Comportamento antagônico ao verificado no mesmo período em relação às vítimas do sexo masculino. Na cidade de João Pessoa, na qual verifica-se reduções sucessivas nos anos de 2016 e 2015, observa-se que entre os anos de 2014 e 2013, houve o maior aumento percentual de CVLI contra mulheres, quando se atingiu o patamar de 40% de incidência.

Diante desse cenário, não se pode afirmar quais os motivos para essa variação percentual de CVLI de homens e mulheres num comparativo com o ano antecessor, mas se pode notar que, quando analisada a variação das taxas de homicídio no período mais recente,

verifica-se que a redução dos assassinatos femininos foi maior na Paraíba que em João Pessoa, pois nesta manteve-se uma redução percentual igualitária entre homicídios masculinos e femininos.

#### 5.1.3.3 Perfil das vítimas: Interseccionalidade de gênero, raça e classe como indicador de altos índices

Outro fator de extrema relevância para a compreensão do feminicídio no universo pesquisado é a caracterização das vítimas. Diante do perfil de quem se encontra mais suscetível a essa forma de violência é possível traçar políticas públicas de prevenção mais específicas e direcionadas a combater eficazmente o problema.

**Tabela 4 - Taxa de homicídio de mulheres negras por Unidade da Federação<sup>20</sup> – Brasil, 2005 a 2015.**

	Taxa de Homicídio por 100 Mil Mulheres											Variação %		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 a 2015	2014 a 2015	2010 a 2015
Brasil	4,3	4,6	4,3	4,6	4,9	5,2	5,3	5,5	5,4	5,4	5,2	22,0%	-4,1%	0,5%
Acre	3,2	3,3	3,7	1,9	2,4	5,0	4,1	5,2	10,4	5,4	4,7	45,5%	-13,1%	-5,7%
Alagoas	4,5	6,6	6,2	6,4	8,1	8,8	9,7	9,7	9,5	9,8	7,2	59,9%	-27,0%	-18,7%
Amapá	5,6	4,3	3,6	5,1	4,2	5,5	6,0	5,2	5,6	6,7	4,5	-20,0%	-33,0%	-18,9%
Amazonas	3,2	2,7	3,4	4,3	4,4	4,4	4,9	6,5	5,1	4,4	6,4	102,8%	45,2%	45,5%
Bahia	2,9	3,5	3,7	4,5	5,0	6,2	6,3	6,1	6,0	5,2	5,3	81,1%	1,7%	-14,5%
Ceará	1,7	2,4	3,0	2,6	2,7	3,8	3,7	3,7	4,1	4,6	4,8	190,0%	4,3%	27,6%
Distrito Federal	4,7	5,5	5,7	7,6	7,9	6,5	7,9	7,7	8,3	5,6	5,1	8,4%	-8,8%	-20,7%
Espírito Santo	8,6	10,3	11,3	12,4	14,5	12,0	9,6	12,2	11,1	9,3	9,2	7,0%	-1,4%	-23,6%
Goiás	5,2	5,7	4,8	6,1	6,5	7,1	10,2	9,1	10,2	10,8	8,7	67,1%	-19,3%	22,1%
Maranhão	2,1	2,5	2,1	2,8	2,7	3,9	4,3	3,6	4,0	4,5	4,2	97,0%	-7,4%	6,0%
Mato Grosso	6,0	4,7	6,3	6,7	6,1	5,9	6,5	6,6	6,0	7,5	8,4	40,5%	10,9%	41,5%
Mato Grosso do Sul	5,6	4,3	4,9	3,7	4,2	6,4	6,8	7,2	5,9	6,5	5,4	-4,6%	-17,1%	-16,4%
Minas Gerais	4,1	4,5	4,7	4,1	4,4	4,7	5,2	5,3	4,7	4,4	4,5	8,5%	2,0%	-4,8%
Pará	3,7	4,3	4,1	4,9	5,2	6,7	5,2	6,6	6,1	7,1	7,3	98,7%	3,6%	9,7%
<b>Paraíba</b>	<b>3,9</b>	<b>4,3</b>	<b>4,6</b>	<b>6,5</b>	<b>6,9</b>	<b>8,0</b>	<b>9,6</b>	<b>9,1</b>	<b>8,2</b>	<b>7,7</b>	<b>6,6</b>	<b>70,4%</b>	<b>-14,2%</b>	<b>-18,3%</b>
Paraná	3,9	3,7	2,8	3,9	4,0	3,4	3,5	4,3	3,5	3,7	2,9	-23,9%	-20,2%	-13,5%
Pernambuco	8,3	9,3	9,0	8,9	8,9	6,9	7,6	6,1	7,2	6,5	6,2	-25,8%	-4,5%	-9,8%
Piauí	2,4	2,4	2,0	2,6	1,8	2,3	2,3	3,2	3,0	4,1	4,4	79,4%	7,0%	90,6%
Rio de Janeiro	7,5	7,3	6,1	6,0	5,2	5,0	5,4	5,1	5,4	6,3	5,0	-32,7%	-20,4%	0,0%
Rio Grande do Norte	2,7	2,7	2,6	4,8	3,7	5,1	5,8	4,6	5,8	6,9	7,2	163,7%	5,3%	41,0%
Rio Grande do Sul	2,6	3,1	3,1	3,1	3,6	3,8	2,1	3,7	3,1	4,6	5,1	99,1%	11,1%	34,0%
Rondônia	6,1	6,5	3,9	4,1	6,6	4,4	6,0	6,8	5,2	6,5	8,2	33,8%	27,4%	87,4%
Roraima	6,3	1,9	6,3	3,1	7,5	5,7	5,7	4,0	8,0	5,5	5,2	-16,6%	-4,8%	-7,8%
Santa Catarina	1,7	4,2	1,6	2,1	2,0	3,6	1,2	3,7	3,3	4,3	4,0	133,4%	-5,9%	10,7%
São Paulo	4,1	3,9	2,8	2,8	3,2	3,1	2,4	3,3	2,8	2,7	2,4	-41,3%	-11,8%	-20,6%
Sergipe	3,1	3,2	2,8	2,9	2,8	4,6	6,1	6,1	6,0	7,8	7,6	141,9%	-3,2%	64,6%
Tocantins	3,2	3,6	5,1	3,3	4,5	5,8	7,0	7,1	5,5	5,0	6,9	115,1%	36,6%	17,3%

Fonte: Atlas da Violência 2017

Por intermédio da tabela 4, é possível verificar a crescente taxa de homicídio de mulheres negras<sup>21</sup> entre os anos de 2005 a 2011 na Paraíba, destacando-se entre os índices

<sup>20</sup> Dados do Atlas da Violência 2017, p. 41

mais altos da Federação. A partir de 2012, os índices passam a sofrer uma discreta diminuição a cada ano até o ano de 2015, mas ainda acima da média quando comparados com as taxas de homicídio de mulheres não negras no mesmo período.

A problemática da desigualdade racial e de gênero, que acarreta em grave violação dos direitos humanos, foi vista pelo movimento feminista paraibano, quando da realização do dossiê encaminhado à CPMI do Senado em 2012, associada a outros fatores que só contribuem para o agravamento do fato. Consta no dossiê que:

As desigualdades raciais e de gênero, somadas à falta de acesso da população a direitos fundamentais como educação, saúde, trabalho e renda, agravam o contexto de violação dos direitos humanos das mulheres e acirram a realidade da violência contra as mulheres no estado, incidindo em dados crescentes e alarmantes (PARAÍBA, 2012. p. 5).

Para cimentar a compreensão acerca da disparidade entre vítimas negras e não negras de homicídios femininos, é salutar a exposição da taxa de homicídio de mulheres não negras por Unidade da Federação entre os anos de 2005 a 2015. Só a partir da comparação dos índices das respectivas taxas pode-se depreender a necessidade de ações afirmativas em benefício das mulheres negras.

**Tabela 5 - Taxa de homicídio de mulheres não negras por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015<sup>22</sup>.**

---

<sup>21</sup> Considerou-se como “negros” os indivíduos de cor/raça preta ou parda e “não negros” os indivíduos de cor/raça branca, indígena e amarela, conforme definição adotada pelo IBGE e pelo Ministério da Saúde.

<sup>22</sup> Dados do Atlas da Violência 2017, p. 42



	Taxa de Homicídio por 100 Mil Mulheres											Variação %		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 a 2015	2014 a 2015	2010 a 2015
Brasil	3,3	3,3	3,0	3,2	3,3	3,2	3,1	3,2	3,3	3,3	3,1	-7,4%	-5,1%	-4,3%
Acre	5,6	6,3	7,7	5,5	5,6	2,7	3,6	0,9	2,7	3,9	4,8	-15,0%	20,9%	73,5%
Alagoas	1,4	1,0	2,1	0,6	0,4	1,2	1,4	2,4	3,6	0,8	0,2	-85,5%	-73,6%	-83,4%
Amapá	2,7	3,7	3,9	0,0	2,1	2,2	3,5	2,5	2,0	1,1	3,1	11,6%	189,9%	37,4%
Amazonas	2,0	4,6	1,5	1,6	1,7	1,1	3,0	5,7	4,3	2,6	3,9	100,1%	52,0%	254,9%
Bahia	1,4	1,3	1,6	2,1	1,8	2,4	2,3	2,6	2,5	3,0	2,5	84,7%	-14,9%	7,1%
Ceará	1,1	1,1	1,8	1,2	1,7	1,8	1,5	1,7	2,3	1,7	1,5	45,8%	-12,1%	-13,2%
Distrito Federal	2,5	1,6	2,3	1,2	2,4	2,5	2,5	1,8	1,7	2,0	2,0	-21,8%	-1,6%	-21,0%
Espírito Santo	4,2	5,7	4,0	3,7	3,9	4,1	4,7	2,1	4,5	3,0	2,7	-35,2%	-10,8%	-33,7%
Goiás	3,5	3,6	4,0	3,8	3,5	3,5	4,6	5,0	4,9	5,7	5,5	59,0%	-3,0%	57,9%
Maranhão	1,0	1,0	1,5	1,4	2,2	2,1	2,4	2,1	3,1	2,9	3,7	281,9%	24,6%	73,1%
Mato Grosso	7,1	5,4	7,2	4,5	6,3	4,3	4,5	5,7	4,9	5,6	5,3	-25,6%	-6,6%	21,6%
Mato Grosso do Sul	6,0	4,6	6,1	5,9	6,3	4,9	5,4	4,8	5,4	6,2	3,1	-47,7%	-49,0%	-35,8%
Minas Gerais	3,1	2,9	2,8	2,8	2,8	2,9	3,3	3,1	3,1	3,0	3,0	-2,1%	0,6%	3,0%
Pará	3,0	2,5	2,9	3,2	2,7	3,4	3,0	3,2	4,0	2,3	2,3	-21,9%	0,9%	-31,2%
Paraíba	1,0	1,2	1,1	1,0	1,4	1,0	2,2	1,1	1,5	1,7	1,7	76,2%	2,8%	67,8%
Paraná	4,7	4,9	5,0	6,1	6,8	7,0	5,5	6,2	5,7	5,5	4,8	1,8%	-12,8%	-32,1%
Pernambuco	2,2	2,2	2,0	2,5	2,3	1,6	1,2	1,2	1,5	1,9	1,9	-12,3%	-0,6%	19,3%
Piauí	2,0	1,0	2,2	1,6	1,8	2,5	1,0	1,2	2,3	1,0	2,2	11,1%	126,9%	-10,8%
Rio de Janeiro	4,5	4,7	4,0	2,8	3,0	2,7	2,8	3,0	3,2	3,8	3,6	-19,7%	-5,5%	31,8%
Rio Grande do Norte	1,5	1,7	1,8	1,1	2,8	1,9	1,4	2,0	2,8	2,8	1,2	-22,0%	-57,5%	-37,0%
Rio Grande do Sul	4,0	2,8	3,5	4,0	4,0	3,9	3,8	4,3	3,7	4,1	4,7	17,6%	13,4%	19,1%
Rondônia	4,8	6,3	2,7	5,1	5,1	3,6	4,3	4,2	6,3	5,3	4,6	-4,3%	-12,7%	28,7%
Roraima	3,8	20,0	15,0	17,7	16,3	2,8	1,3	15,3	31,0	20,2	27,5	617,1%	36,4%	878,1%
Santa Catarina	2,0	2,6	2,2	2,7	3,0	3,4	2,4	3,0	2,8	3,0	2,6	30,6%	-11,7%	-21,9%
São Paulo	3,5	3,6	2,7	3,1	2,9	2,9	2,6	2,5	2,7	2,5	2,3	-33,7%	-7,7%	-19,6%
Sergipe	1,3	2,7	2,7	2,2	2,7	1,9	3,1	3,2	2,5	3,0	1,6	21,4%	-46,9%	-16,8%
Tocantins	3,5	2,4	1,1	2,5	4,6	1,6	5,3	5,2	3,7	3,4	4,4	25,5%	28,1%	180,1%

Fonte: Atlas da Violência 2017

Em que pese as informações cedidas pela SESDS não apontarem a caracterização das vítimas pela raça e pela classe social, não se pode deixar de examinar a intersecção desses elementos no estudo do perfil das vítimas na Paraíba. Enquanto as taxas de assassinatos de mulheres negras oscilam entre 3,9 e 9,6 por 100 mil mulheres, as de mulheres não negras não ultrapassam 2,2<sup>23</sup>.

Ante esses números, não se pode ignorar o elemento racial na questão de gênero sob o risco de deixar de compreender os dilemas históricos e culturais que alicerçam as violações de direitos humanos das mulheres no Brasil e, particularmente, na Paraíba. “As estatísticas também demonstram grandes diferenças nas taxas de vitimização de acordo com a classe social ou posição sócio-econômica da vítima” (PORTELLA, 2014, p. 56). É patente que as mulheres de condição socioeconômica mais precária estão mais expostas a esse tipo de violência.

Sob essa perspectiva, urge examinar os critérios de gênero, raça e classe para melhor entendimento sobre a questão da interseccionalidade<sup>24</sup> dessas características. Só a partir da percepção dos grupos vulneráveis (dentre os vulneráveis), será possível o estudo e implementação de ações afirmativas eficazes na persecução da igualdade material e da proteção à vida.

<sup>23</sup> Maior taxa apresentada entre o decênio 2005-2015 e referente ao ano de 2011.

<sup>24</sup> A problemática da interseccionalidade foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir da herança do Black Feminism, desde o início dos anos de 1990, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs (HIRATA, 2014, p.61)

Segundo Kimberlé Crenshaw, o termo “interseccionalidade” consiste em uma “associação de sistemas múltiplos de subordinação” que pode ser descrita como “discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação” (CRENSHAW, 2002, p.177). Para a professora americana, o interesse pela conceituação da interseccionalidade consiste em buscar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, especificamente o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios que estruturam as posições relativas de mulheres.

Ao se levantar dados e estatísticas a respeito do perfil das vítimas e analisar a interseccionalidade de identidades, torna-se possível perceber a existência de um todo diferente das identidades componentes, assim como definiu Crenshaw. Nessa perspectiva, torna-se crível enfrentar o problema de modo mais específico, criando políticas públicas direcionadas aos grupos marginalizados, não pela sua raça, ou gênero ou classe social isoladamente, mas por estarem vulneráveis e marginalizados dentro de ambos os sistemas de opressão.

Nesse sentido, Crenshaw ressalta a importância da edição de leis que promovam mecanismos de proteção legal contra as discriminações racial e de gênero como já acontece em países como o Brasil e os Estados Unidos. No entanto, Crenshaw faz uma importante ressalva quanto à tutela dessas normas. Segundo a pesquisadora, “quando as leis não preveem que as vítimas da discriminação racial podem ser mulheres e que as vítimas da discriminação de gênero podem ser mulheres negras, elas acabam não surtindo o efeito desejado e as mulheres ficam desprotegidas” (CRENSHAW, 2004, p.8-9).

De acordo com a pesquisadora e ativista norte-americana, em situação de violação de direitos humanos sofrida por uma mulher, semelhantemente ao homem, havia geralmente uma proteção por parte das instituições de defesa dos direitos humanos, o que não acontecia quando essa violação era diferente da vivenciada por alguém do sexo masculino. Nesses casos, as instituições de proteção não sabiam exatamente como lidar com o fato, pois estavam relacionados especificamente às questões de gênero. O mesmo raciocínio se aplicava às questões raciais (CRENSHAW, 2004).

No tocante às mulheres de cor, elas nem sempre estão preparadas para enfrentar, ao mesmo tempo, as discriminações de raça e gênero, pois os discursos projetados para se combater as discriminações comumente são direcionados a esses fatores isoladamente, o que acaba por deixar as mulheres negras mais expostas à violência.

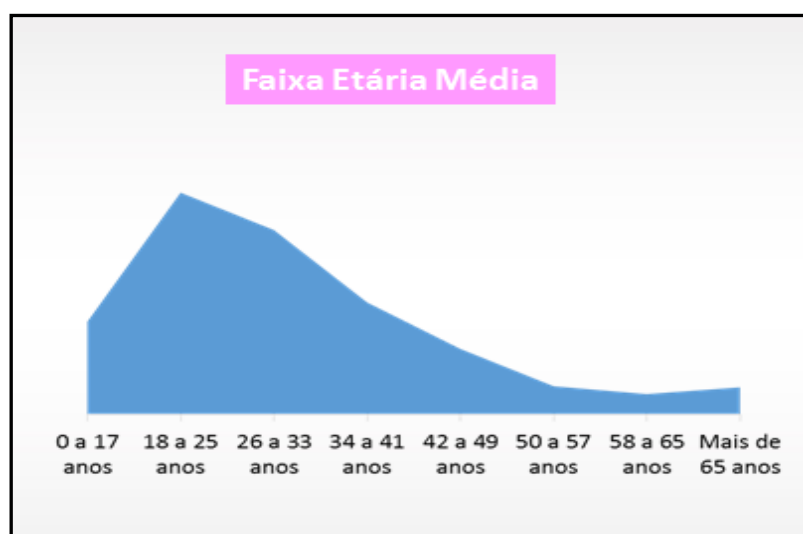
Nessa conjuntura, importante se faz a análise das estatísticas que confirmam a interseccionalidade apontada por Crenshaw. Todavia, é necessário ressaltar que os dados acima apresentados são relativos às taxas de homicídios de mulheres negras por Unidade da Federação extraídas do Atlas da Violência 2017, pois as pesquisas realizadas junto ao IPC e à Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba não continham a caracterização da raça de maneira criteriosa, sendo elencada apenas a classificação “parda” às vítimas.

Diante desse panorama, ficam as seguintes indagações: se as vítimas não forem classificadas corretamente de acordo com sua raça, como poderão refletir a realidade existente e demonstrar o grupo mais vulnerável? Como poderão ser implementadas políticas públicas adequadas em defesa das mulheres negras, que são as mais suscetíveis à violência e figuram entre os maiores índices de feminicídio?

Em virtude da supra mencionada falha na identificação racial das vítimas de CVLI de mulheres na Paraíba, o que não permitiu fazer essa análise em relação à capital, optou-se por utilizar fontes nacionais para servir de parâmetro na análise da interseccionalidade de raça e gênero do respectiva Estado. Vale salientar que a maior parte dos dados coletados por instituições como o IPEA (responsável pelos dados do Atlas da Violência 2017) é proveniente do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) ou, ainda, de inquéritos policiais de delegacias de homicídios em que se apuraram as circunstâncias do caso e fizeram a identificação da raça da vítima.

Além dos elementos racial e social na especificação das vítimas, também é oportuno realçar outras características do perfil das mulheres que figuram como vítimas do crime de feminicídio. A faixa etária dessas mulheres revela o grau de proximidade com o agressor e traz uma compreensão do tipo de violência que elas sofrem no histórico que antecede a consumação do fato.

#### **Gráfico 10: Faixa etária média de mulheres vítimas de CVLI na Paraíba. 2011 – 2017**



Fonte: NACE / SESDS

Com base no gráfico acima, pode-se observar claramente que a faixa etária das mulheres assassinadas na Paraíba, com maior incidência do crime, está compreendida entre 18 e 25 anos. A esta circunstância se vincula muitas explicações, entre elas que é o período da vida em que as mulheres decidem casar, constituir família, viver na companhia de alguém. Em muitos casos, é o início de uma relação de dominação calcada no patriarcado cultural ainda existente na sociedade.

Nesse enfoque, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio da obra “Diagnóstico dos Homicídios no Brasil: Subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios” traz a seguinte ponderação:

A violência no ambiente doméstico vitima especialmente mulheres, de todas as idades. Trata-se, assim, de uma violência essencialmente patriarcal. Podemos afirmar que os homicídios de mulheres, crianças e idosos se relacionam com as relações violentas de poder perpetradas dentro do ambiente doméstico ou baseadas em relações de parentalidade (SENASP, 2015, p. 29).

A partir dos dados das vítimas é possível inferir quem mais figura como autor do delito, pois na maioria dos casos a idade da vítima revela o tipo de agressor. Nos casos em que as mulheres estão na idade de iniciar a juventude e a vida adulta, os cônjuges e companheiros figuram como os principais agressores, diferentemente de quando a vítima é criança ou adolescente, que sofre de violência, na maioria das vezes, por pais e padrastos; e na velhice, por filhos e/ou descendentes.

Outro aspecto que pode ser examinado por meio da faixa etária é a problemática do ciclo da violência. Crianças e mulheres idosas tendem a se manter no ciclo por não conseguir quebrá-lo através de denúncia, de busca de aparato legal e proteção, de autonomia financeira, de seguir sozinha com a vida. Mulheres com filhos também resistem a quebrar o ciclo e se libertar do agressor, pois se torna mais doloroso ver a desconstituição familiar.

## **5.2 Homicídios intencionais de mulheres na Paraíba, casos emblemáticos e políticas públicas**

Como em outras Unidades da Federação, a Paraíba também enfrenta o grave problema da violência de gênero. A análise dos homicídios intencionais e, portanto, evitáveis de mulheres que ocorrem no Estado num comparativo com outras Unidades Federativas se mostra importante para compreender a proporção que essa modalidade de crime alcança em relação ao contexto nacional.

Além dos dados empíricos de homicídios de mulheres para retratar a realidade existente no Estado, um breve exame de casos emblemáticos ocorridos na Paraíba permite demonstrar as formas como a maioria dos casos de feminicídios se concretiza. Há geralmente semelhanças nos requintes de crueldade, nos instrumentos utilizados e, por vezes, de abuso sexual anterior à execução.

Ao se analisar os números de homicídios femininos no Estado é possível perceber o quanto necessário é o engajamento do Poder Público na implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero. Ademais, é salutar observar as políticas públicas que já foram realizadas na Paraíba para verificar como a violência de gênero vem sendo combatida no Estado.

### **5.2.1 Dados empíricos de homicídios intencionais de mulheres na Paraíba no universo das Unidades Federativas**

Segundo dados do Mapa da Violência 2015 (WAISELFISZ, 2015, p.14), o número de homicídios de mulheres no Estado cresceu 229,2% entre os anos de 2003 a 2013, subindo o número de casos de 35 para 126, e tendo um pico de crescimento no ano de 2011, que contabilizou 140 casos de homicídios.

Dados do Mapa da violência 2015 apontam ainda que 5 dos municípios paraibanos estão dentre os 100 que apresentaram maiores taxas de homicídios contra mulheres no Brasil. São eles: Conde (4º lugar), Mari (12º lugar), Cabedelo (35º lugar), Bayeux (72º lugar) e Sapé (88º lugar). As pesquisas levaram em conta os municípios com mais de 10.000 habitantes do sexo feminino no período de 2009 a 2013 (WASELFISZ, 2015).

Conforme se depreende da tabela abaixo<sup>25</sup>, em 2010, a Paraíba ocupava a 7ª posição com um registro de 117 homicídios em 100 mil mulheres. Era uma posição elevada quando comparada ao contexto nacional.

**Tabela 6. Número e taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres) por UF. Brasil. 2010**

UF	Nº	Taxa	Pos.	UF	Nº	Taxa	Pos.
Espírito Santo	175	9,8	1º	Rondônia	37	4,8	15º
Alagoas	134	8,3	2º	Amapá	16	4,8	16º
Paraná	338	6,4	3º	Rio Grande do Norte	71	4,4	17º
Pará	230	6,1	4º	Sergipe	45	4,2	18º
Mato Grosso do Sul	75	6,1	5º	Rio Grande do Sul	227	4,1	19º
Bahia	433	6,1	6º	Minas Gerais	405	4,1	20º
Paraíba	117	6,0	7º	Rio de Janeiro	339	4,1	21º
Distrito Federal	78	5,8	8º	Ceará	174	4,0	22º
Goiás	172	5,7	9º	Amazonas	66	3,8	23º
Pernambuco	251	5,5	10º	Maranhão	117	3,5	24º
Mato Grosso	80	5,4	11º	Santa Catarina	111	3,5	25º
Tocantins	34	5,0	12º	São Paulo	671	3,2	26º
Roraima	11	5,0	13º	Piauí	40	2,5	27º
Acre	18	4,9	14º	<b>Brasil</b>	<b>4.465</b>	<b>4,6</b>	

Fonte: Mapa da Violência 2012

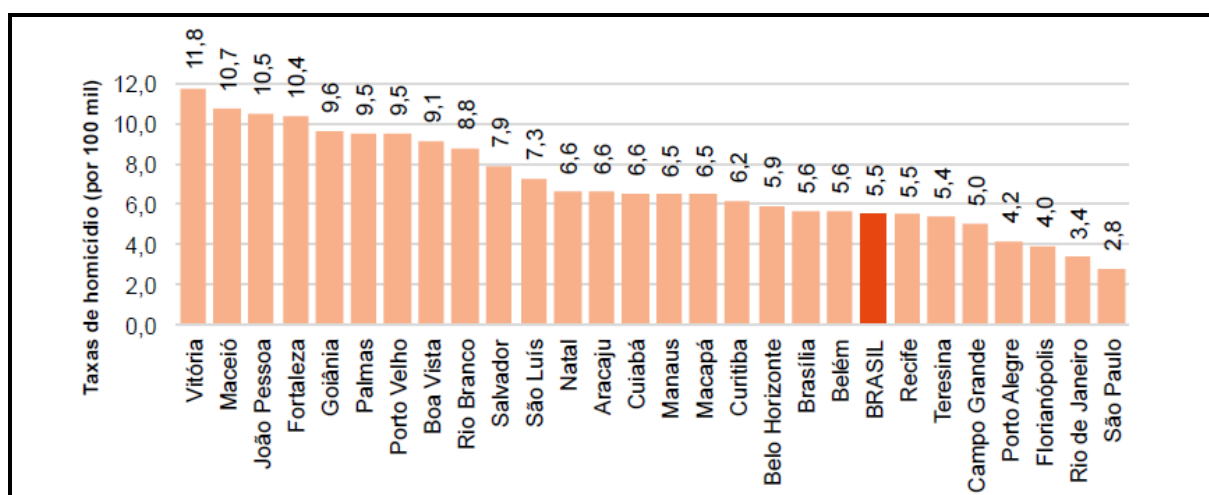
Ainda em 2010, segundo o Mapa da Violência 2012, a cidade de João Pessoa despontava entre os índices mais elevados de homicídio de mulheres do País, ocupando a 2ª posição dentre as capitais, com uma taxa de 12,4 homicídios em 100 mil mulheres.

De 2006 a 2013, período posterior à vigência da Lei Maria da Penha, os dados mostram um aumento bastante significativo nas taxas de homicídios femininos na Paraíba, subindo de 3,3 para 6,4 homicídios em 100 mil mulheres, correspondendo a um crescimento de 91,4% só nesses anos (WASELFISZ, 2015, p.16-17).

<sup>25</sup> Dados do Mapa da Violência 2012 p. 11.

Outro dado que merece destaque no presente estudo é o número de mortes de mulheres nas capitais brasileiras. É possível verificar, por intermédio da tabela abaixo, um deslocamento de posição nos índices de homicídios femininos da capital paraibana em relação aos dados exibidos em 2010.

**Tabela 7. Número e taxas de homicídio feminino (em 100 mil mulheres) nas capitais. Brasil. 2013<sup>26</sup>**



Fonte: Mapa da Violência 2015

Na capital paraibana, observa-se uma diminuição nas taxas de homicídios femininos, muito embora ainda permaneçam elevados os índices estaduais no universo das UFs, o que demonstra a interiorização da violência com o deslocamento da violência fatal das grandes cidades para as cidades menores.

No ano de 2013, João Pessoa caiu para a 3ª posição, embora ainda represente um alto índice de violência letal contra as mulheres (WASELFSZ, 2015, p.19-21). A taxa de homicídios femininos em João Pessoa no ano de 2013 foi de 10,5 por cem mil mulheres, valor que equivale a quase o dobro da taxa média do Brasil que tem uma taxa correspondente a 5,5.

**Tabela 8. Taxa de homicídio de mulheres por Unidade da Federação – Brasil, 2005 a 2015<sup>27</sup>**

<sup>26</sup> Dados do Mapa da Violência 2015 p. 21.

<sup>27</sup> Dados do Atlas da Violência 2017 p.39.

	Taxa de Homicídio por 100 Mil Mulheres											Variação %		
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2005 a 2015	2014 a 2015	2010 a 2015
Brasil	4,1	4,2	3,9	4,1	4,3	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6	4,4	7,3%	-5,1%	-1,5%
Acre	3,9	4,5	5,2	3,7	4,4	5,2	4,8	4,2	8,2	5,1	4,7	22,2%	-6,3%	-8,1%
Alagoas	4,6	6,7	6,7	5,1	6,7	8,2	8,2	7,8	8,2	7,3	5,4	17,2%	-25,2%	-33,7%
Amapá	4,9	4,2	3,7	4,0	3,6	4,7	5,4	4,6	5,1	5,3	4,7	-5,7%	-12,2%	-0,5%
Amazonas	3,0	3,2	3,1	3,6	3,8	3,6	4,4	6,3	5,0	4,1	5,9	98,6%	43,5%	64,1%
Bahia	2,9	3,3	3,4	4,3	4,6	5,8	5,8	5,7	5,5	4,9	4,9	65,1%	-1,1%	-16,2%
Ceará	3,4	3,2	2,9	2,7	3,1	3,9	4,2	4,8	6,1	6,3	5,6	64,6%	-10,8%	43,7%
Distrito Federal	3,8	3,9	4,3	4,8	5,6	4,8	5,6	5,4	5,2	4,1	3,8	-1,1%	-7,7%	-21,4%
Espírito Santo	8,4	10,3	10,2	10,3	11,6	9,2	8,6	8,5	8,7	7,0	6,9	-18,5%	-1,6%	-25,0%
Goiás	4,6	4,9	4,7	5,3	5,3	5,7	8,1	7,6	8,4	8,7	7,5	64,6%	-14,1%	30,6%
Maranhão	1,8	2,1	1,9	2,5	2,6	3,5	3,8	3,4	3,8	4,2	4,2	130,0%	-0,3%	21,9%
Mato Grosso	6,4	4,9	6,6	5,9	6,3	5,3	5,7	6,4	5,7	7,0	7,3	13,9%	4,4%	37,7%
Mato Grosso do Sul	5,9	4,7	5,6	4,8	5,2	6,0	6,0	5,7	6,4	6,4	4,3	-27,1%	-32,5%	-28,2%
Minas Gerais	3,8	3,9	4,0	3,7	3,9	3,9	4,4	4,4	4,0	3,8	3,9	1,8%	3,3%	-0,9%
Pará	3,5	3,9	4,0	4,6	4,8	6,0	4,8	5,9	5,8	6,2	6,4	81,8%	3,6%	6,2%
<b>Paraíba</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>	<b>3,6</b>	<b>4,5</b>	<b>5,0</b>	<b>6,0</b>	<b>6,9</b>	<b>6,7</b>	<b>6,1</b>	<b>5,7</b>	<b>5,3</b>	<b>61,2%</b>	<b>-6,8%</b>	<b>-10,9%</b>
Paraná	4,6	4,7	4,5	5,6	6,0	6,1	5,1	5,7	5,0	5,0	4,3	-6,3%	-14,3%	-30,2%
Pernambuco	6,4	6,9	6,4	6,5	6,5	5,3	5,5	4,5	5,3	4,9	4,8	-25,3%	-3,0%	-9,4%
Piauí	2,5	2,0	2,2	2,4	1,9	2,5	2,0	2,8	2,9	3,8	4,1	62,4%	7,4%	65,6%
Rio de Janeiro	6,2	6,1	5,0	4,4	4,1	4,0	4,2	4,3	4,4	5,3	4,4	-28,8%	-16,7%	11,3%
Rio Grande do Norte	2,6	2,6	2,6	3,6	3,5	4,2	4,4	3,8	5,2	5,7	5,1	95,5%	-11,0%	20,7%
Rio Grande do Sul	3,8	2,9	3,5	3,9	4,0	4,0	3,5	4,3	3,6	4,3	4,9	28,6%	13,9%	22,1%
Rondônia	6,3	6,6	3,5	4,8	6,2	4,4	5,7	6,1	6,1	6,4	7,2	14,1%	11,8%	61,3%
Roraima	5,6	6,4	8,9	7,1	10,6	4,8	4,3	7,1	14,8	9,5	11,4	103,8%	20,0%	139,3%
Santa Catarina	2,2	3,0	2,3	2,7	2,9	3,4	2,3	3,1	3,0	3,2	2,8	25,3%	-12,7%	-18,1%
São Paulo	3,7	3,7	2,8	3,1	3,1	3,1	2,6	2,8	2,7	2,7	2,4	-35,4%	-9,9%	-22,3%
Sergipe	2,8	3,9	3,2	2,8	3,3	3,9	5,4	5,5	5,0	6,5	6,0	117,4%	-7,7%	53,9%
Tocantins	3,3	3,3	4,1	3,1	4,5	4,8	6,8	6,6	5,3	4,7	6,4	95,4%	37,5%	32,4%

Fonte: Atlas da Violência 2017

Ao examinar as taxas de homicídios intencionais de mulheres no Brasil e destacando a Paraíba como objeto de estudo, observa-se que o respectivo Estado apresenta taxas altas no contexto nacional. Contudo, nos anos de 2014 e 2015, o Estado da Paraíba apresenta uma ligeira diminuição nos números e taxas de homicídios femininos. Os números de homicídios femininos foram de 117 e 111 respectivamente, demonstrando uma leve, porém positiva, queda nos últimos anos (IPEA, 2017, p.39).

Esses dados, disponibilizados pelo IPEA através do Atlas da Violência 2017, corroboram com os dados anteriormente relatados e fornecidos pelo NACE/SESDS da Paraíba. Vale rememorar que no ano de 2015 houve a criação e implantação da Lei n. 13.104/15, acrescentando ao artigo 121 do Código Penal brasileiro a qualificadora do feminicídio.

Segundo consta no Atlas da Violência 2017, as causas para índices tão altos e que coloca o País entre os cinco com maior número de mortes de mulheres são provenientes de um histórico de violência em suas múltiplas manifestações. Conforme as pesquisas:

Os dados apresentados revelam um quadro grave, e indicam também que muitas dessas mortes poderiam ter sido evitadas. Em inúmeros casos, até chegar a ser vítima de uma violência fatal, essa mulher é vítima de uma série de outras violências de gênero, como bem especifica a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06). (IPEA, 2017, p. 37)



Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais do Feminicídio sugerem que os dados levantados acerca da violência de gênero também podem ocorrer em outros contextos e circunstâncias e que devem ser objeto de atenção ao serem classificados “como feminicídio, ou seja, como mortes violentas, intencionais e evitáveis que decorrem das desigualdades de poder que afetam as mulheres de forma desproporcional” (ONU MULHERES, 2016, p. 28).

### 5.2.2 Casos emblemáticos de assassinatos de mulheres na Paraíba

Diversos casos de assassinatos de mulheres se tornaram emblemáticos na Paraíba constituindo profunda violação aos Direitos Humanos. Examinar alguns desses casos dará ao presente trabalho uma percepção da concretude do fenômeno do feminicídio no Estado e alicerçará o entendimento acerca da necessidade de eficácia da norma diante da realidade atual.

Um evento de grande repercussão nacional foi o estupro coletivo com duplo homicídio de mulheres, que ficou conhecido como o “Caso Queimadas”. Nesse fato, ocorrido em 12 de fevereiro de 2012, cinco mulheres foram estupradas e destas duas foram mortas no município de Queimadas, cidade próxima a Campina Grande.

Na ocasião, as vítimas estavam na casa de um amigo participando de uma festa de aniversário. Em um determinado momento, dez homens (três destes menores de idade) entraram encapuzados na festa tentando simular um assalto. Em seguida, amarraram todas as mulheres presentes e estupraram cinco delas. O crime foi planejado pelos irmãos Eduardo e Luciano Silva e seria o presente de aniversário de um deles.

Após o estupro, duas mulheres foram assassinadas por terem reconhecido os agressores. Uma das vítimas do homicídio foi a recepcionista Michele Domingues da Silva, de 29 anos, que foi executada com quatro tiros em frente à igreja do Centro de Queimadas, logo após ter se jogado do carro em movimento na tentativa de se salvar. A outra vítima fatal foi a professora Isabela Pajussara Frazão Monteiro, de 27 anos, encontrada sem vida, nua e com uma meia no interior da boca, dentro do carro que os criminosos usaram na fuga, na estrada que liga Queimadas a Fagundes (BRANDINO, 2014).

Em setembro de 2012, integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional, responsável por investigar a violência contra as mulheres no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público, estiveram no município de Queimadas para examinar o caso dos estupros e assassinatos e traçar políticas de proteção à mulher no país (BRANDINO, 2014).

O caso gerou comoção nacional e foi comparado ao caso “Campo Algodoeiro” em Juárez, no México. Juárez, cidade localizada na fronteira do México com os Estados Unidos, é conhecida pelos brutais assassinatos de mulheres e já contabiliza mais de 1.100 mulheres mortas violentamente desde 1993. O caso de Queimadas foi um dos casos emblemáticos que fundamentou a criação da Lei do Feminicídio em 2015.

Outros episódios de assassinatos de mulheres no Estado da Paraíba tiveram grande relevo social e causaram revolta pela crueldade de sua consumação. Entre eles destacam-se os casos de:

- **Rebeca Cristina Alves Simões:** Estudante de 15 anos, vítima de violência sexual e assassinada pelo padrasto, em 11 de julho de 2011, quando se dirigia ao Colégio da Polícia Militar, onde estudava, em Mangabeira VIII. Rebeca havia saído às 7h da manhã para assistir aula quando foi sequestrada, estuprada e morta. Seu corpo foi encontrado com várias marcas de disparos de armas de fogo em um matagal na Praia de Jacarapé, Litoral Sul (TEIXEIRA, 2017).
- **Germana Clara Sá Marinho:** Assassinada, aos 28 anos, pelo seu marido na presença dos filhos. A jovem Germana, mãe de dois filhos, de três e cinco anos, foi morta a facadas pelo esposo na madrugada do dia 27 de abril de 2014. Segundo relatos dos vizinhos à polícia, o casal iniciou uma discussão após ter passado a noite bebendo em um bar. Logo em seguida, o assassino fugiu, mas foi rapidamente detido no município do Conde. A brutalidade do crime e a presença dos filhos pequenos no momento da consumação do feminicídio causou grande indignação social (PARAÍBA, 2016).
- **Fernanda Ellen Miranda Cabral:** Estudante de 13 anos, morta pelo vizinho quando se dirigia à escola em busca do boletim escolar. Ela foi assassinada e enterrada no quintal do assassino, no bairro alto do Mateus, na capital. A família passou dias à procura da adolescente. O caso teve ampla divulgação na mídia local e seu desfecho trágico comoveu toda sociedade pessoense (JORNAL DA PARAÍBA, 11/04/ 2013).
- **Aryane Thais Carneiro de Azevedo:** A estudante de 21 anos foi morta, quando estava grávida, pelo namorado, o bacharel em Direito Luiz Paes de Araújo Neto. Aryane foi estrangulada e seu corpo foi deixado num matagal em João Pessoa, no dia 15 de abril de 2010. A mãe da estudante fez diversas campanhas sociais em busca de pressionar o judiciário na condenação do réu. A condenação ocorreu 6 anos após o crime. Em homenagem a Aryane Thais, o Governo do Estado da Paraíba criou uma casa

abrigo com o nome da estudante para acolher mulheres vítimas de violência ou sob ameaça de morte (CORREIO DA PARAÍBA, 15/06/2016).

- **Vivianny Crisley Viana:** Vendedora de 29 anos. Havia ido comemorar o aniversário de uma amiga na casa de shows Beberico's, no bairro dos Bancários, zona Sul da Capital. O fato ocorreu no dia 20 de outubro de 2016 e, na madrugada do dia 21, Vivianny foi vista saindo da casa de shows na companhia de três homens. Após essa data, a vendedora foi tida como desaparecida e seu corpo encontrado no dia 07 de novembro do mesmo ano em um matagal, entre os municípios de Bayeux e Santa Rita, já em estado de decomposição. Foi preciso fazer o reconhecimento do corpo por meio de exame de DNA (CORREIO DA PARAÍBA, 15/11/2016).

Os casos narrados acima e outros que sucederam estes e tiveram grande repercussão social revelaram a necessidade de se discutir e trazer ao debate, não apenas a imprescindibilidade da aplicação da Lei do Feminicídio diante de barbáries contra a vida das mulheres, como também a importância de sua divulgação na tentativa de inibir casos como esses diante do rigor normativo.

Alguns dos casos supra elencados ocorreram antes do advento da lei, mas reforçaram a luta de grupos feministas, sobretudo na cidade de João Pessoa, em busca do cumprimento da justiça e da punição dos autores. Catalogar alguns desses casos permite, simbolicamente, dar testemunho às vidas perdidas destas mulheres e tornar visível o problema no intuito de solucioná-lo.

Políticas públicas, tais como a criação da casa abrigo Aryane Thais, foram implementadas a partir desses episódios. Espera-se que em um futuro breve, outras políticas públicas sejam produzidas como reflexo da eficácia da Lei nº 13.104/15 e reforcem os normativos de combate à violência de gênero já existentes.

### 5.2.3 Políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Estado da Paraíba: medidas de combate à violência máxima contra as mulheres.

Ao analisar os dados estatísticos de homicídios intencionais e evitáveis de mulheres no Estado e perscrutar alguns casos de assassinatos femininos, percebe-se a evidente necessidade de um combate eficaz a esse tipo de crime, não apenas por intermédio de normativos de combate à violência de gênero, mas, sobretudo, por meio da implantação de políticas públicas que visem proteger as mulheres preventivamente. Do mesmo modo, deve-se pensar em políticas públicas direcionadas à fase em que a mulher está sendo vítima de agressões, e de

proteção e amparo aos familiares que sofreram a perda de algum membro da família decorrente da violência fatal.

Diante dessa realidade, o Estado da Paraíba tem procurado investir em políticas públicas adequadas que garantam proteção à integridade das mulheres e proteção das diversas formas de violência.

Como consequência disso, tem-se a formulação de medidas legislativas em consonância com tratados internacionais de proteção à vida e a saúde das mulheres, visando, por meio de ações afirmativas, a ampliação nas discussões em torno da temática de gênero nas escolas; de tratamento de saúde prioritário nos casos de violência e de criação de casas abrigos para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Todos esses mecanismos, de caráter protetivo e preventivo, são regidos pelos princípios estabelecidos na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção Interamericana de Belém do Pará; e a Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica.

No que tange às medidas legislativas de combate à violência de gênero, principalmente a violência sexual, o Estado da Paraíba sancionou a Lei nº. 10.724, de 23 de junho de 2016, que determina que o assunto seja tratado nas escolas como estratégia política e preventiva na formação de uma geração mais consciente da necessidade de igualdade entre homens e mulheres e da proteção à vida como direito fundamental de maior relevância.

Estabelece a o art. 3º da Lei nº. 10.724/16 que “as escolas públicas e privadas, no Estado da Paraíba, deverão promover e incluir, em comemorações do dia 8 de Março, políticas públicas e campanhas educativas contra qualquer forma de violência contra a mulher e em especial a violência sexual”.

Dispõe, ainda, em seu artigo 4º, sobre o atendimento prioritário às mulheres vítimas de violência sexual em hospitais públicos e privados da rede estadual de saúde, em ocasião ou decorrência dessa violência. Segundo o art. 4º: “Fica assegurado tratamento prioritário às mulheres vítimas de violência sexual no atendimento médico-hospitalar em hospitais privados e públicos da rede estadual de saúde, na ocasião ou em decorrência da violência sofrida”.

Após olhar para o desenvolvimento legislativo na Paraíba em defesa dos direitos humanos das mulheres, vale ressaltar que algumas políticas públicas de repressão à violência de gênero foram adotadas no Estado a fim de tornar efetiva a garantia dos direitos femininos, a exemplo da aplicação da campanha nacional “O valente não é violento”, coordenada pela ONU Mulheres, que integra o Programa UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as

Mulheres<sup>28</sup>, e que no âmbito estadual recebeu o mesmo nome. Através desse Programa, se objetiva estimular a mudança de comportamentos e atitudes do gênero masculino, ressaltando a responsabilidade que os homens devem assumir na luta pela erradicação da violência de gênero (LIRA, 2016).

Em 2012, também foi implantado na cidade de Campina Grande, o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CERMFL), oferecendo serviços de acolhimento, atendimento psicológico, social e jurídico às mulheres em situação de violência. Em João Pessoa, os mesmos serviços são oferecidos na Casa Abrigo Aryane Thais.

Por conseguinte, também foram realizados no Estado da Paraíba, oficinas e seminários para alunos de escolas públicas, como os que aconteceram em 2014 e 2015, nas cidades de João Pessoa, Campina Grande, Sousa, Patos e Guarabira, sob o tema “Discutindo Gênero na Escola”.

Além dos centros de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar, a atuação de organizações femininas tem mostrado sua força no combate à violência contra as mulheres na Paraíba. Essas organizações, constituídas de associações, grupos, centros, coletivos, comissões, núcleos de estudos e pesquisas trabalham com e para as mulheres, atuando em diversas áreas e abordando diferentes enfoques e temáticas, desde o aspecto físico, emocional e espiritual até os aspectos jurídico, cultural e político (CUNHÃ, 2001).

Diversos movimentos de lutas e conquistas pela melhoria da qualidade de vida das mulheres emanaram na Paraíba desde a década de 30, como a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – secção Paraíba (1933) até movimentos mais recentes como a Frente Feminista da UFPB (2015) (GREGORI, 2016).

Outra política pública implantada no Estado e que tem se revelado uma grande aliada no combate à violência doméstica e evitado que esta se desenvolva até sua forma extrema é o Programa Mulher Protegida. Embora esse programa tenha surgido anteriormente ao advento da Lei do Feminicídio, ele contribui satisfatoriamente para reprimir a ocorrência do feminicídio no Estado.

Criado em 2013, o Programa Mulher Protegida visa prevenir, fiscalizar e colaborar para a punição dos agressores. Por intermédio dele, as vítimas de grave ameaça recebem um celular interligado com o Centro de Operações da Polícia Militar (CIOP) e Delegacias de

---

<sup>28</sup> A Campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres foi lançada pelo secretário-geral das Nações Unidas, que proclamou o dia 25 de cada mês como um Dia Laranja, dia em que, em todo o mundo, agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil promovem atividades para dar mais visibilidade às questões que envolvem a prevenção e a eliminação da violência contra mulheres e meninas. A campanha é descrita como um movimento solidário que tem como foco a igualdade de gênero (WAISELFISZ, 2015, p.5).

Atendimento a Mulher (DEAM). Esse dispositivo, chamado “SOS Mulher”<sup>29</sup>, possibilita o contato direto com a Polícia Militar e com apenas um só clique, informa detalhadamente a situação em que a vítima se encontra.

### **5.3 João Pessoa e a realidade das mulheres assassinadas**

O número de mulheres assassinadas em João Pessoa tem revelado uma lamentável realidade. Os altos índices de homicídios femininos decorrentes de violência doméstica apontam para um problema social existente e que carece de debates e de implementação de políticas públicas eficazes.

Para compreender a realidade acerca da violência de gênero e da vulnerabilidade em que estão inseridas as mulheres na capital paraibana, resolveu-se construir um mapa de homicídios femininos por bairros de João Pessoa contemplando os números de assassinatos ocorridos nos trinta meses anteriores à edição da Lei do Feminicídio e outro mapa com os números de homicídios femininos nos 30 meses subsequentes à supracitada lei.

Antes de adentrar nos mapas da violência, que servirão de alicerce para análise da Lei nº 13.104/15 a partir da realidade de João Pessoa, será feito um exame dos elementos caracterizantes do respectivo município.

#### **5.3.1 Indicadores sócio-econômicos, descrição etnográfica e presença de matrizes culturais próprias.**

Fundada em 1485, João Pessoa constitui a terceira cidade mais antiga do Brasil e preserva inúmeros monumentos históricos e muitas áreas verdes, que já lhe conferiram o título de segunda cidade mais verde do mundo, ficando atrás, apenas, de Paris.

---

<sup>29</sup> O dispositivo SOS Mulher é uma ação pioneira no país. O aparelho celular possui três dispositivos de alerta com indicações nas cores verde, amarelo e vermelho. Ao clicar na faixa verde, a vítima sinaliza que não há necessidade da atuação policial. Já a faixa amarela indica sinal de alerta e informa que o agressor está rondando o local em que a vítima se encontra. O botão vermelho, por sua vez, demonstra que a vítima está sofrendo constrangimento ou ameaça e aponta a necessidade da presença policial. Através desse dispositivo, a Polícia identifica o local exato da vítima e a desloca em segurança. Esse programa já foi implantado nos municípios de Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Campina Grande e João Pessoa. Essas informações são oficiais e encontram-se disponíveis no site do Governo da Paraíba no endereço eletrônico: <http://paraiba.pb.gov.br/seguranca-e-da-defesa-social/pbunidapelapaz/programa-mulher-protegida>.

### Mapa 1: Localização do Município de João Pessoa – PB



**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD).

O município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, fica localizado na porção mais oriental das Américas e faz limite com os municípios de Bayeux, Santa Rita, Cabedelo e Conde. Segundo o último censo (2010), o município possuía uma população de 723.515 de pessoas, com uma densidade demográfica de 3.421,28 hab/km<sup>2</sup>, mas a estimativa era de 811.598 pessoas em 2017 (IBGE, 2010).

Como pode ser observado na tabela abaixo, ao comparar o crescimento populacional entre as décadas de 1990 a 2000 e 2000 a 2010, houve uma diminuição percentual no ritmo de crescimento. Segundo os dados da tabela, entre 1991 e 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 2,06% enquanto que na década posterior, de 2000 a 2010, foi de apenas 1,92%. Verifica-se ainda, um número maior da população feminina (385.732) que a masculina (337.783), correspondendo a 53,31% do total de habitantes do município no ano de 2010.

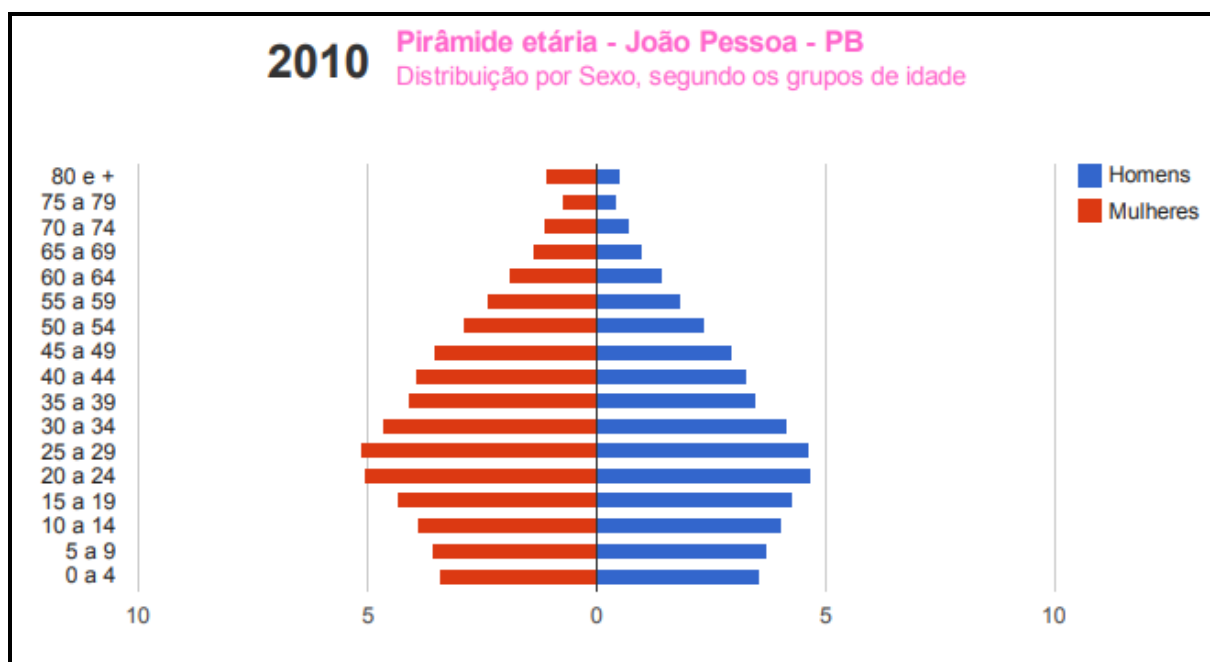
### Tabela 9: População de João Pessoa entre os anos de 1991 a 2010

População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - João Pessoa - PB						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	497.600	100,00	597.934	100,00	723.515	100,00
Homens	230.131	46,25	279.124	46,68	337.783	46,69
Mulheres	267.469	53,75	318.810	53,32	385.732	53,31
Urbana	497.600	100,00	597.934	100,00	720.785	99,62
Rural	0	0,00	0	0,00	2.730	0,38
Taxa de Urbanização	-	100,00	-	100,00	-	99,62

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD).

Afora o crescimento populacional previsto para 2017 no último censo, também vale observar o crescimento da qualidade de vida e a longevidade da população pessoense. Examinar o índice de envelhecimento das pessoas trará uma compreensão dos vários aspectos que envolvem o município: saúde, urbanização, economia, IDH, etc.

**Gráfico 11: Pirâmide etária – João Pessoa – PB. 2010.**



**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD).



Fazendo uma análise dos gráficos e a tabela supra expostos, pode ser constatado que a razão de dependência<sup>30</sup> do município de João Pessoa, entre 2000 e 2010, passou de 49,87% para 41,06% e o índice de envelhecimento<sup>31</sup> evoluiu de 5,56% para 6,96%. Um avanço quando comparado à década anterior que apresentou a razão de dependência de 61,85% e o índice de envelhecimento de 4,80%.

A análise desses índices serve de subsídio para pesquisar a qualidade de vida do município. Uma cidade que apresenta boa expectativa de vida comumente apresenta uma população mais idosa. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD)<sup>32</sup>, a taxa de mortalidade infantil em João Pessoa reduziu 59% passando de 40,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 16,4 por mil nascidos vivos em 2010, o que reflete no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

O indicador utilizado para compreender a longevidade do IDHM é exatamente a esperança de vida ao nascer. Pode-se observar nas informações abaixo:

**Tabela 10: Taxa de Longevidade, mortalidade e fecundidade em João Pessoa. 1991 - 2010.**

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - João Pessoa - PB			
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	64,6	68,2	74,9
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	49,9	40,4	16,4
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	65,9	51,3	13,3
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,5	1,9	1,5

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD).

Com base nos supracitados dados, percebe-se que em João Pessoa, a esperança de vida ao nascer aumentou 10,3 anos de 1991 até 2010, passando de 64,6 anos em 1991 para 68,2 anos em 2000, e, em seguida, para 74,9 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o Estado é de 72,0 anos e, para o país, de 73,9 anos.

<sup>30</sup> Corresponde à população de menos de 14 anos e de 65 anos (população dependente) ou mais em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa).

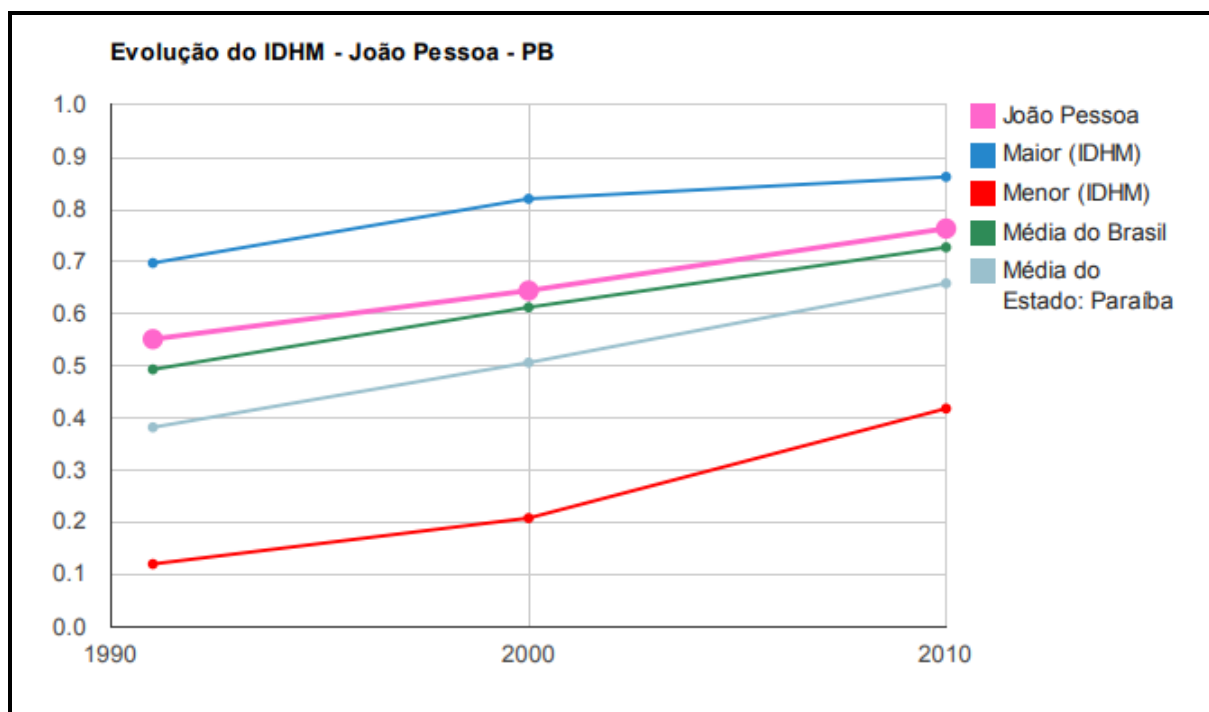
<sup>31</sup> Corresponde à população de 65 anos ou mais em relação à população de menos de 15 anos.

<sup>32</sup> Dados disponíveis no endereço eletrônico: [http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013\\_perfil\\_joao-pessoa\\_pb.pdf](http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_joao-pessoa_pb.pdf). Acesso em 01/02/2018.

Além da longevidade, também são verificados os elementos de renda e educação para exame do IDH. Esse tripé demonstra o quanto aquela localidade evoluiu e é de fundamental importância sua análise, sobretudo imerso num conjunto em que se associam às políticas públicas e ações sociais de melhorias daquela população.

Através do gráfico da evolução do IDHM de João Pessoa entre os anos de 1990 a 2010, pode-se aferir que a capital paraibana está situada na faixa de Desenvolvimento Humano Alto.

**Gráfico 12: Evolução do IDHM de João Pessoa.**



**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano 2013/ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD).

Atentando ao gráfico 13 acima, pode-se constatar que João Pessoa ocupa uma posição acima da média estadual e nacional. Segundo os dados obtidos junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município pesquisado ocupa a 320ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil. Destes, 319 (5,73%) municípios estão em situação melhor e 5.246 (94,27%) municípios estão em situação igual ou pior. Comparando com os municípios do Estado da Paraíba, João Pessoa ocupa a 1ª posição, ou seja, nenhum município encontra-se em melhor situação, e 223 (100,00%) municípios estão em situação pior ou igual.

Depreende-se, portanto, que os componentes constituintes do IDHM de João Pessoa apresentam índices positivos e estão em crescimento nos últimos anos. Ainda segundo o PNUD, entre 1991 e 2000, o item que mais cresceu foi educação (acesso ao conhecimento), seguido por longevidade (vida longa e saudável) e por renda (padrão de vida). Já na década compreendida entre 2000 e 2010, o item de maior crescimento em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,170), seguida por longevidade e por renda.

No que tange à renda per capita média de João Pessoa, até o ano de 2010 houve um crescimento de 99,73% comparado ao ano de 1991. A renda média que era de R\$483,07 em 1991 passou para R\$662,85 em 2000 e, posteriormente, para R\$964,82 em 2010. Por sua vez, a taxa de extrema pobreza, que em 2010 tinha por base a renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, apresentou diminuição significativa, passando de 12,28% em 1991 para 6,56% em 2000 e para 3,48% em 2010. Quanto à desigualdade, demonstrada pelo Índice de Gini<sup>33</sup> se manteve. O índice que era de 0,62 em 1991 se manteve em 2000 e em 2010.

Associadamente, também importa salientar que a população economicamente ativa também apresentou um percentual de crescimento. Em 2000, 65,72% da população de João Pessoa com 18 anos ou mais estavam em atividade laboral, e em 2010 esse índice havia aumentado para 66,03%. Concomitantemente, a taxa da população economicamente ativa que estava desocupada passou de 17,04% em 2000 para 9,57% em 2010 (PNUD, 2013).

A educação é outro elemento componente do IDHM. Em João Pessoa, em 1991, 34,49% estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 53,36% e, em 2010, 61,41%. Um aumento gradual que se equiparava e, por vezes, superava à média estadual e nacional.

Entre os jovens de 15 a 17 anos, 12,67% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso em 1991. Já em 2000, o percentual aumentava para 21,61% e, em 2010 chegava a 32,76%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 8,18% estavam cursando o ensino superior em 1991, 12,82% em 2000 e 23,00% em 2010 (PNUD, 2013).

Outro dado relevante é que a taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 9,62% nas últimas duas décadas. Todos esses dados acerca do IDHM educação estão intrinsecamente ligados ao nível social da população pessoense e ao conhecimento que ela possui a respeito da legislação existente. Todos esses fatores podem, de certa maneira,

---

<sup>33</sup> O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Através dele é possível apontar a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Em termos numéricos, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar. (PNUD, 2013).

influenciar no grau de violência do município e no conhecimento normativo que regulamenta esse fenômeno.

No quesito etnia, segundo o IBGE, a maior parte dos pessoenses se auto declararam pardos (47,72%), seguidos de brancos (47,06%), pretos (3,96%), indígenas (0,30%) e amarelos, (0,13%). Esses números correspondem ao censo de 2000. Ano em que figuravam no questionário apenas essas cinco categorias (IBGE, 2000).

Considerada uma das melhores capitais do Nordeste para se viver, João Pessoa aflora como um forte destino turístico na região. Com traços culturais marcantes, a cidade tem evoluído com investimentos do Governo Municipal e Estadual e as campanhas de promoção à vinda de turistas têm movimentado a economia e enaltecido as matrizes culturais que lhe são próprias e oriundas da miscigenação dos povos que lhe fundaram e dos que habitavam a terra. Sua arquitetura barroca e seus inúmeros monumentos históricos também são grandes caracterizadores do Município.

Analisar o IDHM da cidade de João Pessoa é fator imprescindível para averiguar se os investimentos em educação, saúde, condições de trabalho e moradia podem propiciar a criação de políticas públicas voltadas à prevenção da violência de gênero, pois a melhor forma de prevenir os casos de homicídios femininos é investir em áreas sociais, sobretudo na educação, a fim de ensinar acerca da igualdade de gênero e da dignidade da pessoa humana.

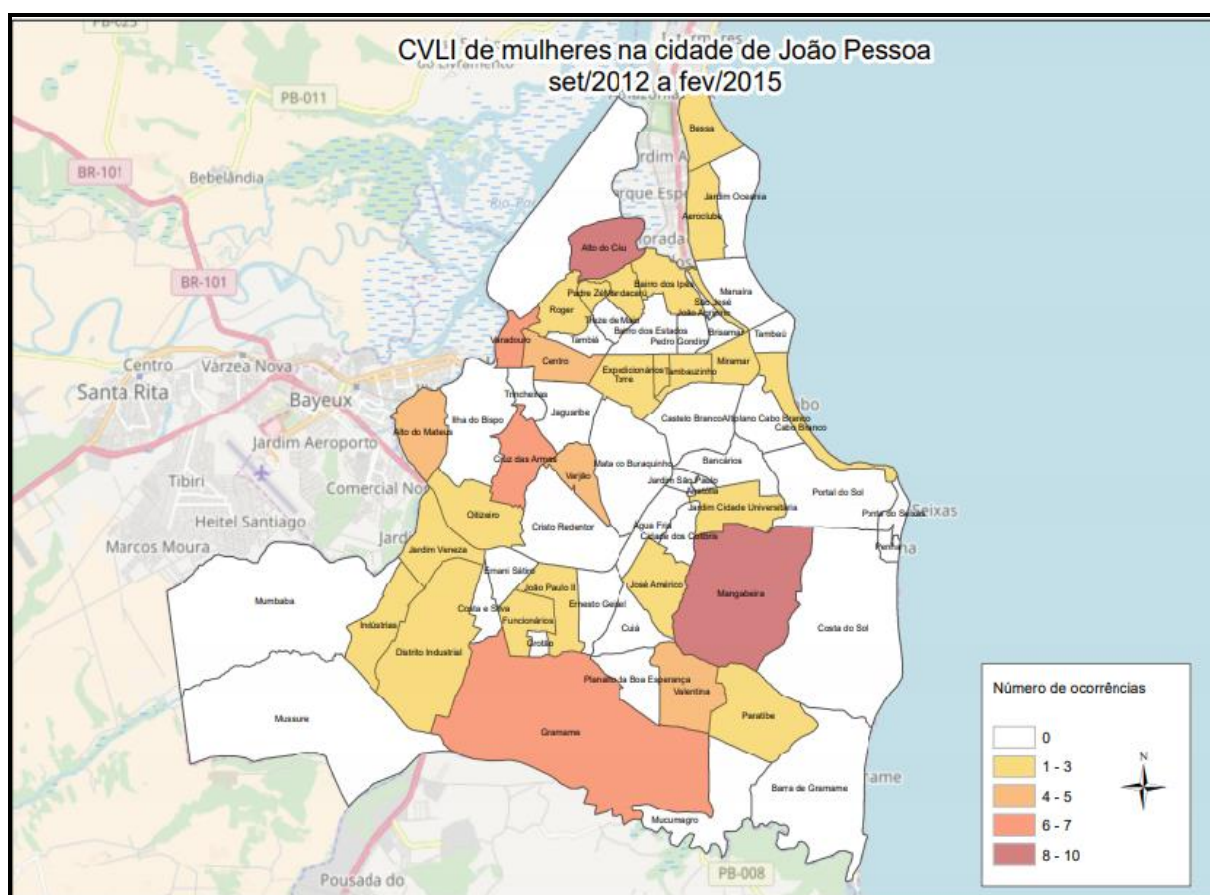
### 5.3.2 Mapa da Violência: Homicídios de mulheres em João Pessoa.

Em busca de compreender a temática do feminicídio em João Pessoa e fazer uma análise acerca da Lei nº 13.104/15 a partir da realidade do município, intentou-se realizar um diagnóstico territorial com o intuito de mapear os casos de homicídios intencionais de mulheres por bairros da capital antes e após a entrada em vigor da lei. Acredita-se que só alicerçado em informações dessa natureza e da percepção da magnitude do problema é possível o enfrentamento eficaz da questão.

Informações desse tipo podem fomentar discussões, visibilidade do assunto e ações de implantação de políticas públicas, pois a informação adequada no combate à violência contra as mulheres, sobretudo ao feminicídio, constitui “uma ferramenta imprescindível para se fortalecer o monitoramento e aprimorar ações que visam alterar a perversa situação de desigualdade que afeta a vida de milhares de mulheres cotidianamente em decorrência de padrões hierárquicos de gênero” (CORTES, ALVES, SILVA, 2015, p.18-19).

Para fins desta pesquisa, levou-se em consideração o local do homicídio da vítima. O resultado demonstra uma diversidade de lugares onde os corpos das mulheres assassinadas foram encontrados em João Pessoa, distribuídos por bairros, conforme certifica o mapa abaixo:

**Mapa 2: Incidência de CVLI de mulheres em João Pessoa – Set/2012 a Fev/2015**



Fonte: NACE / SESDS

Observa-se, por intermédio do mapa, que os casos de CVLI de mulheres no município em estudo manifestam-se territorialmente distribuídos de maneira heterogênea, chegando a apontar bairros com dez homicídios femininos no período de setembro de 2012 a fevereiro de 2015, o que equivale aos trinta meses anteriores à Lei do Feminicídio.

Embora os homicídios de mulheres estejam presentes em diversos bairros da capital paraibana, há áreas na cidade onde a população encontra-se mais vulnerável à violência fatal. Constata-se que os bairros Alto do Céu e Mangabeira figuram entre os bairros com maiores casos de assassinatos femininos, variando entre oito a dez casos no período analisado.

O Alto do Céu é um bairro da zona norte de João Pessoa, localizado próximo aos bairros Ipês, Mandacaru, Jardim 13 de Maio e Bairro dos Estados, com 16.557 habitantes segundo dados do último censo (IBGE, 2010). É um bairro que dispõe de poucos investimentos por parte do poder público, sendo desconhecido por grande parte da população pessoense. Todavia, apesar desse desconhecimento, até mesmo para fins de pesquisa, apresenta um alto índice de homicídios de mulheres quando comparado a outros bairros da capital.

Segundo informações cedidas pelo Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social (SESIDS), a maioria desses crimes ocorreu no interior do ambiente doméstico ou teve como autor o (ex) marido / companheiro da vítima, diferentemente dos casos em que a vítima era do sexo masculino e a principal motivação era proveniente de envolvimento com tráfico de drogas.

Quanto ao bairro de Mangabeira, que desponta entre os bairros com maiores casos de CVLI tanto no mapa ora analisado quanto no mapa seguinte, referente aos trinta meses posteriores ao advento da Lei nº 13.104/2015, trata-se de um bairro de grande relevância no município de João Pessoa e que tem características bem peculiares.

O referido bairro fica localizado ao Norte com os bairros Jardim Cidade Universitária e Portal do Sol; ao Sul com Valentina e Paratibe; ao Leste com os Bairros de Costa do Sol; e ao Oeste com José Américo e Cidade dos Colibris. Possui aproximadamente 10,79 km<sup>2</sup>, o que o torna um importante bairro para a cidade; e cerca de 94,40% da população que reside nessa localidade é alfabetizada, segundo dados do IBGE (SILVA, 2013).

Mangabeira constitui um bairro populoso, com 75.988 habitantes, e sua população se divide em 40.144 referentes ao gênero feminino e 35.844 refere-se ao gênero masculino. Uma de suas características mais marcantes é a atividade comercial, em que se verifica que o “crescimento comercial de Mangabeira se reproduziu a partir do surgimento dessa nova população se desmembrando para a periferia”, o que “fez surgir a necessidade de existência de atividades comerciais nessa localidade” (SILVA, 2013, p.33).

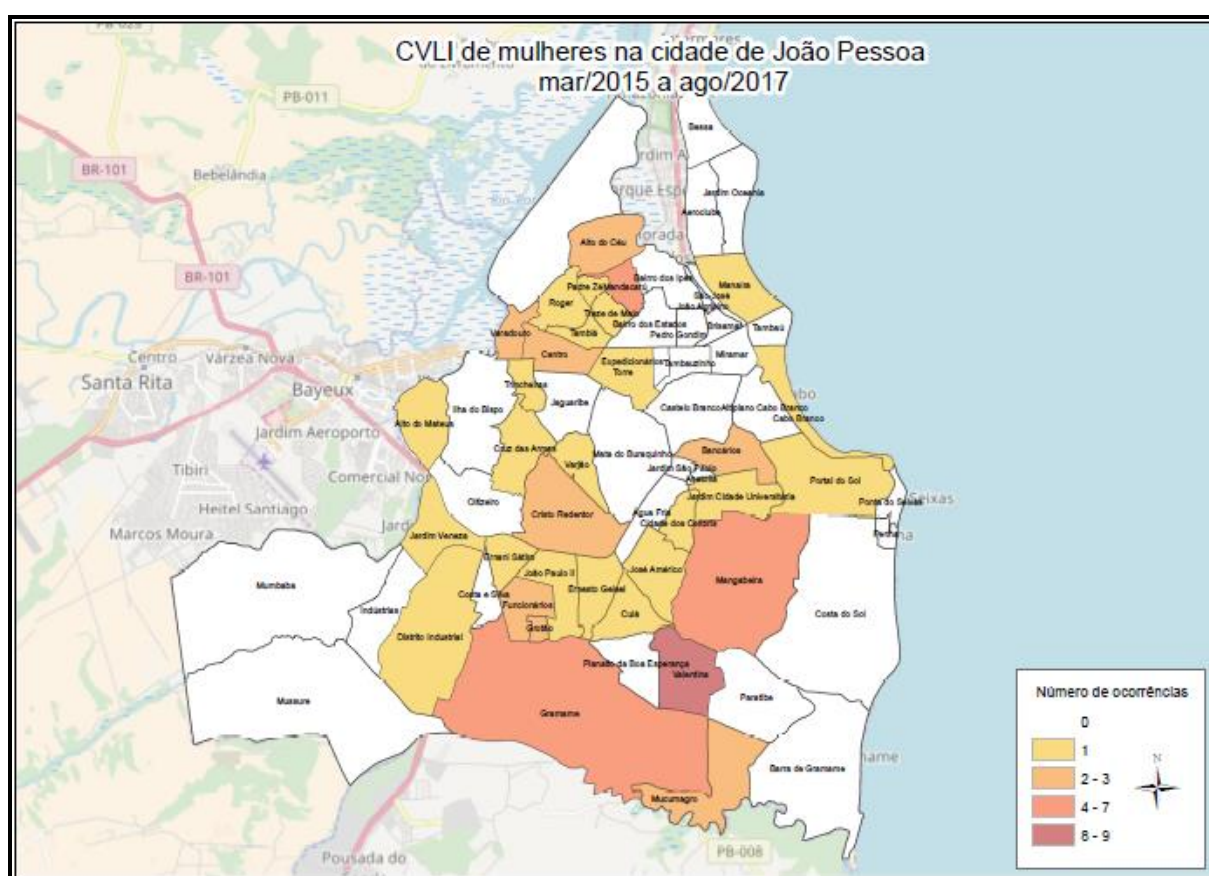
Com o crescimento do bairro, tanto em população quanto em extensão territorial, cresceu também os casos de violência doméstica. Não se pode olvidar que o efetivo demográfico maior que o de outros bairros justifica a posição do bairro no ranking dos homicídios de mulheres em termos numéricos, embora conte com a presença de uma delegacia no local.

Mesmo sendo um bairro com grande fluxo comercial, há locais com diferenças sociais bem evidentes, com regiões heterogêneas onde a população encontra-se mais vulnerável à

violência, caracterizando a desigualdade urbana existente em sua distribuição. Gramame, Cruz das Armas e Varadouro sucedem na lista como os demais bairros com maiores casos de homicídios femininos.

Observa-se no mapa seguinte, que a posição de Mangabeira entre os bairros mais violentos no tocante à violência fatal sofre uma ligeira queda, mas continua apresentando casos de assassinatos de mulheres.

**Mapa 3: Incidência de CVLI de mulheres em João Pessoa – Mar/2015 a Ago/2017**



Fonte: NACE / SESDS

Embora estejam presentes em quase todos os bairros de João Pessoa, os homicídios femininos não se distribuem quantitativamente de maneira uniforme. É interessante notar que dentre os bairros que apresentaram queda da taxa de homicídio entre 2015 e 2017, como o Alto do Céu e Mangabeira, há bairros que chegaram a zerar as taxas de homicídios nesses 30 meses posteriores à Lei do Feminicídio, a exemplo de Manaíra e Muçumagro, bairros com realidades sociais bem distintas.

Nesse marco temporal, o bairro de Valentina eclode como o mais violento no tocante aos homicídios de mulheres. Localizado na parte sul de João Pessoa e vizinho ao bairro de Mangabeira, Valentina se mostra um bairro em expansão e tem como um dos principais pontos de referência o 5º Batalhão de Polícia Militar. Mangabeira e Gramame prosseguem como os mais violentos após Valentina nesse período.

Embora se perceba uma redução no número de homicídios femininos após o ano da promulgação da Lei nº 13.104/15 (Lei do Feminicídio) até o ano de 2017, como já demonstrado em gráficos e tabelas anteriormente, não se pode comprovar que essa diminuição tenha relação direta com a supra mencionada lei, mas há uma expectativa otimista que essa coincidência já seja reflexo de seu advento.

Uma outra explicação poderia ir no sentido realista de admitir que os casos de assassinatos femininos divulgados na mídia e nas redes sociais têm contribuído para a perceptibilidade do assunto, para o engajamento ainda maior de entidades feministas na luta em defesa da proteção à vida das mulheres, e para uma atuação policial mais eficaz.

Outra observação digna de nota refere-se ao fato de que a partir de 2015, as mulheres tenham passado a denunciar mais os agressores e tentado quebrar o ciclo da violência. É sabido que muitas mulheres só procuram ajuda após um longo período de agressões sofridas no âmbito familiar, mas que são conscientes de que se não romperem com o ciclo, a violência pode se expandir e culminar com um desfecho trágico. O maior rigor advindo da Lei do Feminicídio pode contribuir para que se perca o medo de represália do agressor e da vergonha de se expor perante a sociedade.

### 5.3.2 A capital paraibana e a morte de mulheres decorrentes de violência doméstica: uma análise da Lei do Feminicídio a partir dessa realidade

A exibição dos dados estatísticos de homicídios de mulheres na cidade de João Pessoa apresentada até aqui possibilita vislumbrar a problemática do feminicídio no município e a necessidade da efetiva aplicação da Lei nº 13.104/15 (Lei do Feminicídio) juntamente com a implementação de políticas públicas eficientes que possam trazer um respaldo protetivo às mulheres vítimas de violência.

Algumas reflexões acerca do fenômeno do feminicídio e da aplicação da lei a partir da realidade existente em João Pessoa se mostram imprescindíveis para o trabalho. Não há como relativizar a importância dessa análise, tendo em vista que compreender e aprofundar o debate



acerca dos inúmeros assassinatos de mulheres é um passo necessário para o enfrentamento da violência de gênero.

Pode-se perceber, baseando-se nos altos números de homicídios femininos no Estado da Paraíba e, especialmente, em João Pessoa, que a Lei do Feminicídio surge como uma proposta de criminalização mais rígida para se combater esse tipo de crime e o aumento desses índices, além de servir como meio para trazer à tona a realidade social vivenciada por centenas de mulheres.

Todavia, não se pode considerar que apenas a promulgação de uma lei específica seja capaz de solucionar o problema da violência de gênero tão enraizada na sociedade. Sem políticas públicas de proteção eficientes, a edição de normativos particulares apenas retratará um direito simbólico e não a realidade socialmente vivenciável.

É sabido que a repercussão do crescente número de homicídios, noticiados diariamente pela mídia, corrobora para um clamor social em busca de segurança jurídica e, conseqüentemente, de normas penais mais rígidas.

Leis mais rígidas, dotadas de carga moral e emocional, constituem o chamado Direito Penal Simbólico e, por vezes, exprimem a ilusão de uma maior segurança jurídica. A noção de que o legislador deve responder de imediato ao anseio popular, caracteriza esse ramo do Direito e acaba encobrendo a raiz do problema e os meios eficazes de solucioná-lo.

Quanto ao uso simbólico do Direito penal, Barreto assevera que:

O uso ético-social ou pedagógico do Direito Penal se apresenta muito ligado também a certo uso simbólico. Em verdade, função simbólica e função instrumental é algo que toda legislação possui, não se tratando decerto de uma característica privativa da legislação penal. Contudo, as repercussões desse uso simbólico no setor penal do ordenamento possuem peculiaridades bastante relevantes, posto que é nesse campo do ordenamento jurídico que parece mais fácil oferecer uma resposta pronta e rápida aos questionamentos que podem ser melhor respondidos em outras áreas de atuação estatal (2016, p. 238).

No tocante à Lei nº 13.104/15, observa-se que após a sua promulgação, a necessidade do Estado em conhecer os contextos e as circunstâncias em que essas mortes acontecem tornou-se ainda mais relevante, pois o papel do Estado é muito mais que dar resposta adequada à sociedade sobre a problemática do feminicídio, mas criar condições adequadas para prevenir e punir tais mortes (ONU MULHERES, 2016).

Em João Pessoa, já se verificam medidas adotadas após a supracitada lei para trazer a questão do enfrentamento ao feminicídio como algo essencial à sociedade, muito embora a

necessidade de adoção de novas políticas públicas se mostrem mais relevantes para que as causas da violência não continuem a existir.

Nos dias 06 e 07 de dezembro de 2017, foi realizado em João Pessoa o seminário ‘Lei Maria da Penha e Feminicídio’, ocasião em que a representante da ONU Mulheres, Wânia Pasinato, apresentou às autoridades paraibanas as Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres (feminicídio), lançadas pelo governo brasileiro juntamente com a ONU Mulheres, com o intuito de que o Estado da Paraíba implante as diretrizes no enfrentamento ao feminicídio.

Outra ação de combate ao feminicídio implementada na capital e de iniciativa da Secretaria de Políticas Públicas Para as Mulheres (SPPM) foi o canteiro dos Ipês, no Parque da Lagoa Solón de Lucena, que recebeu o nome Praça das Mulheres, contendo seis placas com o nome de cinco mulheres assassinadas e uma que sobreviveu (SOUSA, 2017).

Os nomes escolhidos foram os das vítimas explanadas anteriormente como casos emblemáticos de feminicídio no Estado da Paraíba. Trata-se, portanto, de uma ação de visibilidade que visa chamar a atenção da população para se engajar na luta pelo fim deste tipo de violência.

## 6. CONCLUSÃO

Tendo em vista os aspectos analisados em relação ao feminicídio e à Lei nº. 13.104/15 (Lei do Feminicídio) é possível perceber que a lei em estudo é um importante instrumento de combate aos inúmeros assassinatos de mulheres motivados pela violência doméstica ou pelo menosprezo à condição feminina e que se mostra como ferramenta necessária para revelar o problema existente no reduto doméstico e desnaturalizar a violência presente nas relações conjugais.

Nesse viés, é importante salientar que, embora a violência de gênero tenha atingido um maior grau de visibilidade em épocas recentes, sua erradicação continua sendo um dos maiores desafios deste século. A busca por mudanças de paradigmas sociais, especialmente através da educação, permanece como objetivo de diversos grupos sociais, sobretudo feministas.

Diante disso, urge ressaltar que a violência máxima contra as mulheres analisada na presente pesquisa se diferencia do homicídio simples de mulher, denominado femicídio. Assim, se esclarece que os casos de incidência da Lei do Feminicídio correspondem àqueles em que o homicídio se deu como resultado de uma violência doméstica ou em razão de menosprezo à condição de mulher, o que configura o tipo penal de feminicídio.

Um ponto suscitado no trabalho se referiu às conquistas de direitos pelas mulheres, anteriormente fruídos exclusivamente pelos homens. Alguns avanços jurídicos se deram na ordem internacional, que através da participação ativa de movimentos de mulheres e das feministas, pressionaram o âmbito interno para que efetivasse os direitos em favor das mulheres no País. Dentre essas conquistas, a Lei nº. 11.340/06, sancionada em 07 de agosto de 2006 e intitulada de Lei Maria da Penha, despontou como um dos mais significativos instrumentos jurídicos de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Classificada como a terceira melhor lei do mundo, a Lei Maria da Penha apontou não apenas medidas de punição aos agressores, como também, medidas protetivas e preventivas às vítimas, trazendo um rol de medidas e procedimentos diversificados na condução dos casos de violência doméstica contra as mulheres. A referida lei foi, portanto, uma evolução legislativa precursora para a promulgação de uma lei específica de combate aos homicídios femininos no Brasil.

Nessa perspectiva, o que se pode constatar é que a Lei Maria da Penha, apesar das críticas recebidas quanto a não produção de efeitos concretos no enfrentamento à violência de

gênero, promoveu uma visibilidade ao problema da violência privada e um maior rigor na punição dos agressores de mulheres, o que permite concluir que, ainda que a lei não seja suficiente para erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres, ela surte efeito positivo no combate a esse tipo de violência e serve de aparato para a Lei do Feminicídio.

Desse expediente, constata-se ainda que mesmo com uma lei específica de combate à violência doméstica e familiar em vigor, a taxa de homicídios femininos no Brasil continuou a crescer significativamente e a necessidade de um olhar específico por parte do legislador para esse problema se revelava imprescindível. Neste contexto que emergiu a Lei do Feminicídio qualificando o homicídio de mulheres.

Também é importante ressaltar que, além do aumento da pena por se tratar de uma qualificadora, a Lei n.º 13.104/15 ainda traz situações em que a pena é majorada em 1/3 (um terço) até 1/2 (um meio) de acordo com cada caso concreto. São elas: se o homicídio ocorrer durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto; se for praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) anos e maior de 60 (sessenta) ou contra pessoa com deficiência; ou se for realizado na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Por conseguinte, constata-se que a tipificação dos homicídios femininos, nas circunstâncias que caracterizam o feminicídio, tem uma relevância social mais significativa que computar uma qualificadora ao crime de homicídio. Trata-se, portanto, de reconhecer o problema de gênero existente há séculos e trazer visibilidade a uma violação de direitos que poderia ser evitada e que carece de maior empenho estatal e social para erradicá-la.

Um dado interessante e que confirma as estatísticas de mulheres mortas no Estado da Paraíba, e especialmente em João Pessoa, é que os homicídios de mulheres têm íntima relação com o ambiente doméstico e com a intersecção de raça e classe. Fazer uma análise dos números de assassinatos femininos e de alguns aspectos relacionados a esse tipo de violência, tais como motivação do crime, instrumentos utilizados, locais de ocorrência e perfil das vítimas, permitiu, não apenas, trazer à tona um problema invisibilizado no meio social local como fazer um exame mais específico das medidas de combate existentes ou que necessitam ser implementadas em defesa desse grupo vulnerável.

Um dos pontos observados nos índices de mulheres mortas no Estado da Paraíba foi que as mulheres negras e de condição socioeconômica mais precária figuraram como as maiores vítimas de homicídios femininos. Ademais, demonstra-se, através da análise dos dados obtidos junto ao Núcleo de Análise Criminal e Estatística (NACE) da Secretaria de Estado da Segurança e da Defesa Social da Paraíba (SESIDS), que houve um aumento do uso

de arma branca no cometimento do delito e que os principais autores eram o cônjuge ou companheiro, reconhecendo a domesticidade desse tipo de crime.

No tocante à efetividade da Lei do Feminicídio e a comparação dos números de assassinatos de mulheres antes e depois de sua vigência, bem como diante do desconhecimento da inovação da lei penal que ainda persiste em vários ambientes sociais e/ou comunitários, é difícil assegurar que haja uma vinculação direta entre a lei e a diminuição dos índices expostos nesta pesquisa. Todavia, conclui-se que a norma do feminicídio contribuiu como coadjuvante para a diminuição nos casos de homicídios femininos na Paraíba juntamente com algumas políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero que passaram a ser adotadas após a sua entrada em vigor, além de um maior número de apreensão de armas de fogo por parte do Estado.

Nesse panorama, é-se levado a acreditar que a leve diminuição nos casos de CVLI na Paraíba e, particularmente, em João Pessoa, seja reflexo de um conjunto de fatores e não apenas da existência de uma norma que tutele o problema, principalmente da Lei do Feminicídio, que é uma lei mais direcionada a criar um tipo penal que criar mecanismos de enfrentamento, muito embora o caráter repressivo-punitivo tenha um importante papel de desencorajar futuras agressões, o que, para tanto, necessita de uma maior publicização da lei.

No caso da lei em estudo, tomando como base a realidade de João Pessoa demonstrada por meio dos índices, gráficos e tabelas anteriormente apresentados, e diante do pouco tempo da entrada em vigor da Lei do Feminicídio, espera-se que não represente uma lei dotada de rigor e sem efetividade, mas que possa refletir em criação de novas políticas públicas e, consequentemente, numa maior diminuição dos números de feminicídios no município.

Assim, considera-se como uma das medidas de combate à violência de gênero, sobretudo ao feminicídio, promover educação em Direitos Humanos por meio de ações pedagógicas que principiêm na educação básica com crianças e adolescentes, a fim de formar uma sociedade mais consciente dos ideais de liberdade, igualdade e respeito aos direitos fundamentais, calcada no princípio da dignidade da pessoa humana. Para tanto, atesta-se a necessidade de divulgação da atual legislação junto a toda a sociedade, a fim de que o conhecimento do rigorismo da norma possa, em algum grau, provocar certa inibição diante do cometimento do crime.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Daniele Nunes de; MELLO, Marília Montenegro Pessoa de. A Lei Maria da penha e sua aplicação na cidade de Recife: uma análise crítica do perfil do “agressor” nos casos que chegam ao Juizado da Mulher (anos 2007-2008). **Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 24, n. 02, p. 09-21, jul/dez 2011.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **As Raízes da Violência na Sociedade Patriarcal**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 235-243, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. **Redistribuição, reconhecimento e representação : diálogos sobre igualdade de gênero** / organizadora: Maria Aparecida Abreu. – Brasília : Ipea, 2011.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Rev. Sociedade e Estado**, Brasília, v.24, n.2, p.401-438, mai./ago., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/04.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BARRETO, Daniela Lima. **O direito penal dos vulneráveis: uma análise crítica da busca do reconhecimento por meio do direito penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei n. 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

\_\_\_\_\_. A Qualificadora do Feminicídio é de Natureza Objetiva ou Subjetiva?. **R. EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 203 - 219, jan. - mar. 2016. Disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/100621/qualificadora\\_feminicidio\\_natureza\\_bianchini.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/100621/qualificadora_feminicidio_natureza_bianchini.pdf). Acesso em: 08/05/18.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_, Pierre. **La dominación masculina**. Barcelona: Anagrama, 2000.

BRANDINO, Géssica. Estupro coletivo e assassinatos em Queimadas. **Compromisso e Atitude**. 2014. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/estupro-coletivo-e-assassinatos-em-queimadas/>. Acesso em 01/02/18.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a Mulher** – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

\_\_\_\_\_. **Decreto legislativo nº 123 de 1955** - Aprova a Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher. Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1950-1959/decretolegislativo-123-30-novembro-1955-350431-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 18/11/17.

\_\_\_\_\_. **Decreto legislativo nº 31.643 de 1952**- Promulga a Convenção Interamericana sobre a concessão dos direitos civis da mulher, assinado em Bogotá, a 2 de maio de 1948.. Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-31643-23-outubro-1952-322462-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 19/11/17.

\_\_\_\_\_. **Decreto lei 229 de 28/02/1967**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0229.htm). Acesso em: 25/11/17.

\_\_\_\_\_. **Decreto lei 744 de 06/08/1969**.  
Altera o artigo 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre o trabalho noturno da mulher, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0744.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0744.htm). Acesso em: 27/11/17.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 2.106 de 06 de fevereiro de 1984**. Altera o Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2106.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2106.htm). Acesso em 01/12/17.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 25/11/17.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.520, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1997**. Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9520.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9520.htm). Acesso em 02/12/17.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 10.714, DE 13 DE AGOSTO DE 2003**. Autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender denúncias de

violência contra a mulher. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.714.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.714.htm). Acesso em: 02/12/17.

\_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 5.030, DE 31 DE MARÇO DE 2004.** Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5030.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5030.htm). Acesso em: 04/11/17.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 01/11/17.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 12.121, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2009.** Acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112121.htm). Acesso em 17/12/17.

\_\_\_\_\_. **Deputados discutem pena mais dura para morte de mulheres.** Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/482620-DEPUTADOS-DISCUTEM-PENA-MAIS-DURA-PARA-MORTE-DE-MULHERES.html>. Acesso em: 19/12/17.

\_\_\_\_\_. **Aprovadas na CCJ novas circunstâncias para agravar pena do crime de feminicídio.** Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/11/29/aprovadas-na-ccj-novas-circunstancias-para-agravar-pena-do-crime-de-feminicidio>. Acesso em: 20/12/2017.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 13.505, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2017.** Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13505.htm#art2). Acesso em 30/12/2017.



\_\_\_\_\_. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios** / Cíntia Liara Engel .[et al.]. -- Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2015.

\_\_\_\_\_. Violência doméstica e familiar contra a mulher. **Pesquisa DataSenado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>. Acesso em: 18/04/18.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BYRNES, Andrew. The "other" human rights treaty body: the work of the Committee on the Elimination of Discrimination against Women. In: **Yale Journal of International Law**, v. 14, 1989, p. 1.

CAMARGO, Marcelo Novelino. **Direito Constitucional para concursos**. p.134. Ed. Forense, 1ª edição, 2007. São Paulo.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. A violência doméstica como violação dos direitos humanos . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 901, 21 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7753>>. Acesso em: 11 mar. 2017

CECCHETTO, Fátima; RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; OLIVEIRA, Queiti Batista Moreira. Gênero, Sexualidade e Raça: dimensões da violência no contexto escolar. In: Assis, Simone Gonçalves de; Constantino, Patrícia; Avanci, Joviana Quintes (Org.) **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora Fiocruz, 2010. p. 121-146. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000016935.pdf>. Acesso em: 18/10/2017.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Formas de violência contra a mulher**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/lei-maria-da-penha/formas-de-violencia>. Acesso em: 17/09/2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 128 de 17/03/2011**. Determina a criação de Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2574>. Acesso em 17/12/17.

**CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER.** Disponível em

<http://www.agende.org.br/convencoes/cedaw/cedaw.php>. Acesso em 25/03/2017.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: Convenção de Belém do Pará (1994). **O que é a violência contra a mulher?** Disponível em <http://copodeleite.rits.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=105>. Acesso em 25/03/2017

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**, 16, 2015. João Pessoa. Anais... João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento das mulheres.** Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. 2008. Acesso em: 15/08/2017

CRENSHAW. Kimberlé. Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos feministas**. Los Angeles: 2002.

\_\_\_\_\_, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem: 2004.

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Violência doméstica (lei Maria da Penha): lei 11.340/2006. Comentada artigo por artigo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

CUNHA, Rogério Sanches. Lei do Feminicídio: Breves Comentários. **JusBrasil**, 2015. Disponível em: <https://rogeriosanches2.jusbrasil.com.br/artigos/172946388/lei-do-feminicidio-breves-comentarios>. Acesso em: 09/04/2018.

DAY, Vivian Peres. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. **Revista de Psiquiatria**. RS, 25'(suplemento 1): 9-21, abril 2003.

DEBELAK, Catherine. DIAS, Letícia. GARCIA, Marina. **Não se nasce mulher, morre-se.** Disponível em: <http://feminicidionobrasil.com.br/>. Acesso em 23/09/2017.

DIAS, Maria Berenice. A lei Maria da Penha na justiça a efetividade da lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. **Revista dos Tribunais**. São Paulo: RT, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito**. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FIGUEIREDO, Ivanisa. Por um olhar jurídico crítico em defesa dos direitos humanos: a partir da narrativa de uma conquista histórica, o Sistema Nacional de Combate e Prevenção à Tortura In: **O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano**. Organizadores Eduardo Manuel Val, Enzo Bello. - Caxias do Sul, RS : Educs, 2014.

FRANÇA. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. ***Embaixada da França no Brasil. Publicado em 13/01/2017***. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em 06/09/17.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação Mapeando a imaginação feminista: feminista: feminista: da redistribuição ao da redistribuição ao reconhecimento e à reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 15(2): 291-308, maio-agosto/2007

GARCIA, Janaína. Morte de mulheres é "verdadeira derrota" para o Brasil, diz ONG Human Rights Watch. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/01/18/morte-de-mulheres-e-verdadeira-derrota-para-o-brasil-diz-human-rights-watch.htm?cmpid>. Acesso em 20/01/18.

GOMES, Ana Paula Portella Ferreira. **Como morre uma mulher? configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco**. Tese (Doutorado). 394 f. UFPE. Recife. 2014. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/mencoeshonrosas/225738.pdf>. Acesso em: 10/05/18.

GREGORI, Juciane de. **Lei Maria da Penha e garantia de direitos humanos: uma análise a partir de João Pessoa**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA. 2016.

HERMANN, Leda Maria. **Violência doméstica e familiar: considerações à Lei n. 11.340/2006 comentada artigo por artigo**. Campinas: Servanda, 2012.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 26, n. 1. 2014

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IBGE. **Panorama de João Pessoa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama>. Acesso em 02/02/18.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Feminicídio #Invisibilidade mata**. Disponível em: [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio\\_InvisibilidadeMata.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2017/03/LivroFeminicidio_InvisibilidadeMata.pdf). Acesso em: 30/03/18.

IPEA, **Atlas da violência 2017**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/170602_atlas_da_violencia_2017.pdf). Acesso em: 19/10/2017.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher: aspectos criminais da lei n. 11.340/2006**. São Paulo: Saraiva, 2010.

KARAM, Maria Lúcia. Violência de gênero: paradoxal entusiasmo pelo rigor penal. *Boletim IBCCRIM*, N. 168, ano 14, nov, 2006, p. 12-13.

LARANJEIRA, Márcia. **Gênero e Mobilização de Recurso: Reflexão para um debate**. Recife: Oxfam e SOS Corpo, 2008.

LIRA. Cógenes. Violência contra mulher na Paraíba cresceu 260%. **Jornal da Paraíba**. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/noticia/172315\\_violencia-contramulher-na-paraiba-cresceu-260-porcento](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/noticia/172315_violencia-contramulher-na-paraiba-cresceu-260-porcento). Acesso em: 14/09/2017.

LORETONI, Anna. Estado de direito e diferença de gênero. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo. **O Estado de direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. O Constitucionalismo Moderno Origem e Crise – reflexões. **Revista Persona**. Disponível em: <http://www.revistapersona.com.ar/Persona76/76Quadros.htm>. Acesso em: 20/10/2017.

MELLO, Marília Montenegro Pessoa de; MACHADO, Érica Babini Lapa do Amaral. O movimento social, o efeito simbólico e a estratégia desperdiçada: Para que a Lei Maria da Penha nas relações homoafetivas? Uma contribuição criminológica. In: SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna; BORGES, Paulo Cesar Côrrea; PEREIRA, Cláudio José Lagroiva (Org.). **Direito Penal e Criminologia**. 1ª ed. Florianópolis. FUNJAB, 2013. p. 592 – 620. Disponível

em: <http://www.publicadireito.com.br/publicacao/uninove/livro.php?gt=15>. Acesso em: 17/03/18.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

**NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA**. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1999. Vol. 7

NOGUEIRA, Fernando Célio de Brito. **Temas centrais da Lei do Juizado Especial Criminal**. Leme: J.H.Mizuno, 2006. p.180.

NOGUEIRA, Renzo Magno. A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero. **Jusnavigandi**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/48718/a-evolucao-da-sociedade-patriarcal-e-sua-influencia-sobre-a-identidade-feminina-e-a-violencia-de-genero>. Acesso em 12. Ago. 2017.

OEA Organização dos Estados Americanos. **Relatório nº 54/01: Caso 12.051 – Maria da Penha Maia Fernandes**. Disponível em: <https://cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>. Acesso em 31/12/17.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A., COSTA, Mônica Josy Sousa., SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. Feminicídio e Violência de Gênero: Aspectos Sóciojurídicos. **Revista Tema**. v. 16, n. 24; 25. 2015. Disponível em: <http://revistatema.facisa.edu.br/index.php/revistatema/article/viewArticle/236>. Acesso em: 18/10/17.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; CAVALCANTI, Sabrinna Correia Medeiros; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. O feminicídio, os paradigmas sociais e o Direito. In: SOUSA, Eduardo Sérgio Soares; VIANA, Alba Jean Batista (Orgs.). **Feminicídio de paraibanas: estudos dos assassinatos de pessoas por questões de gêneros**. João Pessoa: Ideia, 2016.

OLIVEIRA, Fernanda Fernandes de. **Lei Maria da Penha: uma análise dos aspectos criminais da violência doméstica e familiar**. Monografia (Graduação) – UFPB/CCJ. João Pessoa, 2007.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos dos Homens**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 20/09/17.

ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais Feminicídio: investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres.** ONU/ Brasil. Brasília – DF – 2016.

PARAÍBA. Violência de Gênero na Paraíba. *Dossiê Sobre a Violência Contra as Mulheres na Paraíba*. Senado Federal, 2012.

\_\_\_\_\_. Delegado suspeita que vizinho cobiçava Ellen. **Jornal da Paraíba**. 11/04/2013. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/delegado-suspeita-que-vizinho-cobicava-ellen.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/delegado-suspeita-que-vizinho-cobicava-ellen.html). Acesso em 01/02/18.

\_\_\_\_\_. Acusado de matar mulher na frente dos filhos será ouvido nesta sexta-feira. **Tribunal de Justiça da Paraíba**. 2015. Disponível em: <http://www.tjpb.jus.br/acusado-de-matar-mulher-na-frente-dos-filhos-sera-ouvido-nesta-sexta-feira/>. Acesso em 01/02/18.

\_\_\_\_\_. Governo da Paraíba. **Programa Mulher Protegida**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/seguranca-e-da-defesa-social/pbunidapelapaz/programa-mulher-protegida/>. Acesso em: 29/01/18.

\_\_\_\_\_. Mãe de Aryane Thais desabafa após prisão do acusado. **Jornal Correio da Paraíba**. 15/06/2016. Disponível em: <http://correioparaiba.com.br/cidades/joao-pessoa/mae-de-aryane-thais-desabafa-apos-prisao-do-acusado/>. Acesso em 01/02/18.

\_\_\_\_\_. Acusado de matar a esposa na frente dos filhos é condenado a 19 anos de prisão. **Jornal da Paraíba**. 18/08/2016. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/acusado-de-matar-a-esposa-na-frente-dos-filhos-e-condenado-a-19-anos-de-prisao.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/acusado-de-matar-a-esposa-na-frente-dos-filhos-e-condenado-a-19-anos-de-prisao.html). Acesso em 01/02/18.

\_\_\_\_\_. Dor e revolta marcam velório e sepultamento de Vivianny Crisley. **Jornal Correio da Paraíba**. 15/11/2016. Disponível em: <http://correioparaiba.com.br/cidades/violencia/dor-e-revolta-marcam-velorio-e-sepultamento-de-vivianny-crisley/>. Acesso em 01/02/18.

\_\_\_\_\_. Metodologia de contagem. **Governo da Paraíba**. Disponível em: <http://paraiba.pb.gov.br/seguranca-e-da-defesa-social/pbunidapelapaz/metodologia-de-contagem/>. 2018. Acesso em: 29/01/18.

PERROT, Michelle, 1928 - **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros** / Michelle Perrot. 1. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. [recurso digital]

PINAFI, Tânia. Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. **Revista Histórica**. Artigo publicado na edição nº 21 de abril/maio de 2007. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>. Acesso em: 29/01/18.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **A Violência Doméstica Fatal: O Problema do Feminicídio Íntimo no Brasil**. Brasília, SRJ, 2015.

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/06: análise crítica e sistêmica*. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

PORTUGAL. **Ordenações Filipinas**. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242733>>. Acesso em 04 Ago. 2017.

PRÁ, Jussara Reis. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, C.; PEDRO, J. M; FAVERO, S. M. **Diversidades**. Santa Catarina, Mulheres, 2010. p. 81-102.

\_\_\_\_\_, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **SciELO**. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200169](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200169). Acesso em: 10/01/18

PRADO, Luciane Jost Lemos do. **Lei Maria da Penha: uma breve abordagem histórico-social que antecedeu em contrapartida à alegação de inconstitucionalidade por inobservância do princípio da isonomia**. Disponível em: <http://www.anima-opet.com.br/pdf/anima6/TCC-Luciane-Jost-JUL2011.pdf>. Acesso em: 21/10/2018.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. Edição virtual.

RAGO, M. Trabalho Feminino e sexualidade. In: PRIORI, M. Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578 a 606.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **VIOLÊNCIA DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: considerações sobre o Programa Nacional de Combate à Violência contra a Mulher. II Jornada Internacional de Políticas Públicas.** São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível em:  
[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/lourdes\\_de%20maria109.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos2/lourdes_de%20maria109.pdf).  
 Acesso em: 26/08/17.

ROQUE, Sebastião José. Declaração dos direitos do homem e do cidadão: o início de nosso direito. **Conteúdo Jurídico**. Publicado em 06/02/2012. Disponível em:  
[http://conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=29702\\_Sebastiao\\_Roque&ver=1158](http://conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=29702_Sebastiao_Roque&ver=1158).  
 Acesso em: 25/08/17

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio, ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001.

\_\_\_\_\_. No fio da navalha: violência contra crianças e adolescentes no Brasil atual, In: MADEIRA, E. R. (Org.), **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil**, Rio de Janeiro, Record/Rosa dos Tempos, 2002, p. 135-211

\_\_\_\_\_. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Gênero e Patriarcado. **Marcadas a ferro – Violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar**. MARTÍN, Márcia Castillo; OLIVEIRA, Suely de Oliveira (Org.) – Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005. P. 35 – 76.

SANTOS, Severino Augusto dos. **Direito Romano: uma introdução ao Direito Civil**. 2. ed., atual. e rev. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.

SCOTT, Joan. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988. p. 42-44.

SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20, 71-99.



SILVA, Allan Jones Andreza. **Nem tudo são flores: a (ir)racionalização da violência doméstica contra a mulher no agreste da Paraíba.** Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCJ. João Pessoa. 2016.

SILVA, Priscila Anne Monteiro da. **Bairro de Mangabeira: um subcentro urbano na cidade de João Pessoa/PB.** 57 p. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2013.

SOUSA, Maria Claudeia de Lima e. **Violência de gênero e cidadania feminina: análise dos casos acompanhados pelo Núcleo Multidisciplinar Maria da Penha do Tribunal de Justiça do Piauí.** Recife, 2011. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2011.

SOUZA, Luiz Antônio de; KÜMPPEL, Vitor Frederico. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: Lei 11.340/2006.** São Paulo: Método, 2007. p.74.

SOUZA, Sérgio Ricardo. **Comentários à lei de combate à violência contra mulher.** 3. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

TJPA. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: RSE – 000435294201581400006. Relator: Mairton Marques Carneiro. DJ: 23/06/2016. **Jus.** 2016. Disponível em: [http://gsa-index.tjpa.jus.br/consultas/search?q=femicin%C3%ADdio&jp\\_search=1&entqr=3&oe=UTF-8&ie=UTF-8&wc=200&wc\\_mc=1&ud=1&getfields=\\*&proxystylesheet=consultas&sort=date:D:S:d1&aba=JP&lr=lang\\_pt&ulang=pt-BR&access=p&entqrm=0&client=consultas&filter=0&as\\_q=&start=30&site=jurisprudencia](http://gsa-index.tjpa.jus.br/consultas/search?q=femicin%C3%ADdio&jp_search=1&entqr=3&oe=UTF-8&ie=UTF-8&wc=200&wc_mc=1&ud=1&getfields=*&proxystylesheet=consultas&sort=date:D:S:d1&aba=JP&lr=lang_pt&ulang=pt-BR&access=p&entqrm=0&client=consultas&filter=0&as_q=&start=30&site=jurisprudencia). Acesso em 06/05/18.

TEIXEIRA, Kleber. Justiça conclui audiência de instrução do caso Rebeca Cristina. **Jornal da Paraíba.** 17/03/2017. Disponível em: [http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida\\_urbana/justica-conclui-audiencia-de-instrucao-do-caso-rebeca-cristina.html](http://www.jornaldaparaiba.com.br/vida_urbana/justica-conclui-audiencia-de-instrucao-do-caso-rebeca-cristina.html). Acesso em 01/02/18.

THOMPSON, Augusto. F. g. Escorço histórico do direito criminal luso-brasileiro. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1976.

VÁSQUEZ, Patsilí Toledo. **Feminicídio.** México: Oficina en México del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (OACNUDH), 2009. Disponível em:

<[http://www.infosal.uadec.mx/derechos\\_humanos/archivos/15.pdf](http://www.infosal.uadec.mx/derechos_humanos/archivos/15.pdf)>. Acesso em 11 Ago. 2017.

VILLEY, Michel. **O direito e os direitos humanos**. São Paulo: Martins, 2007.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**. Caderno complementar 1. Os Novos padrões da violência homicida no Brasil. Homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: 10/02/17.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015. Homicídios de Mulheres no Brasil**. Brasília, 2015. Acesso: 10/02/17.